

SOB O OLHAR DA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA:

RICARDO JORGÉ NA TRIBUNA DÁ HISTÓRIA*

RUI MANUEL PINTO COSTA**

Resumo: *Figura incontornável da medicina e saúde pública entre o último quartel do século XIX e a primeira metade do século XX, Ricardo Jorge constitui, por si só, tema de abordagem obrigatório quando nos debruçamos sobre a história do higienismo na contemporaneidade portuguesa. Frequentemente, mas de um modo ainda parcelar ou tematicamente circunscrito, escreve-se e disserta-se sobre esta figura. Com este artigo pretende-se reflectir criticamente sobre a História que se fez em torno de Ricardo Jorge, dando a conhecer um projecto de investigação biobibliográfico em curso, especialmente dedicado à integralidade da sua vida e obra.*
Palavras-chave: Ricardo Jorge; História da medicina; Historiografia; Biografia.

Abstract: *Much has been written and lectured about Ricardo Jorge. As an eminent figure in the field of medicine and public health between the last quarter of the nineteenth century and the first half of the twentieth century, Ricardo Jorge is himself an object of research when we look back on the history of hygiene and public health in Portugal. This article intends to critically reflect on the historiography that was made around him, as part of an ongoing bio-bibliographic research project.*

Keywords: Ricardo Jorge; History of medicine; Historiography; Biography.

1. O CIENTISTA SOB O OLHAR DO BIÓGRAFO

Não é fácil enquadrar e percorrer de forma sintética o caminho biobibliográfico de Ricardo de Almeida Jorge (1858-1939), homem de ciência e de cultura que continua a ser referência no universo médico e científico dos séculos XIX e XX.

Apontado como personagem cimeiro da higiene pública e das ciências da saúde por aqueles que o conheceram ou sobre ele escreveram, o desafio do historiador do nosso tempo não se pode resumir a respigar informações biográficas, tanto mais que não é fácil enquadrá-lo tendo apenas como referência o quadro cronológico em que viveu ou as memórias que vários médicos entretanto lhe dedicaram. Foi um homem nitidamente complexo, que merece ser alvo de uma prosopografia de síntese que se desenvolva num quadro de investigação alargado e integrado na análise do contexto científico em que viveu.

Indivíduo multifacetado: médico, cientista, higienista, hidrologista, ensaísta, polemista, crítico de arte, político, historiador da medicina e escritor dotado de vasta cultura, recai com toda a propriedade no rol daqueles personagens mitificados não só pelos contemporâneos mas também pelos seus pares do universo médico. À custa do carácter pessoal e do papel desempenhado enquanto porta-estandarte da renovação da saúde

* Este artigo insere-se no projecto de pós-doutoramento do autor intitulado «Saúde e Modernidade em Ricardo Jorge. Estudo biobibliográfico», em curso no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra – Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto PEst-C/HIS/UI0460/2011. Ref. COMPETE FCOMP-01-0124-FEDER-022660.

** CITCEM / CEIS20.

pública, passou a integrar o panteão laico onde a figura do cientista começou a ser deificada e elevada ao estatuto de personalidade referencial e venerável.

Barahona Fernandes deslindou-o de modo particularmente feliz, sem no entanto fugir do habitual discurso encomiástico que caracterizou muitas das memórias que se escreveram:

Cada qual pode ver nela o que mais lhe interesse – desde o sábio ao jornalista, do cultor da ciência ao vernáculo quixotesco da língua, do pedagogo ao polemista, do historiógrafo ao prático da epidemiologia, do clínico ao sanitarista social, do orador empolgado ao escritor solitário, do higienista internacional ao familiar extremoso. Se quiserem também numa perspectiva histórico-evolutiva – o Homem da Renascença, permeado pelo Barroco e pelo Iluminismo – florindo no começo da crise do século XIX. Ou mais simplesmente – o cientista positivo, de alma literária, do final da época do Naturalismo¹.

Não se pretende aqui discutir se estamos ou não perante um génio polimorfo saído da forja de uma época de transição de paradigmas; pretende-se acima de tudo compreender de que forma se tornou um fruto da época e dos contextos em que viveu. Imbuído de um claro sentido de modernidade científica, resultante de cânones higienistas e da revolução biológica impressa pela microbiologia/bacteriologia de sabor pasteuriano, foi no devir desta dupla influência que Ricardo Jorge soube analisar e propor mudanças estruturais na realidade sanitária portuguesa do seu tempo.

A sua vida decorreu no seio de dois grandes movimentos refundadores das ciências médicas, enquadradas sob as directrizes culturais do positivismo. E se há valores que absorveu e corporizou, foram os da ciência construída na base da verdade experimental. Por um lado, a afirmação e sedimentação da microbiologia/bacteriologia que decorreu ao longo do último quartel do século XIX e início do século XX, por outro a consolidação do papel social da medicina através da confirmação e aceitação do higienismo como disciplina do conhecimento ao serviço dos Estados e das populações.

É bem conhecido o ambiente cultural que ao longo do século XIX levou à renovação das ciências biomédicas, dirigidas pelo novo conhecimento de sabor positivo que as orientou. Tudo se punha à prova da experiência para ser validado e a medicina não ficou alheia a esta redefinição dos seus saberes². Não apenas no caso da medicina, mas muito particularmente nesta, o laboratório assumiu o papel avalizador e construtor do conhecimento de base experimental, com o que conseguiu atribuir a origem de uma série de doenças a outros tantos microorganismos, revolucionando não só o conhecimento etio-patogénico mas também as medidas e mecanismos destinadas a controlá-los.

Como relator e promotor da codificação legislativa que marcou o paradigma higienista e da medicina preventiva, Ricardo Jorge esteve imerso nas particularidades de um período de transição charneira no tocante à redefinição dos padrões higio-sanitários portugueses.

¹ FERNANDES, 1959: 6.

² Cf. BYNUM, 1994.

Propagandeando a validade do higienismo como ferramenta médico-social de controlo sanitário, Ricardo Jorge passou a corporizá-lo, inscrevendo-o na letra da lei. Deu assim forma a um paradigma que se iria manter durante mais de meio século. Não viveu o suficiente para ver a revolução antibiótica tomar de assalto e tornar obsoletos muitos dos pilares da «ciência higiénica», mas viveu o suficiente para se impor como um dos paladinos da reforma científica operada em Portugal entre os finais do século XIX e o primeiro quartel do século XX.

Se, como o filósofo Zbigniew Kotowicz defende para algumas áreas do saber bio-médico³, a ciência está eivada de hibridismo pelo facto de em muitos casos os diferentes reinos do saber se encontrarem ligados por pontes comuns, principalmente pela figura do laboratório, será igualmente verdadeiro que alguns homens de ciência também se podem com particular justiça considerar híbridos, no sentido de serem plurais e multifacetados, saltando com a mesma facilidade entre distintas áreas e saberes científicos. No entanto tais figuras são raras e é por isso mesmo que costumam ser alvo de particular interesse historiográfico. Não restam dúvidas que Ricardo Jorge é um deles.

2. RICARDO JORGE NA TRIBUNA DA HISTÓRIA

2.1. O PARADIGMA HIGIENISTA: A BASE PARA UMA REVISITAÇÃO DE RICARDO JORGE

O paradigma higienista tem sido alvo de vários estudos históricos, muitos dos quais plasmados em análises de contextos sanitários, políticos, sociais, intelectuais e demográficos. As vantagens que comportam, ultrapassam a linearidade de uma construção científica do passado, uma vez que tanto os agentes políticos envolvidos na determinação de políticas de saúde como aqueles que os aconselham, ambos se têm servido da História como instrumento – entre outros usos – para avaliar e modelar da sua eficácia⁴.

Se bem que existem variadíssimos trabalhos, alguns deles já clássicos em redor da estruturação do higienismo e da saúde pública, as principais obras de fundo e com rigor historiográfico foram-nos fornecidas por investigadores do universo anglo-saxónico, como por exemplo os de Dorothy Porter, Erna Lesky, John Duffy e George Rosen⁵. No caso francês, continuam a ser referenciais os estudos de Pierre Darmon, Lion Murard e Patrick Zylberman⁶. Em Portugal, Ana Leonor Pereira e João Rui Pita também abordaram o tema, enfatizando a recepção e aplicação das doutrinas higienistas no contexto da afirmação da saúde pública⁷. E se a história em redor das estruturas e cultura científica serve para proporcionar imagens em grande escala, os atores que lhe deram corpo e face também não foram esquecidos: tanto nos Estados Unidos da América como em outros países da Europa, estão já publicadas várias biografias analíticas adequadamente contextualizadas.

³ Cf. KOTOWICZ, 2012.

⁴ Sobre a importância da história na estruturação de políticas de saúde no tempo presente, veja-se BERRIDGE, 2008: 311-326.

⁵ Cf. PORTER, 1999; PORTER, 1994; PORTER, 1993; LESKI, 1984; DUFFY, 1990; ROSEN, 1985 e ROSEN, 1993.

⁶ Cf. DARMON, 1999 e MURAD & ZYLBERMAN, 1996.

⁷ Cf. PEREIRA & PITA, 1993 e PEREIRA & PITA, 2007.

Vejam-se, por exemplo, os estudos dados à estampa sobre Harvey, Sydenham, Bichat, Chadwick, Claude Bernard, Louis Pasteur, Rudolf Virchow, Robert Koch, Santiago Ramón y Cajal ou Alexander Fleming, entre muitos outros.

E em Portugal? Consta-se que começam a surgir trabalhos de amplo fôlego sobre algumas das individualidades do universo médico-científico, alguns deles directamente ligados a projectos de investigação em História da Ciência. Egas Moniz, por exemplo, foi recentemente historiografado por Manuel Correia⁸ e biografado por João Lobo Antunes⁹, ao passo que personagens como Miguel Bombarda, Sousa Martins e Júlio de Matos, entre outros, também foram alvo de uma recente e contextualizada análise, que não esquece as correntes de mudança social e intelectual em que se inscreveram¹⁰. No entanto, há ainda nomes sonantes da história da medicina que aguardam os seus historiadores. Alguns tiveram projecção internacional, outros a nível interno, mas todos são importantes na hora de caracterizar e construir o discurso historiográfico em torno da evolução da cultura científica em Portugal.

Os trabalhos que temos vindo a referir não deixam de fazer menção mais ou menos alongada a personagens marcantes que corporizaram doutrinas e personificaram modelos de intervenção sanitária. Se quisermos usar a terminologia *latouriana* sobre a dimensão destas figuras carismáticas do mundo médico-científico¹¹, Ricardo Jorge recai com toda a propriedade nesse âmbito, não só por ser uma dessas figuras emblemáticas da ciência portuguesa dos séculos XIX e XX, mas também por ter tido projecção internacional dentro do modelo higienista que defendeu e corporizou.

Pela importância e determinismo que teve na vida científica, sanitária e médico-política, é uma figura incontornável. Parecerá certamente um lugar-comum afirmá-lo, mas podemos dizer que qualquer análise dedicada à história das ciências da saúde na época contemporânea não estaria completa sem a referência ao seu impacto no panorama da saúde. Mas talvez mais do que biografá-lo, importa realizar um exercício prosopográfico em jeito de revisitação, trazendo à luz do dia novos documentos e executando uma interpretação científico-historiográfica actualizada em conformidade com os preceitos hermenêuticos.

2.2. RESENHA BIOBIBLIOGRÁFICA

Ricardo Jorge nasceu na cidade do Porto em 1858 tendo-se diplomado na Escola Médico-Cirúrgica do Porto aos 21 anos. Aí leccionou antes de rumar a Lisboa onde desenvolveu um amplo trabalho enquanto higienista, professor e director do Instituto Central de Higiene, vindo a falecer em 1939 com 81 anos.

Teve e manteve contacto directo com uma série de personalidades do mundo político e cultural do seu tempo. Chegou a trocar intensa correspondência com algumas

⁸ CORREIA, 2010. Veja-se também PEREIRA; PITA & RODRIGUES, 1999 e PEREIRA & PITA; 2005.

⁹ ANTUNES, 2010.

¹⁰ Cf. PEREIRA & PITA, 2006 e REPOLHO, 2008.

¹¹ As questões que Bruno Latour levantou em torno de figuras carismáticas como Pasteur e a expansão da bacteriologia em França, podem ser igualmente utilizadas para Ricardo Jorge. Cf. LATOUR, 1988: 14-16.

delas, mormente as do mundo cultural. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Wenceslau de Moraes ou Alfredo Pimenta, são apenas alguns dos nomes que preenchem a colecção epistolográfica que ainda se conserva. Maximiano Lemos e Bettencourt Raposo, colegas de profissão e outros amigos pessoais também se podem enumerar entre o mesmo rol. Alguns dos agentes políticos da época também se corresponderam com ele em algum ponto da sua vida: a rainha D.^a Amélia, D. Manuel II, Bernardino Machado e Afonso Costa contam-se também na mesma listagem. Com outros esgrimiou-se em polémicas, e poucos dos que o conheceram ou simplesmente leram o que escreveu lhe terão ficado indiferentes.

Dominando a língua portuguesa, redigiu um conjunto heterogéneo e ecléctico de narrativas, divididos entre numerosos relatórios científicos e epidemiológicos, legislação sanitária, estudos históricos, literatura de viagens e crítica literária, traduções e prefácios, que no cômputo geral se contabilizam em torno das três centenas. Este número impressionante de publicações resulta em parte do facto de várias das suas obras terem conhecido impressões e edições sucessivas, mas também porque vários dos artigos que escreveu se multiplicaram por distintas publicações periódicas, em alguns casos em língua diferente da portuguesa.

Algumas das suas obras marcaram decisivamente os rumos da higiene e medicina social, tendo-se tornado autênticos textos de pendor doutrinário, entre eles a *Higiene Social Aplicada à Nação Portuguesa* (1885) e a *Demografia e Higiene na cidade do Porto* (1899). Entre outras obras igualmente valiosas no contexto científico e médico da época contam-se ainda: *O reino dos protistas* (1882), *O bioplasma e a biodinamica* (1882), *Ensaios científicos e criticos* (1886), *A sanitariedade urbana* (1888). Também prefaciou obras capitais da cultura científica como a obra de Herbert Spencer, *Educação intellectual, moral e physica* (1884), ao mesmo tempo que nos legou vários textos de natureza literária e ensaística como, por exemplo, *Ramalho Ortigão* (1915), *Canhenho dum vagamundo. Impressões de viagem* (1921), *Sermões dum leigo. Discursos e alocuções* (1925), entre outros.

Num tempo em que o exercício da medicina passava a exigir uma actualização constante do corpo médico, dificilmente se poderia compreender que um personagem como Ricardo Jorge não fizesse reflectir nos periódicos a sua veia jornalística¹². Tendo compreendido a necessidade de manter e promover a difusão dos saberes médicos através da imprensa especializada, dedicou-se ao jornalismo científico, fundando a *Revista Científica* e tendo feito parte do conselho de redacção de revistas de elevada aceitação e prestígio como *A Medicina Contemporânea*. As dezenas de artigos que entretanto foi publicando de modo esparso e irregular pela demais imprensa científica e generalista espelham bem o gosto com que cultivou a língua portuguesa e o domínio da francesa, a última delas muito em voga nos círculos científicos entre a segunda metade do século XIX e a década de 30 do século XX. Numa toada mais cultural, não deixou ainda de participar em periódicos voltados para o grande público, como na revista *Atlântida: mensário artístico, lite-*

¹² Sobre a importância do periodismo médico no contexto da transmissão, problematização e difusão dos saberes médico-científicos veja-se, por todos BYNUM, LOCK & PORTER, 1992.

rário e social para Portugal e Brazil, e no *Diário de Lisboa: edição mensal* (1933), onde esporadicamente pôde dar azo à veia literária que também cultivou.

Enquanto médico municipal, foi fundador e director dos Serviços Municipais de Higiene do Porto, tendo sido figura-chave na abordagem e resolução da epidemia de peste que assolou a cidade em 1899. Depois de ter sido forçado a rumar a Lisboa no final de um 1899 bastante conturbado, o prestígio e competência científica que entretanto granjeara como perito higienista, levou-o a assumir os cargos de Inspector-Geral da Saúde Pública e professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa.

É na nova qualidade de Inspector-Geral que dá corpo a um projecto legislativo que chega finalmente à letra da lei, tendo sido o autor da famosa reforma de saúde de 1901. Conhecida desde então por *Reforma de Ricardo Jorge*, apesar de promulgada em 1899 só foi regulamentada em 1901, entrando em funcionamento em 1903. Documento basilar e estruturante do paradigma higienista português durante quase meio século, este regulamento consagrou, no dizer de Gonçalves Ferreira, as «bases do que se pode chamar o moderno sanitarismo considerado necessário ao País»¹³. Inclusive a reforma parcelar a que este normativo legislativo foi sujeita em 1926 também foi lavrada pela sua mão.

Em 1899 fundou o Instituto Central de Higiene, estabelecimento que em 1929 veio a adoptar o nome do seu fundador e primeiro director. Entretanto, desde 1912 passou a ser o representante português no *Office International d'Hygiène Publique*, onde se notabilizou, tendo recolhido o respeito dos seus congéneres estrangeiros. Em resumo, são estes elementos que se encontram bastas vezes repetidos na vasta bibliografia que consultámos sobre Ricardo Jorge.

2.3. AS REMEMORAÇÕES

Periodicamente, seja em datas comemorativas do seu nascimento, morte ou fundação do INSA, a figura de Ricardo Jorge é rememorada. À data da sua morte, em 1939, tanto a imprensa médica como a mais generalista lhe dedicaram lugar de franco destaque: artigos de homenagem na sua esmagadora maioria, foi amplamente evocado enquanto professor, médico, cientista, crítico literário, ou simplesmente amigo, mas sempre em tom claramente laudatório.

Com o assentar da poeira ao longo dos anos, foram surgindo as homenagens póstumas de pendor mais cívico ou académico conforme os autores dos eventos, materializadas em cerimónias e discursos públicos. Da toponímia à pintura, passando pela atribuição do seu nome ao Instituto que presidira em vida, foram várias as formas de homenagem que se acumularam. A 9 de Maio de 1946, ano em que completaria 88 anos, o recém-empossado director do Instituto Superior de Higiene, Fernando da Silva Correia, reuniu cerca de 60 pessoas com o intuito de organizar um plano de homenagens póstumas que incluiria a reedição de obras, conferências e homenagens a realizar em Lisboa, Porto e Coimbra. Resultaria daqui o *Grupo dos Amigos do Prof. Ricardo Jorge*, que incluía,

¹³ FERREIRA, 1990: 337.

entre muitos outros, Egas Moniz, Reinaldo dos Santos, Augusto de Vasconcelos, Eduardo Coelho e o próprio Fernando da Silva Correia¹⁴.

Em 1958 comemoraram-se os 100 anos do nascimento, altura em que se reeditaram algumas das suas obras com o apoio de subsídios estatais; em 2008 são os 150 anos que permitem agendar nova visita, desta feita com iniciativas do Instituto Ricardo Jorge, que no ano seguinte lhe agregou a comemoração dos 70 anos da sua morte e o 110º da Criação da Direção-Geral de Saúde e Beneficência Pública¹⁵.

A Faculdade de Medicina do Porto, herdeira das tradições da antiga Escola Médico-Cirúrgica não se furtou a uma dessas cerimónias, ao passo que a Câmara Municipal da Porto lhe rendeu uma homenagem expressa num número especial do seu *Boletim Cultural* em 1941¹⁶, cumprindo um irónico ato de contrição em nome da cidade que o viu nascer e da qual se viu forçada a partir de forma inglória no rescaldo da epidemia de peste de 1899.

A Universidade do Porto não deixou de lhe prestar culto e tributo, particularmente após a sua morte. Escreveram-se e publicaram-se uma miríade de pequenos textos, memórias e testemunhos, lembrando desde os episódios mais marcantes às particularidades da sua vida pessoal e científica, ressaltando o lugar como professor ilustre, mas também como homem da cultura portuense. Esses ecos vão ressoando no tempo presente, bem patentes na nota biográfica que a Universidade do Porto lhe reserva na página web dedicada aos seus mais ilustres e dilectos professores e alunos¹⁷.

Enquanto mecanismo memorialista, a própria filatelia não deixou de o incluir em duas emissões especiais cronologicamente separadas por 33 anos: a primeira em 1966, na emissão intitulada Cientistas Portugueses, e a mais recente em Setembro de 1999, sob a designação Vultos da Medicina¹⁸.

Entretanto, as homenagens cronologicamente mais próximas da sua morte foram dando lugar a posteriores e sucessivas análises historiográficas que se têm debruçado mais sobre aspectos parcelares da vasta herança documental e bibliográfica que deixou¹⁹. É agora a vez da História das Ciências se encarregar de o continuar a dissecar e expor; decompondo o personagem nas suas diferentes facetas, deslindando o contexto científico e cultural em que viveu, examinando o legado que persiste.

Em Agosto de 1939, quando Alfredo Pimenta escreveu sobre o recém-falecido Ricardo Jorge, apontava: «As memórias, se as escreveu, devem esclarecer milhares de assuntos – tanto no que se refere às pessoas, como no que diz respeito aos acontecimentos»²⁰. Mas tanto quanto sabemos, nunca as redigiu, pelo que coube (e ainda cabe) aos profissionais da História reconstruir o seu percurso.

¹⁴ Cf. CORREIA, 1946.

¹⁵ Cf. as Comemorações do 150º aniversário do nascimento de Ricardo Jorge (1858-1939), 15 de Dezembro de 2008.

¹⁶ Cf. *O Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 4, fasc. 4 (1941), p. 307-408.

¹⁷ Cf. Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto. Ricardo Jorge. Disponível em <http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?P_pagina=1001233>. [Consulta realizada em 21/02/2013].

¹⁸ Cf. PITA, 2000.

¹⁹ Cf. as diversas comunicações apresentadas na Conferência Internacional «Medicine, Laboratory and Society – Trajectos da História da Medicina e da Saúde Pública em Portugal – em homenagem a Ricardo Jorge (1858-1939)», 25-26 de Maio de 2009.

²⁰ PIMENTA, 1939.

2.4. A HISTÓRIA DA HISTÓRIA: ANÁLISES HISTORIOGRÁFICAS EM REDOR DE RICARDO JORGE

Percorrer a produção historiográfica dedicada a Ricardo Jorge, equivale a realizar uma viagem em redor da mitificação a que foi sujeito, deambulando pela prosa elogiosa e memorialista dos seus biógrafos até desembocar na historiografia mais recente, certamente mais crítica na abordagem das fontes e mais desapaixionada nos resultados que mostra.

As abundantes narrativas em seu torno, sobretudo as dos biógrafos e médicos que lhe foram coevos, ou pelo menos mais próximos em termos cronológicos, não conseguiram fugir do discurso apologético ou heroicizante do biografado. Apesar da relativa profusão de estudos de história da medicina que o versam na sua plural singularidade, apresentam intencionalmente um perfil claramente laudatório, arredando-se muitas vezes do rigor historiográfico. Daí que muitas destas abordagens sejam de natureza mais memorialista do que histórica, pelo facto de não contarem com as técnicas e métodos do historiador, seja a consulta directa de fontes, a sua contextualização e a determinação do sentido histórico dela resultante. E mesmo em alguns trabalhos mais recentes, nota-se a dificuldade que existe em expurgar o discurso historiográfico do elogio em que é fácil incorrer quando se escreve sobre Ricardo Jorge

Esta bibliografia secundária consiste em artigos muito pequenos, de poucas páginas, com o propósito expresso de o elogiar. Os exemplos são abundantes, mostrando a propensão dos médicos para manterem viva a memória do seu confrade, uma vez que à excepção de alguns críticos literários, escritores ou amigos pessoais, estes pequenos ensaios foram esmagadoramente redigidos por personalidades do mundo médico. A partir de 1937, mas sobretudo desde 1939 e até meados da década de 60 estes textos foram-se acumulando. E os respectivos autores também: Eduardo Coelho, Fernando da Silva Correia, José Alberto de Faria, Celestino da Costa, Nicolau de Bettencourt, Almeida Garret, Egas Moniz, Luís de Pina, Hernâni Monteiro, Mário Sottomayor Cardia, Armando Narciso, Augusto da Silva Travassos, Carlos Santos, Vasconcelos Frazão, António Augusto de Carvalho Dias, João de Araújo Correia, J. Cândido de Oliveira, Jacques Parisot, Reinaldo Santos, Celestino Maia e Maria Olívia Rúber de Meneses entre outros. Estes textos, muitos deles impressos sob a forma de notas esparsas ou artigos em números especiais de revistas, não representam um avanço historiográfico significativo no conhecimento da época e da obra de Ricardo Jorge.

No entanto, existem trabalhos de maior fôlego e profundidade analítica saídos da pena dos seus principais biógrafos. Sendo também os mais prolíficos, os médicos Eduardo Coelho e Fernando da Silva Correia escreveram aquelas que ainda continuam a ser as principais obras dedicadas à biografia de Ricardo Jorge. Apenas uma delas se publicou ainda em vida do biografado: *O Prof. Ricardo Jorge. Breve ensaio crítico seguido da resenha bibliográfica da sua obra* (1929), na qual Eduardo Coelho coligiu pela primeira vez as referências de grande parte da obra publicada de Ricardo Jorge. As demais tiveram lugar em 1939 ou foram realizadas pouco tempo depois da sua morte.

Um esforço posterior, ainda mais considerável foi realizado por Fernando da Silva Correia a partir de 1946²¹. Debruçou-se sobre algumas das múltiplas facetas do biografado, publicando desde então alguns trabalhos parcelares. A melhor síntese que nos legou encontra-se bem caracterizada pelo título: *A vida, a obra, o estilo, as lições e o prestígio de Ricardo Jorge* (1960)²², que continua a ser até hoje a mais completa e celebrada biografia de que se dispõe.

Numa linha semelhante, mas aflorando temáticas mais circunscritas do universo ricardiano, outros continuaram o mesmo desiderato: Cruz Malpique com *Ricardo Jorge – O escritor e Ricardo Jorge – O intelectual* (1958)²³, Barahona Fernandes com *Ricardo Jorge, personalidade e atitude espiritual* (1959) e ainda Eduardo Coelho: *Ricardo Jorge: o médico e o humanista* (1961). Lançando um breve olhar analítico a todas estas obras, importa sublinhar que se fizeram há mais de cinco décadas. Conquanto sejam fontes secundárias valiosas e muitas vezes as únicas passíveis de ser utilizadas, além de não trazerem a marca do historiador e da pesquisa arquivística, sacrificam muito vincadamente a malha contextual tanto a nacional como a internacional. Apesar disso, a história contextualizada de Ricardo Jorge tem vindo a ser escrita aos poucos, graças aos contributos mais ou menos díspares de diversos autores.

As narrativas convencionais e lineares, propositadamente escoradas nos postulados da genialidade pessoal e na inexorabilidade do progresso foram dando lugar a abordagens menos circunscritas e mais enraizadas na análise do espaço sociopolítico e da espessura temporal que envolveram a vida de Ricardo Jorge.

A comemoração dos 150 anos do seu nascimento em 2008 deu azo a um processo de revisionismo histórico de contornos bem mais próximos do que se espera da moderna historiografia. Passa então a ser analisado e visto primordialmente pelo escopo de historiadores, historiadores da ciência ou médicos-historiadores.

Numa breve análise biográfica, contextualizada do ponto de vista do espaço político do higienismo, da história das ciências biomédicas e das premissas do biopoder *foucaudiano*, Jorge Fernandes Alves traçou um quadro biográfico estruturado, integrando e articulando modelarmente a figura de Ricardo Jorge no seio da saúde pública portuguesa²⁴. Poucos anos antes, o mesmo autor deu à estampa a transcrição do relatório que Ricardo Jorge realizou em 1885 sobre o ensino médico no Porto. No prefácio, que bem mais do que um texto de apresentação é um excelente estudo introdutório, o mesmo autor delineou e contextualizou as preocupações e os problemas acerca do ensino médico na Escola Médico-Cirúrgica do Porto da segunda metade do século XIX²⁵. Ainda no seguimento das comemorações de 2008, Amélia Ricon Ferraz realizou uma contextualização diferente, com base no ambiente escolar e de progresso em que

21 «Ao tomar posse do cargo de director, em 24 de Janeiro de 1946, tomei o compromisso, antes de qualquer programa de acção, de prestar culto à alta figura mental e profissional de Ricardo Jorge». In CORREIA, 1946: 153.

22 CORREIA, 1960.

23 Cf. MALPIQUE, 1958a; MALPIQUE, 1958b; MALPIQUE, 1958c.

24 Cf. ALVES, 2008.

25 Cf. ALVES, 2003.

o nosso biografado viveu, realçando sobretudo o papel que teve no decorrer do episódio pestífero de 1899²⁶.

O culminar destas comemorações permitiu que viesse a lume um significativo conjunto de contributos de reflexão histórica, a que não continuam ainda a faltar os textos de homenagem, desta feita já sem as antigas premissas heroicizantes, mas bebendo ainda dos traços de preto que rodearam uma figura que – há que reconhecê-lo – quanto melhor se conhece, mais sedutora e cativante se torna. Trata-se de *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX – a propósito de Ricardo Jorge* (2010)²⁷, editado pelo Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos no rescaldo da Conferência Internacional *Medicine, Laboratory and Society. Trajectos da História da Medicina e da Saúde Pública em Portugal – em homenagem a Ricardo Jorge (1858-1939)*, que tiveram lugar no Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge entre 25 e 26 de Maio de 2009. Destacam-se as controvérsias científicas, a emergência do higienismo e da microbiologia, aflora a investigação no âmbito laboratorial. A maior novidade desta colectânea de artigos prende-se com, no dizer da recensão de Zulmira Hartz, a existência de um denominador comum que tem como «(...) quadro de referência a apropriação do conhecimento, entrelaçando diferentes continentes e áreas médicas numa mesma matriz ideológica pasteuriana, (...)» e ainda «(...) na reflexão sobre a história da saúde pública, com base nos aspetos centrais do legado de Ricardo Jorge: a medicina, o laboratório e a intervenção social»²⁸.

Neste caso o mote comemorativo também deu azo a outras reflexões: em tempos de crise, instabilidade e redefinição do Serviço Nacional de Saúde, também se revisita Ricardo Jorge com intuítos que por breves instantes ultrapassam os propósitos comemorativos. É isto que se depreende das palavras de Victor Machado Borges no prólogo dos *Percursos da Saúde Pública*, mostrando até que ponto a escrita da História pode servir princípios programáticos e políticos que ultrapassam a pena do historiador:

*Num tempo em que as grandes personagens se apagam em comissões, conselhos, grupos de trabalho, em que as responsabilidades se diluem e os méritos se desvanecem, estudar a obra daqueles que, associando o pensamento à acção, contribuíram de forma decisiva para aquela que é talvez a maior conquista civilizacional do século XX – o Serviço Nacional de Saúde – é fundamental para inspirar a luta na sua defesa, num tempo em que estranhos aos seus conceitos e às suas vantagens sociais, se comprazem em ataques fáceis e irresponsáveis*²⁹.

O habitual pendor historiográfico das obras dedicadas a Ricardo Jorge começa mesmo a apresentar matizes de natureza sociológica, como é o caso da nota introdutória da recente reedição de *A Peste Bubónica no Porto* (2012; 1ª ed. 1899), escrita por Bruno Monteiro³⁰.

²⁶ Cf. FERRAZ, 2008.

²⁷ Cf. AMARAL et al., 2010.

²⁸ HARTZ, 2012: 1101.

²⁹ BORGES, 2010: 5.

³⁰ Cf. MONTEIRO, 2012.

No entanto, é enquanto actor de políticas de saúde pública e interveniente directo em questões sanitárias que o seu pensamento e actuação continuam a ser frequentemente invocados e analisados, como no caso de «Uma Questão Nacional» *Enredos da malária em Portugal, séculos XIX e XX* (2010)³¹, de Mónica Saavedra, ou nos meandros da história da cultura científica, caso da clássica *Liturgia Higienista no século XIX* (1993)³², de Ana Leonor Pereira e João Rui Pita.

Colocando de parte os discursos encomiásticos, que julgamos estarem já arredados da investigação histórica científica, estas abordagens mais recentes não deixam de mostrar o prestígio granjeado por Ricardo Jorge. Por outro lado, não é possível tratar com propriedade toda uma série de assuntos da História Contemporânea portuguesa sem fazer uso das fontes directas e indirectas que nos legou, seja quando se pretende escrever sobre demografia ou bioestatística, higienismo e saúde pública, doenças emergentes ou prevalentes, flagelos sanitários ou políticas sanitárias.

Apesar do valor de todos estes contributos que referimos, sobretudo dos que têm vindo a lume desde 2003, atrevemo-nos a afirmar que se continua a aguardar a monografia integradora que o tema e o personagem impõem, tanto mais que uma visão desapaixonada requer uma abordagem menos laudatória e mais analítica.

3. AS RECOLHAS BIOBIBLIOGRÁFICAS E O PROJECTO EM CURSO

Inserido no âmbito do pós-doutoramento do autor deste artigo a decorrer no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra, encontra-se em curso o projecto intitulado *Saúde e modernidade em Ricardo Jorge. Estudo bibliográfico*. Entre outros objectivos, pretende-se realizar um guia bibliográfico com as obras de Ricardo Jorge e com o que até à presente data sobre ele se escreveu, não só do ponto de vista biográfico mas também historiográfico e memorialista.

A recolha de fontes e bibliografia, tanto a proveniente da pena do próprio Ricardo Jorge como aquela que o tem como tema, foi realizada a partir de um conjunto disperso de acervos. Se bem que a maior parte da sua obra se encontra na Biblioteca do INSA, que para o efeito a disponibiliza em grande parte através do seu sítio web, existe ainda uma multiplicidade de outras obras e escritos do autor espalhados por outras bibliotecas e arquivos, incluindo uma quantidade considerável de artigos em periódicos.

Este exercício foi tentado por Eduardo Coelho em 1929, que após uma recolha que o próprio reconhece incompleta, chega a um total de 209 títulos³³, vários deles referenciados de forma muito sumária e em alguns casos incorrecta. Seguiu-se outra em 1946 que aumenta para 256 o número total de títulos, mas ainda assim inacabada³⁴. Inclui, no entanto, várias publicações editadas entre 1929 e 1939. Ainda em 1946 surgiria a primeira

³¹ Cf. SAAVEDRA, 2010.

³² Cf. PEREIRA & PITA, 1993.

³³ Cf. COELHO, 1929.

³⁴ Cf. COELHO & CASTRO, 1946.

colectânea de referências bibliográficas de escritos sobre Ricardo Jorge³⁵, a maior parte dos quais se encontra reunida em alguns números de *A Medicina Contemporânea* (1939) e da revista *Clínica, Higiene e Hidrologia* (1941). Em 1939 a *Lisboa Médica* também lhe dedicou um número temático com alguns textos memorialistas.

Desde então os exercícios de recolha bibliográfica não recolheram adeptos, talvez pelo facto da quantidade de dispersos continuar absolutamente desconhecida. Difíceis de localizar, muitas vezes só por mero acaso se encontram no decorrer da demorada leitura de colecções inteiras de periódicos.

A compilação em curso obedeceu a princípios de sistematização bibliográfica para que os leitores – sejam investigadores com interesses do foro académico ou não – possam aquilatar do aspecto multifacetado, riqueza intelectual e erudição deste invulgar homem de ciência. Através desta bibliografia somos autorizados a responder com segurança a algumas questões entretanto levantadas, se bem que importa reconhecer as limitações impostas pela vastidão da obra do biografado: nos longos meses despendidos na recolha das fontes tivemos a oportunidade de verificar que existem muitos textos que escapavam à catalogação existente e é possível que ainda subsista uma quantidade indeterminada de escritos dispersos que escaparam à nossa recolha. A pesquisa pelos periódicos mostrou-se particularmente difícil, bem como a localização dos textos dispersos nos múltiplos *Procès-verbaux* do *Office International D’Hygiène Publique* ou publicados no contexto da Sociedade das Nações, onde se encontram vários dos discursos que serviriam de base a compilações posteriormente reunidas em relatórios que se reproduzem em grande parte nos *Arquivos do Instituto Central de Higiene*. Por outro lado, as múltiplas separatas originadas em artigos publicados um pouco por toda a imprensa médica, mas sobretudo na *Lisboa Médica*; *Clínica, higiene e hidrologia* ou em *A Medicina Contemporânea*, aumentam ainda mais o volume total de obras. Sempre que possível, e quando os textos não apresentam diferenças ou adendas, indicou-se apenas uma das publicações por forma a evitar duplicações.

Existem ainda outras fontes tornadas disponíveis ao público desde 2009. Uma grande parte dos seus manuscritos, correspondência e fotografias encontram-se armazenadas em 37 caixas que formam o espólio existente na Biblioteca Nacional. Talvez a parte que mais interessa aos historiadores se prenda com a epistolografia que trocou com uma variedade de outros médicos portugueses e estrangeiros, figuras do universo político, intelectuais e outros escritores. Entre centenas de manuscritos, recortes de jornais, cartas que lhe foram dirigidas, fotografias, postais, telegramas e cartões-de-visita, muito se pode ainda descortinar na altura de reconstruir a sua linha biográfica. Apesar da catalogação se ter realizado quando o espólio foi doado à Biblioteca Nacional, não está ainda organizada de forma ideal. Aguarda-se um adequado tratamento deste espólio, onde apenas a digitalização e recatalogação permitiriam facilitar e tornar mais adequado o acesso a toda esta documentação.

35 Cf. COELHO, 1946.

Pretende-se que os resultados finais do trabalho ainda em curso, incluindo a biobibliografia, venham a merecer uma publicação que reúna estes e outros aspectos da vida de Ricardo Jorge, mas também reconhecemos que mesmo assim o assunto estará muito longe de se esgotar.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes (2008) – *Ricardo Jorge e a Saúde Pública em Portugal – Um Apostolado Sanitário*. «Arquivos de Medicina», 22 (2/3), p. 85-90.
- ALVES, Jorge Fernandes, *org. e prefácio* (2003) – *Signo de Hipócrates – O ensino médico no Porto segundo Ricardo Jorge*. Porto: Sociedade Portuguesa de Gastrenterologia.
- AMARAL, Isabel; CARNEIRO, Ana; MOTA, Teresa Salomé; BORGES, Victor Machado; DORIA, José Luís, *coord.* (2010) – *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX – a propósito de Ricardo Jorge*. Lisboa: CELOM – Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos.
- ANTUNES, João lobo (2010) – *Egas Moniz. Uma Biografia*. Lisboa: Gradiva.
- BERRIDGE, Virginia (2008) – *History Matters? History's Role in Health Policy Making*. «Medical History», vol. 52, n.º 3, p. 311-326.
- BORGES, Victor Machado (2010) – *Prólogo. Um grande Homem do seu tempo, um grande Homem de sempre*. In AMARAL, Isabel; CARNEIRO, Ana; MOTA, Teresa Salomé; BORGES, Victor Machado; DORIA, José Luís, *coord.* – *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX – a propósito de Ricardo Jorge*. Lisboa: CELOM – Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos, p. 5-7.
- BYNUM, W. F. (1994) – *Science and the practice of medicine in the nineteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BYNUM, W. F.; LOCK, Stephen; PORTER, Roy, *ed.* (1992) – *Medical journals and medical knowledge: historical essays*. Routledge: London.
- COELHO, Eduardo (1929) – *O Prof. Ricardo Jorge. Breve ensaio crítico, seguido da resenha bibliográfica da sua obra*. Paris; Lisboa: Liv. Aillaud & Bertrand.
- (1946) – *Le Prof. Ricardo Jorge – Note Bibliographique de travaux qui lui son consacrés*. «Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge», ano I, n.º 4, p. 266-269.
- COELHO, Eduardo; CASTRO, Canto e (1946) – *Contribution à la Bibliographie du Prof. Ricardo Jorge*. «Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge», ano I, n.º 1, p. 13-25.
- CORREIA, Fernando da Silva (1960) – *A vida, a obra, o estilo, as lições e o prestígio de Ricardo Jorge*. Compilação, Prefácio, Notas e conclusões de Fernando da Silva Correia. Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge.
- (1946) – *O grupo dos amigos do Prof. Ricardo Jorge*. «Boletim do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge», ano I, n.º 2, p. 153-160.
- CORREIA, Manuel da Encarnação Simões (2010) – *Egas Moniz: Representação, Saber e Poder*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento.
- DARMON, Pierre (1999) – *L'homme et les microbes: XVIIe-XXe siècles*. Paris: Fayard.
- DUFFY, John (1990) – *The sanitarians: a history of American public health*. Urbana: University of Illinois Press.
- FERNANDES, Barahona (1959) – *Ricardo Jorge, personalidade e atitude espiritual*. Separata de «Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa», tomo 123, n.º 8. Lisboa: Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa.
- FERRAZ, Amélia Ricon (2008) – *Ricardo de Almeida Jorge – Médico e Humanista Portuense, Higienista Intemporal*. «Arquivos de Medicina», 22 (2/3), p. 91-100.
- FERREIRA, F. A. Gonçalves (1990) – *História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- HARTZ, Zulmira Maria de Araújo (2012) – *Ricardo Jorge e a história da saúde pública em Portugal*. «História, Ciências, Saúde – Manguinhos», vol. 19, n.º 3, p. 1101.
- KOTOWICZ, Zbigniew (2012) – *Psychosurgery – The Birth of a New Scientific Paradigm. Egas Moniz and the Present Day*. Lisbon: Centre for Philosophy of Science, University of Lisbon.
- LATOUR, Bruno (1988) – *The Pasteurization of France*. Trad. Alan Sheridan e John Law. Cambridge, London: Harvard University Press.
- LESKI, Erna (1984) – *Medicina Social. Estudios y testimonios históricos*. Madrid: Ministerio de Sanidad y Consumo.
- MONTEIRO, Bruno (2012) – *Os anos portuenses de Ricardo Jorge. Sociologia de um higienista ‘militante’ (1858-1900)*. In JORGE, Ricardo – *A Peste Bubónica no Porto*. Prefácio de Virgílio Borges Pereira e nota introdutória de Bruno Monteiro. Lisboa: Deriva Editores.
- MURAD, Lion; ZYLBERMAN, Patrick (1996) – *L’hygiène dans la République. La santé publique en France ou l’utopie contrariée, 1870-1918*. Paris: Fayard.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (2007) – *Public health, municipalities and the state: founding microbiological laboratories in Portugal*. In DINGES, Martin, ed. – *Health and health care between self-help, intermediary organizations and formal poor relief (1500-2005)*. Edições Colibri /CIDEHUS-UE/PhoenixTN, p. 121-130.
- (2006) – *Miguel Bombarda (1851-1910) e as singularidades de uma época*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- (2005) – *Egas Moniz (1874-1955). Marinheiro da ciência e da tecnologia, Prémio Nobel de Medicina e Fisiologia, 1949*. «Estudos, Nova série», 5, p. 331-346.
- (1993) – *Liturgia higienista no século XIX – pistas para um estudo*. «Revista de História das Ideias», 15, p. 437-559.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui; RODRIGUES, Rosa Maria (1999) – *Retrato de Egas Moniz*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PIMENTA, Alfredo (1939) – *Ricardo Jorge, «A Voz»*.
- PITA, João Rui (2000) – *Filatelia. Ricardo Jorge e a Farmácia*. «Revista da Ordem dos Farmacêuticos», 35, p. 32.
- PORTER, Dorothy (1999) – *Health, civilization, and the state: a history of public health from ancient to modern times*. London: Routledge, 1999.
- (1994) – *The history of public health and the modern state*. Amsterdam: Rodopi.
- (1993) – *Public health*. In BYNUM, W. F. and PORTER, R. eds. – *Companion encyclopedia of the history of medicine*. London and New York: Routledge, vol. 2, p. 1231-1261.
- ROSEN, George (1993) – *A history of public health*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- (1985) – *De la policía médica a la medicina social. Ensayos sobre la historia de la atención a la salud*. Trad. do inglês de Humberto Sotomayor. México: Siglo XXI editores.
- REPOLHO, Sara (2008) – *Sousa Martins; ciência e espiritualismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SAAVEDRA, Mónica Alexandra de Almeida Monteiro (2010) – «*Uma Questão Nacional*» *Enredos da malária em Portugal, séculos XIX e XX*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Especialidade: Antropologia Social e Cultural.

OS INTELLECTUAIS E A SUPERACÃO DA CRISE NACIONAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX EM PORTUGAL: O PROJETO AGUILISTA (1910-1912)

ELIANA BRITES ROSA*

Resumo: O presente artigo, desenvolvido no âmbito da História Política dos Intelectuais, pretende revisitar o contexto conturbado do início do século XX em Portugal e analisar o papel dos intelectuais na superação da crise nacional. Partindo das teorias produzidas, sobre a ação política intelectuais, por René Remond, Jean-François Sirinelli e Régis Debray, selecionamos como estudo de caso A Águia. Revista literária que nasceu com a I República, em 1910, e que se tornou numa das mais importantes publicações da primeira metade do século XX.
Palavras-chave: Intelectuais; Crise; A Águia; I República.

Abstract: This article, as a contribution to the Political History of Intellectuals, aims to revisit the troubled context of the early twentieth century in Portugal and analyze the role of intellectuals in overcoming the national crisis. Building on the theories of Rene Remond, Jean-François Sirinelli and Régis Debray, we selected A Águia as a case study. This literary magazine began with the First Republic in 1910 and became one of the most important publications of the first half of the twentieth century.
Keywords: Intellectuals; Crisis; A Águia; First Republic.

1. INTRODUÇÃO

Num momento em que Portugal passa por um contexto conturbado, vivendo uma das mais graves crises das últimas décadas, o tema da crise ganhou destaque na esfera pública, sendo um tema amplamente analisado nos âmbitos mais tradicionais como o da política e o da economia, assim como nos domínios científico, social e cultural. Desde a falência do banco Lehman Brothers nos Estados Unidos nenhum setor da sociedade na Europa, e particularmente em Portugal, está indiferente a esta problemática. Por isso, o termo *crise* está presente no(s) discurso(s) do quotidiano e generalizou-se a todas as camadas sociais. Neste sentido, é possível verificar que existem múltiplas reflexões sobre a crise, versando sobre as causas e os culpados, as características e as possibilidades de superação da crise. A crise que veio de fora, tornou-se numa crise nacional e foi ganhando contornos cada vez mais «portugueses», o que levou a uma (re)avaliação dos elementos que constituem a identidade portuguesa.

O contexto conturbado do início do século XXI afeta indubitavelmente o regime democrático e leva a múltiplas considerações sobre a natureza do regime, o papel dos partidos, a função das elites políticas e partidárias (em geral) e parlamentar (em particular). Por conseguinte, alguns elementos herdados da cultura política republicana vão sendo progressivamente abandonados e/ou adulterados como é o caso mais evidente dos feriados políticos. Por tudo isto, torna-se pertinente (re)visitar o contexto conturbado do

* USC, CEPP-UCP/CITCEM-FLUP. Email: erosa@porto.ucp.pt.

início do século XX, a implantação da República pela Revolução de 5 de Outubro de 1910. Período de sentimento generalizado de decadência, ao qual estava associado a ideia de crise, traçando-se um caminho de busca pelo *novo* e tentativa de abandono do *velho*. Existia um forte desejo de superar a(s) crise(s) que afetavam a governação do país e alcançar melhores níveis de desenvolvimento social, económico e cultural. A ideia de superação da crise nacional estava associada ao Republicanismo e era parte integrante da cultura política republicana, portadora de uma visão messiânica prometeica e que detinha a missão de regenerar a pátria, através da demopédia. Portanto, a renovação nacional estava associada à construção de um República e à formação de cidadãos. Neste âmbito os intelectuais desempenham um papel central, porque para além de serem o grupo mais politizado da sociedade, detêm o poder da imprensa e da escrita (eram proprietários, editores e escritores assíduos em jornais e revistas) e para além disso, desenvolvem ações cívico-políticas e (a)partidárias no campo cultural.

O nosso estudo, desenvolvido no âmbito da História Política dos Intelectuais, pretende analisar o papel dos homens de letras na superação da crise no advento da I República em Portugal. Trata, portanto, das relações entre os intelectuais, a sociedade e a política, tendo por estudo de caso a projeto aguilista, desde a fundação da revista *A Águia* até a formação da *Renascença Portuguesa*, entre 1910-1912.

2. OS INTELECTUAIS E A POLÍTICA NA EUROPA NOS INÍCIOS DO SÉCULO XX

Todas as sociedades ao longo das várias épocas históricas têm os seus intelectuais. Contudo, é nos finais do século XIX com o *caso Dreyfus* (1894-1906), em França, que se cristaliza a figura do intelectual comprometido na Europa. O intelectual moderno nasce no século XVIII, na Época das Luzes, quando se tenta libertar do poder absoluto da monarquia e da omnipresença da Igreja. A partir daí, enfrenta as instituições tradicionais, conquista o seu próprio lugar e obtém a legitimação da sua função criadora e cívica na sociedade¹.

Por isso, ao longo do século XIX os intelectuais europeus intervêm em assuntos políticos e participam ativamente na esfera pública, pronunciando-se e combatendo por causas políticas e sociais, partir do *campo literário*. Desde então os intelectuais tornaram-se num grupo mais politizado, sendo até na opinião de Régis Debray «o grupo mais politizado da sociedade»². A ação política dos intelectuais é ampla e diversificada, como sistematizou René Remond, devemos considerar ação política: a participação em campanhas eleitorais, o exercício de um mandato parlamentar, a militância num partido, a elaboração de manifestos e a apreciação pública sobre problemas, homens e questões políticas³. Por isso, o intelectual detém um poder específico, a que Norberto Bobbio, designou *poder ideológico*. De acordo com Bobbio o *poder ideológico* dos intelectuais diferencia-se de todos os outros porque atua «sobre as mentes pela produção e transmissão de

¹ SIRINELLI, 1998: 45-48; MINC, 2010: 7-8.

² DEBRAY, 1979: 155.

ideias, de símbolos, de visões do mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra»⁴. Portanto, o poder dos intelectuais está associado essencialmente ao uso da palavra e à construção de discurso(s). Por isso, quando Edgar Morin refletiu sobre o papel dos intelectuais na sociedade contemporânea, considerou que estes desenvolvem uma função dupla e contraditória, na medida em que produzem e criticam simultaneamente mitos e ideologias⁵. Portanto os intelectuais detêm um poder específico, que coexiste com os outros (como por exemplo: o político, o militar e o económico), mas que se produz a partir do *campo intelectual* (constituído por vários campos: literário, cultural, artístico e científico/académico). O *campo intelectual*, tornou-se efetivamente um *campo de poder*, (conceitos elaborados por Pierre Bourdieu⁶), com funcionamento interno complexo e tenso (constituído por hierarquias, redes sociais e de poder, conflitos e processos de legitimação) e portador de meios específicos, que estão associados à esfera literária (como por exemplo: revistas, jornais e livros), á esfera cultural e artística (como por exemplo o teatro e a música) e ainda a esfera científica, esta última associada às universidades.

Desde o século XVIII, os homens das letras e os artistas envolvem-se em questões políticas e participam em combates na esfera pública, contudo o *caso Dreyfus* (1894-1906) dá legitimidade aos intelectuais para intervir na sociedade, porque pela primeira vez um combate intelectual torna-se num combate político⁷, inaugurando «le printemps des clercs»⁸.

O *caso Dreyfus* (1894-1906) foi o nome dado à polémica que envolveu o processo de condenação do capitão Alfred Dreyfus, a 22 de dezembro de 1894. O oficial foi acusado de crime de traição pelo tribunal militar, por alegadamente ter passado documentos secretos ao adido militar da embaixada alemã. Como consequência foi-lhe aplicada a pena de expulsão do exército, seguida de degredo perpétuo. O militar foi defendido pelo seu irmão Mathieu Dreyfus e pelo seu amigo Bernard Lazare. Apesar da defesa de Dreyfus encontrar provas da sua inocência, o Estado-Maior não quis rever o processo e não pôs em causa a decisão do Tribunal e a autoridade do Exército. Se no início o caso tinha contornos de espionagem e traição, com o decorrer do processo judicial tudo se altera. Após algumas investigações levadas a cabo pela defesa, permitiram demonstrar que o capitão era inocente e alguns intelectuais como Lucien Herr, Lucien Lévy-Bruhl, Charles Péguy e os colaboradores da «La Revue Blanche», mobilizaram-se no sentido de ajudar a repor a justiça num processo, que tinha contornos de conspiração contra um homem de origem judaica e, portanto, iniciaram a luta pelo revisionismo do processo⁹. A condenação do militar foi um acontecimento muito importante na afirmação do discurso nacionalista que se vinha a desenvolver desde o início da década de 1870¹⁰. Para além disso, o

3 RÉMOND, 1959: 860.

4 BOBBIO, 1996: 11.

5 MORIN, 1981: 242.

6 BOURDIEU, 2002.

7 CHARLE, 2001: 308-310.

8 SIRINELLI, 1998: 43-57.

9 WINOCK, 1996: 371.

10 ANDRADE, 1999: 24.

caso Dreyfus tem consequências políticas a nível governamental, gerando uma das maiores crises que afetaram o regime republicano e ditou o fim da «República dos Moderados» e o início do tempo da «República radical»¹¹.

Para além das implicações diretas que este acontecimento teve em França, teve ecos por toda a Europa e até mesmo no mundo. Por isso, tornou-se num caso emblemático, porque introduz e a generaliza o conceito *intelectual* na sociedade contemporânea europeia e ocidental; altera de forma indelével o estatuto dos *homens das letras*, dos artistas e dos cientistas, concedendo-lhes prestígio na esfera pública e legitimidade para se pronunciar (individualmente ou em grupo) na defesa dos interesses dos cidadãos; o intelectual assume um papel político a partir do campo cultural ou, se quisermos, apropria-se da responsabilidade/missão de intervir em assuntos políticos e sociais, o que até a esse momento estava reservado ao poder político. Para além disso, este acontecimento inaugura uma nova forma de fazer política, sem partidos, sem eleições, sem parlamentos. O início do século XX assiste à consolidação do *campo intelectual*, apoiada pelo papel da imprensa e da literatura na sociedade que estava em mudança. Tal como referiu Virgínia Wolf no início do século XX o «caráter humano mudou», segundo a escritora britânica, «Houve uma mudança em todas as relações humanas – entre patrões e criados, maridos e mulheres, pais e filhos. E quando se modificam as relações humanas, ocorre a mudança na religião, na conduta, na política e na literatura»¹². De facto, progressivamente a sociedade europeia rompe com o passado histórico e abandona as tradicionais estruturas sociais, políticas, económicas e religiosas. Desde finais do século XIX, inaugura-se uma nova fase na história da Europa, constituída pelo progresso económico e industrial, a revolução nas comunicações, o crescimento demográfico, a democratização do acesso aos vários níveis de ensino, a hegemonia dos valores burgueses, republicanos e liberais. Não se deve ignorar a emergência de novas ideias filosóficas e doutrinas políticas que viriam a influenciar o pensamento europeu e a ter repercussões no campo político ao longo de todo o século XX. Com tudo isto alteraram-se os estilos de vida e ocorrem consequentes modificações nos hábitos e gostos culturais. A ciência desempenhou um papel fundamental nas melhorias das condições de vida das populações e revelou um interesse crescente nas questões sociais, que muitas vezes se cruzavam com a esfera do poder político. Por toda a Europa assistia-se a um clima de mudança e de progresso e portanto, o *caso Dreyfus*, espelha o contexto em ebulição da época e cristaliza a figura do intelectual como um novo elemento político, que se debate por questões cívicas, que surge como um missionário, que comportando conhecimentos especiais, assumiu a responsabilidade de intervir na esfera pública em defesa de valores universais, que estariam acima dos interesses políticos e partidários. Por conseguinte, o intelectual posicionou-se acima dos jogos políticos, o que naturalmente teve impacto no campo político e teve repercussões na forma de fazer política

Em Portugal, o *caso Dreyfus* teve repercussões junto dos movimentos republicano e socialista, que se identificaram com os valores proclamados pelos *Dreyfursards*, assim

¹¹ BERSTEN, 1997: 344.

¹² WOOLF, 1985: 65.

como com a luta empreendida em defesa desses valores, associados à justiça, liberdade e democracia. Por isso, manifestaram-se na imprensa e escreveram livros demonstrando solidariedade com os acontecimentos em França¹³. Os intelectuais portugueses, à semelhança do que acontecia na Europa, envolvem-se em questões políticas e por isso eram atores políticos ativos, debatiam-se em torno de questões ideológicas determinantes na governação do país¹⁴. A ação dos intelectuais portugueses acentua-se com o início do republicanismo em 1848, tendo como o seu auge com a Geração de 70, cujo líder carismático Antero de Quental (1843-1881), desenvolveu uma vasta ação no âmbito académico e cultural, destacando-se as *Conferências do Casino*, que pretendia «abrir uma tribuna onde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este movimento do século, preocupando-os sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos»¹⁵. Anos mais tarde, em 1890, ocorre o Ultimato inglês, que foi um dos mais importantes acontecimentos políticos dos finais do século e que agravou o descontentamento com a monarquia constitucional. A questão diplomática intensificou o apoio ao republicanismo e gerou um forte movimento patriótico contra a Inglaterra e, conseqüentemente a sublevação popular contra o Rei D. Carlos e o Governo. As manifestações de indignação estenderam-se à imprensa, ao meio académico (professores e alunos) e aos intelectuais. Ficando para sempre associados os versos de Guerra Junqueiro (1850-1923), de Gomes Leal (1848-1921) e a prosa de Fialho de Almeida (1857-1911). Neste contexto de crise política e diplomática aprofunda-se a sensibilidade depressiva, devido ao agravamento dos sintomas da crise económica e financeira. Para superar a crise nacional fundase, na cidade do Porto, a Liga Patriótica do Norte, grupo de intelectuais e militares, onde se destacou a presença de Antero, Sampaio Bruno (1857-1915), Basílio Teles (1856-1923), entre outras figuras da cultura de prestígio da época. A mesma cidade foi palco da malograda Revolução do 31 de janeiro de 1891, que tentou derrubar a Monarquia Constitucional e implantar a Republica.

Os movimentos intelectuais mais importantes do século XIX e as ações políticas a eles associadas viriam a influenciar a criação da revista literária portuense *A Águia* em 1910, aquando da implantação da Republica, contexto de renovadas esperanças e de elaboração de projetos regeneradores.

3. A ÁGUIA (1910-1912): DE REVISTA LITERÁRIA A MOVIMENTO CULTURAL NO DEALBAR DA I REPÚBLICA EM PORTUGAL

No início do século XX as revistas literárias desempenharam um papel importante na ação dos intelectuais na esfera pública, permitindo agir a partir do *campo literário*, à margem dos partidos (embora alguns intelectuais desenvolvessem atividade partidária) e do aparelho de Estado. Portanto, a partir do seu campo de poder, propagam ideias, lançam

¹³ MACHADO, 1999: 19.

¹⁴ RAMOS, 1992: 483-528.

¹⁵ JÚNIOR, 1930: 20.

críticas sobre vários aspetos da governação e apontam alternativas. Demonstrando de forma efetiva o poder da escrita e, o poder da imprensa, na época. Muitas vezes as revistas constituíram uma tribuna para contestação e, simultaneamente, para a promoção de (novas) ideias. Constituindo um meio privilegiado para a apresentação de novas formas de interpretar o mundo, e por conseguinte, foram um instrumento para agir sobre ele.

As revistas desempenharam um papel específico, especialmente as revistas literárias, e se as compararmos com os jornais podemos ver que existem muitas diferenças entre estes dois tipos de publicações periódicas. As revistas, de uma maneira geral, faziam muitas vezes eco das notícias dos jornais, por ser uma publicação mais tardia, e portanto menos imediata, e como tal menos mediática, mas nem por isso menos importante. As revistas são menos efémeras do que os jornais e têm uma função aglutinadora, pois são capazes de reunir vários colaboradores em torno de objetivos comuns, ideias e doutrinas. As revistas na época representavam frequentemente grupos, sendo portanto, porta-vozes de movimentos culturais, políticos e cívicos, até porque nasciam em momentos de crise, em ocasiões específicas, e como resposta a acontecimentos concretos. Como tal, as revistas eram um meio privilegiado pelos intelectuais para se expressarem, para comunicarem com o seu público, e onde imprimiam as suas reflexões e críticas, sendo um palco singular para ação cultural e política dos homens das letras e dos artistas dos inícios do século XX. De acordo com José Augusto Seabra, as revistas

*são um dos meios privilegiados de intervenção e mobilização ideológica, literária ou estética, catalisando correntes, tendências consensuais ou polémicas em confronto, num contexto de estabilidade ou de crise, e contribuindo por vezes decisivamente para as grandes viragens do poder*¹⁶.

A *Águia* (1910-1932), revista literária portuense, não contribuiu para uma viragem do poder em Portugal, mas nasceu com a missão cultural de ajudar a implementar o novo regime republicano. O projeto aguilista foi criado por um grupo de jovens, no alvorecer da República, vindo a tornar-se numa das principais publicações culturais das primeiras décadas do século XX e abriu uma nova fase no âmbito das revistas literárias. Numa reflexão sobre o contexto cultural dessa época, Nuno Júdice, referiu:

*O fenómeno de publicação de revistas literárias com uma coerência estética, filosófica e, por vezes política tem início logo a seguir à proclamação da República. A mais conseguida é A Águia*¹⁷.

Muito provavelmente essa «coerência» adveio das raízes históricas no contexto literário e político da cidade do Porto do século XIX e pelos nomes que se associaram ao projeto editorial desde o seu início, tendo passado pela direção: Teixeira de Pacoaes, António Carneiro, José de Magalhães, Leonardo Coimbra, Hernâni Cidade, Teixeira Rego, Sant'Anna Dionísio, Delfim Santos e Aarão de Lacerda. Também é importante referir que

¹⁶ SEABRA, 2003: 19-20.

¹⁷ JÚDICE, 1990: 256.

A *Águia* desenvolveu um trabalho importante na divulgação de textos inéditos de grandes figuras da literatura portuguesa oitocentista e pela colaboração, a partir da 2.ª série, de correspondentes no estrangeiro como Philéas Lebesgue, Unamuno, Ribero y Rovira, Almáquio Dinis, Costa Macedo, Álvaro Pinto e Armando Tâmega¹⁸.

A receção da revista portuense não terá sido a melhor no *campo literário* em 1910¹⁹. Contudo, Álvaro Pinto, com a colaboração de Manuel Laranjeira, Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão, Raul Proença, Teixeira de Pascoaes e Augusto Casimiro, publica o primeiro número nos primeiros momentos da implantação da República, a 1 de dezembro de 1910. Se no início recebeu críticas, aliás como alguns dos seus membros o já tinham experimentado no projeto anterior *Nova Silva* (1907)²⁰, viriam a receber novamente críticas negativas em 1912, quando *A Águia* se torna o órgão oficial do movimento cultural *Renascença Portuguesa*.

No número inaugural da II.ª Série da revista (publicado a janeiro de 1912), Teixeira de Pascoaes, inspirado pela nova fase política e apresenta o programa do movimento, escrevendo:

O fim da revista como órgão «Renascença Portuguesa» será, portanto, dar um sentido às energias intelectuais que a nossa raça possui, isto é colocá-las em condições de se tornarem fecundas, de poderem realizar o ideal que, neste momento histórico, abraça todas as almas sinceramente portuguesas: – criar o novo Portugal, ou melhor, ressuscitar a Pátria Portuguesa, arrancá-la do túmulo onde a sepultaram alguns séculos de escuridade física e moral em que os corpos definharam e as almas amorteceram.

Por isso, a Sociedade a que me referi, se intitula «Renascença Portuguesa». Mas não imagine o leitor que a palavra Renascença significa simples regresso ao Passado. Não! Renascer é regressar às fontes originárias da vida, mas para criar uma vida nova²¹.

Para além disso, *A Renascença Portuguesa*, de acordo com os seus estatutos, pretendia «promover a maior cultura do povo português, por meio da conferência, do manifesto, da revista, do livro, da biblioteca, da escola, etc.»²², portanto, com isto visava renovar, ou fazer renascer o país, sobretudo a nível das mentalidades e criar uma consciência cívica, ajudando a formar cidadãos. Os intelectuais inspirados pelos princípios republicanos de crença absoluta e otimista do poder da instrução e da cultura defendiam a criação de um novo homem, libertando da sua animalidade e sublimando a condição humana.

Este projeto cultural, de cariz cívico e político, foi objeto de reflexão no *Inquérito Literário*, realizado por Boavida Portugal e dirigido aos intelectuais portugueses em 1912 (publicado em livro em 1915), sobre a vida literária portuguesa. Nesse documento encon-

¹⁸ PEREIRA, 1995: 87.

¹⁹ No primeiro número consta uma nota «Os “génios”» com o seguinte conteúdo «A *Águia* andava no choco e já lhe anunciavam a cor das penas, a força das garras, a tesura do bico. Seria, quando muito, ... galinha.», in *A ÁGUA*, n.º 1, 1910: 16.

²⁰ *A Nova Silva*, uma revista literária, de pendor anarquista e doutrinação libertária, criada na crise académica durante a Ditadura de João Franco, foi dirigida por Leonardo Coimbra, Álvaro Ribeiro, Jaime Cortesão e Cláudio Basto. Todos eles, com exceção do último nomeado, participaram revista *A Águia*.

²¹ *A ÁGUA*, n.º 1, 1912: 1.

²² *A VIDA PORTUGUESA. QUINZENÁRIO DE INQUÉRITO À VIDA NACIONAL*, n.º 1, 1912: 1.

tram-se várias opiniões que depreciam claramente o projeto aguilista como foi o caso de Júlio de Matos e de Gomes Leal. O primeiro, Júlio de Matos, desvaloriza e afirma:

*A Águia, que se diz órgão de uma renascença portuguesa... – Sim, existe. São rapazes, não é verdade? Mas tudo aquilo é ordinário. (...). Todos esses rapazes cantam tristezas, magoas que eles próprios criam; mas isso não é modo de renascer*²³.

Assim como o segundo, o poeta Gomes Leal, que comenta o papel d' *A Águia* e as principais ideias preconizadas:

*Ela é, quando muito órgão de uma roda de rapazes [...]. É lá possível renascer pela saudade, que é uma ideia regressiva! [...] Só uma evolução, que o tempo trará pode fazer o renascimento da nossa literatura*²⁴.

Apesar das críticas apontadas à ideia de *renascença nacional*, como superação da crise, sustentada na ideia de *Saudade* preconizada por Pascoaes, cuja teoria foi apoiada desde o início por Jaime Cortesão e influenciou o pensamento criacionista de Leonardo Coimbra.

O projeto editorial aguilista (constituído por 5 séries²⁵) teve uma longa existência. *A Águia* ultrapassou várias adversidades durante percurso atribulado da I República (assistiu à formação de 45 governos), terminando a sua atividade em 1932, nos finais da Ditadura Militar (1926-1933). Na última fase da revista, surgem outros projetos culturais a ela associados como a efémera revista *Princípio: Publicação de Cultura e Política* (1930), dirigida pelos jovens Álvaro Ribeiro, Casais Monteiro e Maia Pinto, e a *Portucale: Revista Ilustrada de Cultura, Literária, Científica e Artística* (1928-1955), fundada por Augusto Martins, Cláudio Basto e Pedro Vitorino. Estas iniciativas, no campo literário portuense, demonstram a ação (política e cultural) dos intelectuais em momentos particularmente difíceis e atesta a iniciativa de superar a crise que afetava o seu tempo.

O desfecho d' *A Águia*, ocorre em simultâneo com o declínio da I República, e o fim da sua edição está intimamente relacionado com a chegada dos militares ao poder, em 1926, pelo Golpe de 28 de maio. A nova fase política estabelece um regime de tipo autoritário, a partir da qual se lançaram os principais pilares políticos e institucionais do Estado Novo (1933-1974). A Ditadura Militar, desde os primeiros momentos, criou condições adversas à produção cultural no país e, em especial na cidade do Porto. A 22 de junho de 1926, foi estabelecida a censura prévia na imprensa em Portugal (medida que prevaleceu até ao 25 de Abril) e no ano letivo de 1931-1932 foi encerrada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, instituição com que *A Águia* tinha uma forte relação, tal como referiu Pinharanda Gomes:

²³ PORTUGAL, 1915: 17-18.

²⁴ PORTUGAL, 1915: 42-53.

²⁵ SAMUEL, 1990: 245.

A criação da Faculdade de Letras do Porto (1919) ampliou o raio de influência renascentista, assim como se a revista fosse uma aula pública e a Faculdade uma aula de escola, como era de seu caráter. Tanto numa como noutra se propôs uma metamorfose ao espírito principal: elevar o criador animal a criatura espiritual²⁶.

A extinção da Faculdade de Letras do Porto marca a decadência da atividade cultural do Porto. Leonardo Coimbra, uma das principais das figuras da instituição, assim como da *Renascença Portuguesa*, regressa ao ensino liceal e os seus alunos dispersam-se, saindo da cidade, buscando colocação profissional.

A *Águia* e os projetos culturais associados demonstram a atividade cívica e cultural desenvolvida na cidade do Porto, simbolizando o espírito combativo dos intelectuais, na superação da crise nacional.

4. O PROJETO AGUILISTA E A SUPERACÃO DA CRISE NACIONAL NO ADVENTO DA I REPÚBLICA (1910-1912)

O 5 de Outubro de 1910 abre uma nova fase política em Portugal, guiada por ideais republicanos, sob a regência do 1.º Governo Provisório, chefiado por Teófilo Braga (PRP-Partido Republicano Português). Como tal, implementam-se medidas inéditas, radicais e significativas, com o objetivo de promover uma rutura imediata com as estruturas políticas e sociais da monarquia e construir a terceira República na Europa (depois da França e da Suíça o terem feito). Por isso, logo após a revolução republicana dá-se a expulsão das Ordens Religiosas a 8 de outubro, a 10 de outubro é revogada a lei opressiva da liberdade de imprensa de 11 de abril de 1907, é criada a Guarda Nacional Republicana a 12 de outubro. Poucos dias depois, a 18 de outubro, são abolidos os títulos de nobreza, assim como também é revogado o ensino religioso nas escolas a 22 de outubro. A 3 de novembro aprova-se o divórcio e a 1 de dezembro (data politicamente simbólica) a República Portuguesa publica a sua bandeira, verde-rubra (defendida por Teófilo Braga). Nesse mesmo dia é publicado o primeiro número da revista *A Águia: Revista quinzenal de literatura e crítica*, apelando à participação de todos no projeto aguilista, que detenham «jeito e arte»²⁷, proclamando a libertação da «imbecilidade» e da «estupidez»²⁸ e declarando:

A Águia, sobranceira e ativa, deixa, por instantes, os solitários píncaros da montanha. Soltando gritos heroicos de superioridade, alarga as asas no gesto impetuoso do arranjo e já devora os ares, com fervor de vida e luta²⁹.

O nascimento d'*A Águia* no alvor da República, revela a intenção dos seus mentores colaborarem ativamente no contexto de mudança que despontava, trazendo a oportuni-

²⁶ PINHARANDA, 2011: 28.

²⁷ A ÁGUA, n.º 1, 1910: 16.

²⁸ A ÁGUA, n.º 1, 1910: 16.

²⁹ A ÁGUA, n.º 1, 1910: 16.

dade de construir uma nova pátria, regenerada, capaz de superar a longa crise nacional. Deve ser tida em conta a atividade cívica e política de alguns dos seus membros como Álvaro Pinto, Jaime Cortesão e Leonardo, nos anos que antecederam a implantação da República, como a participação em manifestações públicas e em revistas de oposição ao regime monárquico (defendendo ideias anarquistas e libertários) como a *Nova Silva* (1907), *Azorrague* (1908), *Can Can* (1908) e *Ilustração Popular* (1908-1909).

A *Águia* surge como uma revista literária, sem filiações partidárias, onde a poesia e a literatura ocupam um papel central, contudo as questões políticas e sociais estão presentes. Por isso, em 1912, torna-se no órgão oficial da *Renascença Portuguesa*, declarando a missão da regeneração da sociedade pela cultura, estando «sob o signo da “Reconstrução Nacional”»³⁰ do projeto republicano. Esta missão, que se revela utópica, foi assumida pelos seus mentores e colaboradores como uma missão patriótica, e reafirmada ao longo do regime republicano, manifestando-se em momentos de crise, como por exemplo na I Guerra Mundial e nos anos subsequentes.

Em 1916, quando Portugal alinha ao lado dos Aliados no conflito, a *Renascença Portuguesa* reafirma o seu posicionamento patriótico e o apoio ao regime republicano, através da pena de Teixeira de Pascoaes:

A atitude da Águia, como órgão da «Renascença Portuguesa», sociedade de exclusivos fins patrióticos, tem de ser fatalmente favorável à nossa beligerância. Se os que provocam uma guerra injusta ou desnecessária, são os maiores criminosos do mundo, não é criminoso defender uma guerra defensora da nossa Pátria e libertadora dos outros Povos»³¹.

No momento de profunda crise do pós-guerra, em 1922, quando Leonardo Coimbra assume a direção da revista, escreve no editorial:

O que pretendemos agora é o que pretendíamos no princípio: o pensamento é o mesmo. As condições mudaram e esse mesmo, pensamento terá de aplicar-se dentro das novas condições, que a hora impõe. (...).

Teremos de servir a Pátria com o enternecido carinho de filhos conscientes, que sabem a profundidade e a grandeza do amor filial; teremos de servir a República com a consciência de democratas que sabem o valor e o significado da Democracia e não querem uma República simples formalismo político, sem conteúdo social de melhor justiça, mais heroica fraternidade, mais lúcida compreensão e esforço de progresso no bem. (...).

Por esta razão a Águia mais que nunca será aberta a todos os novos escritores em cuja alma vive em seriedade, e humanamente, a alma do seu povo. (...).

Revista na essência de ciência, filosofia e arte, não deixará a Águia de ser, a seu modo, um órgão político, atuando no sentido de procurar soluções à crise nacional (...)³²

³⁰ TORGAL et al., 1991: 249.

³¹ A *ÁGUIA*, n.º 52, 53 e 54, 1916: 111.

³² A *ÁGUIA*, n.º 1, 1922: 5-8.

A crise nacional de que fala Leonardo não resultava somente da participação na guerra, e da instabilidade governativa da I República, mas tem a suas raízes no período de transição do século XIX para o século XX, contexto de fortes lutas políticas, contendas ideológicas e tentativas de superação de crise social, económica e financeira. Tal como hoje, vivia-se em *crise* e numa perceção coletiva de *decadência*, buscando soluções novas, para velhos problemas, como a instabilidade governativa, a corrupção administrativa, o caciquismo eleitoral e o *deficit* das contas públicas. Como foi referido anteriormente, o Ultimato Inglês (1890) agravou ainda mais a situação, o que levou à revolta (fracassada) do 31 de janeiro na cidade do Porto. As dificuldades governativas, que revelavam «a crise do liberalismo oligárquico»³³ levaram à nomeação de João Franco como chefe do governo dando início a um governo ditatorial (1906-1908), cuja fase final ficou marcada pelo regicídio, a 1 de fevereiro de 1908. Este acontecimento que reforçou a repressão no seio da ditadura e o agravamento às perseguições de várias chefes republicanos como António José de Almeida e Afonso Costa. Neste contexto, o movimento republicano expandiu-se e angariou cada vez mais simpatizantes. A maior parte da população portuguesa vivia do setor primário e da agricultura e cujo setor industrial ainda era pouco desenvolvido e dependente dos mercados externos, não só para escoar a produção, mas também para adquirir matérias-primas e maquinaria. A dívida pública era elevada e a população tinha baixos níveis de vida, marcados pela pobreza e pelo analfabetismo. Por isso, a educação era um dos temas centrais do republicanismo, assim como dos intelectuais que passaram pel' *Águia* e pela *Renascença Portuguesa*. Do ponto de vista cultural, desde finais do século XIX, apesar das influências europeias e das ideias republicanas, socialistas e positivistas, começava a evidenciar-se um certo sentimento de desencanto com as instituições e generaliza-se o *decadentismo* como emoção e como corrente literária, que influenciará a construção do *Saudosismo*, desenvolvido por Pascoaes, um dos principais ideólogos da *Renascença Portuguesa*.

O republicanismo que vinha em marcha (sendo o Partido Republicano Português fundado em 1875) tinha o propósito e regenerar a pátria, pela libertação da corrupção e do compadrio. Portanto, defendia profundas alterações, tanto na sociedade, como na esfera política. Neste sentido, a República era vista como uma forma de superar a crise nacional, de trazer o progresso social e cultural e, acima de tudo, promover a elevação moral do país. Aliás, a República era concebida como um paradigma ético e moral, e por conseguinte era considerada o regime político ideal³⁴. Leonardo Coimbra numa entrevista ao *Mundo*, a 18 de agosto de 1912, diz:

*A Renascença Portuguesa deseja dar uma finalidade à vida nacional. Temos vivido na embriaguez do combate à desonestidade administrativa e todo o esforço moral se tem afirmado nesse sentido*³⁵.

³³ ROSAS & ROLLO, 2010: 15-16.

³⁴ TORRALBA, 2010: 11-44.

³⁵ A VIDA PORTUGUESA, n.º 8, 1913: 62.

A I.ª Série da revista (1-12-1910 a julho de 1911) foi constituída por 10 números, e representa a primeira fase do projeto aguilista. O primeiro número é importante para conhecer o projeto editorial, geralmente apresentam-se os fundadores, os objetivos e a missão, fundamentam a iniciativa, situando a revista no contexto histórico. Os intelectuais que criam uma revista acreditam que trazem algo de novo para o *campo intelectual*, assim como para a sociedade, e neste sentido acreditam que vem suprimir lacunas e trazer novidade, sendo portanto, um contributo. O primeiro número da revista *A Águia* demonstrou preocupações com questões culturais, lançando um inquérito «l'art est-il social? S'il ne l'est, en son essence, doit-il ou peut-il être?» e criticando a pouca qualidade das peças de teatro em Portugal, sendo que no campo do entretenimento cultural, para além da vasta literatura de divulgação, o teatro era a principal arte de espetáculo. Talvez, por isso, se pronunciem sobre o assunto e defendam que «a geração nova tem a íntima obrigação moral de procurar essas coisas»³⁶. Para além destas questões, publicou-se na revista um artigo intitulado «O músico Eitor Berlioz» (dentro da Rubrica «Os Grande Mortos») assinado por João da Silva Figueiredo e apresentou-se uma notícia sobre «Exposições de Arte». Sendo uma revista literária publica poemas de vários autores: Júlio Brandão, Afonso Duarte, Maria de Castro (que poderá ser o pseudónimo de Augusto Casimiro), Augusto Casimiro e José Augusto da Castro. A importância da poesia no projeto aguilista evidencia-se também no texto profusamente lírico de Raul Proença, que escreve «Carta Perdida». Sobre o valor do poeta e o papel da poesia nos inícios do século XX, Jaime Cortesão escreve o texto «O Poeta», no qual afirma:

O homem é o prisioneiro dos seus sentidos, e o Poeta é o que, rompendo esse cárcere para logo caminhar liberto. (...) Ser poeta é libertar todas as Alma, (...)»³⁷

Para além das questões culturais e dos poemas que predominam nas páginas d' *A Águia*, entre 1910 e 1912, os colaboradores da revista também refletem sobre questões políticas, sócias e económicas, que estavam associadas ao momento que atravessavam, como: a escolha da bandeira nacional, a questão religiosa, os dirigentes políticos, a educação, o ensino, as condições de vida da sociedade portuguesa, a ruralidade e a agricultura.

A escolha da bandeira foi um tema que gerou polémica entre os republicanos, *A Águia* acompanhou o tema e publicou opiniões de artistas portuenses sobre as cores da bandeira, onde revelam os seus pareceres sobre o modelo apresentado (constituído pelas cores vermelha e verde), que viria a ser adotada pelo Governo. Contudo, a maioria dos artistas inquiridos, defendia a manutenção da bandeira azul e branca, tal como preconizava Guerra Junqueiro³⁸. Contudo, a bandeira da República é publicada a 1 de dezembro, segundo o modelo de Columbano Bordalo Pinheiro.

Outra questão de grande importância foi a questão religiosa, que também foi tratada nas páginas d' *A Águia*. Num artigo «As “crenças” religiosas», revelando uma postura

³⁶ A ÁGUIA, n.º 1, 1910: 16.

³⁷ A ÁGUIA, n.º 1, 1910: 4.

³⁸ A ÁGUIA, n.º 1, 1910: 14-15.

crítica sobre a religiosidade em Portugal, no qual se dizia: «Mas, eram crenças ou crendices? Ou era apenas a inércia da imbecilidade duns e a luxúria interesseira doutros?»³⁹. Este texto poderá ter sido escrito por Álvaro Pinto, tendo em conta que demonstra o mesmo sentido crítico e sentimento antirreligioso demonstrado por este autor na *Nova Silva* (1907). Também Januário Leite escreve um artigo, intitulado «Em Marcha», comentando a separação entre o poder religioso e o poder político e reflete sobre a perda de poder da Igreja Católica na sociedade portuguesa, fator, que segundo o autor, que iria permitir a modernização do país:

O seu poderia d'outras era passou. O homem avança incessantemente, disputando o espaço ais deuses. Nada o detém na sua ânsia libertadora. Nenhuma força lhe pode mais domar a insubmissa audácia, diante da qual o passado se desmorona. (...)

*É mister e urgente, pois, empreender uma renovação completa da nossa maneira de ser moral e social, apagando o mais possível os viciosos efeitos da obra de corrupção e de embrutecimento que, sob auspícios superiores do Estado, o catolicismo romano, na estrutura da nossa nacionalidade, fundamente venceu*⁴⁰.

Manuel Laranjeira, no primeiro número d' *A Águia*, publica um artigo intitulado «Os Homens Superiores Na Seleção Social»⁴¹, no qual discorre sobre o papel e o valor dos intelectuais e dos artistas na direção da sociedade portuguesa, a designação terá sido inspirada na teoria de Darwin:

Como em todas as espécies, o sentido da evolução é esboçado por alguns tipos isolados mais aptos, mais perfeitos. Na espécie humana esses tipos são representados pelos homens superiores.

Nesse texto o poeta e médico elogiou a capacidade intelectual e dirigente dos membros das elites culturais e desvaloriza «a opinião das maiorias».

Leonardo Coimbra escreve «Sobre educação» e sobre o mesmo tema, Januário Leite publica «A Escola e a República». As problemáticas da Educação, do ensino e da cultura foram centrais no Republicanismo e ao longo da I República deram lugar a fortes debates políticos e intelectuais. Pois o analfabetismo era considerado um entrave ao desenvolvimento da sociedade e à difusão dos valores republicanos, que eram associados ao progresso e à modernização do país. Para além do analfabetismo, existia outra questão que ocupou os republicanos, a ruralidade, na qual a maioria da população estava inserida. Teixeira de Pascoaes, nascido no mundo rural, escreve «Justiça Social – Os Lavradores Caseiros», onde dá sua opinião sobre a pobreza e as dificuldades da população rural. Sobre o mesmo assunto, e Jaime Cortesão escreve «Os engenhos da morte»⁴², denunciando as condições sociais degradantes, centrando-se no universo familiar.

³⁹ A ÁGUA, n.º 1, 1910: 16.

⁴⁰ A ÁGUA, n.º 9, 1911: 19.

⁴¹ A ÁGUA, n.º 1, 1910: 1-2.

⁴² A ÁGUA, n.º 4, 1911: 3-5.

Sobre as questões sociais Ângelo Vaz, escreve dois apelativos artigos: «As crianças e a República»⁴³ e «Duas Leis da República», no qual reflete sobre a necessidade de melhor as condições profissionais das professoras primárias (apoio à maternidade) e o apoio assistencial às crianças «moralmente abandonadas»⁴⁴.

Em janeiro de 1912, é lançada a II Série, abrindo uma nova, e importante, fase da revista, tornando-se desde então no órgão oficial da *Renascença Portuguesa*, e ganha uma nova designação – «Revista mensal de Literatura, Arte, Ciência, Filosofia e Crítica Social» – tendo como diretores Teixeira de Pascoaes (diretor literário), António Carneiro (diretor artístico), José de Magalhães (diretor científico). Álvaro Pinto assume os cargos de secretário de redação, editor e administrador. Para além disso, a revista ganha um caráter internacional e tem como correspondente, em Paris, Philéas Lebesgue e, em Salamanca, Miguel de Unamuno.

Para além disso, é apresentada a «Biblioteca de A RENASCENÇA PORTUGUESA», onde apresenta *A evocação da vida* de Augusto Casimiro, os textos de Teixeira de Pascoaes *Regresso ao Paraíso* e *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo* e os trabalhos de Jaime Cortesão *Esta História é para Anjos* e *A Sinfonia da Tarde*. A *Renascença Portuguesa* desempenhou um papel relevante no universo editorial durante a I República.

Nas primeiras páginas d' *A Águia*, de janeiro de 1912, Teixeira de Pascoaes, publicou o texto «Renascença», no qual refletiu sobre a crise em que o país estava mergulhado e apresenta a proposta para a superar:

Neste momento genésico e caótico da nossa Pátria, é necessário que todas as forças reconstitutivas se organizem e trabalhem, para que ela atinja rapidamente a sonhada e desejada harmonia. (...)

É preciso, portanto, chamar a nossa Raça desperta á sua própria realidade essencial, ao sentido da sua própria vida, para que ela saiba quem é e o que deseja. E então pudera realizar a sua obra de perfeição social, de amor e de justiça e pudera gritar entre os Povos: Renasci! (...)

É nesse lugar altíssimo, que é para nós, n'este momento, a vida da Nacionalidade, devemos dar uns aos outros as mãos amigas e caminhas juntos para a realização do sonho redentor que ilumina as almas sinceramente portuguesas: a criação de um novo Portugal, dentro do seu caráter, das suas qualidades íntimas e originais que lhe deem relevo e destaque, fisionomia própria entre os outros Povos»⁴⁵.

O projeto aguilista foi um encontro de intelectuais provindos de diferentes quadrantes político-ideológicos, que apoiavam os ideais republicanos, pretendiam contribuir para a implantação da República, através da formação de cidadãos e regeneração de toda a sociedade, através do ensino, da cultura e da arte. Esta iniciativa continha a vontade de superar a crise nacional herdada do século XIX.

⁴³ A ÁGUIA, n.º 2, 1911: 14-16.

⁴⁴ A ÁGUIA, n.º 5, 1911: 10.

⁴⁵ A ÁGUIA, n.º 1, 1912: 1-3.

5. CONCLUSÕES

O presente artigo, pretendeu revisitar o contexto conturbado do início do século XX e analisar o papel dos intelectuais na superação da crise no advento da I República em Portugal. Com a Revolução de 5 de Outubro, nasce na cidade do Porto, a revista *A Águia*, que a partir de 1912 se tornou o órgão oficial do movimento cultural *Renascença Portuguesa*. Embora esta publicação periódica não tivesse uma ligação direta com o poder político-partidário, nasce com a República e apesar de ser uma revista literária, não deixa de tratar nas suas páginas dos principais problemas sociais, económicos e políticos que condicionavam o desenvolvimento do país. Os intelectuais que se reuniram em torno do projeto aguilista não só comentaram os principais temas da atualidade, como também apresentaram propostas para superar a crise nacional, que era considerada estrutural e que segundo os aguilistas, seria superada pela ação dos «Homens Superiores» (Manuel Laranjeira) e dos poetas (Jaime Cortesão); pela resolução de problemas na educação e implementação de reformas no ensino (Leonardo Coimbra e Januário Leite); a resolução da questão religiosa (Álvaro Pinto e Januário Leite), e a prestação de apoio à população rural e à agricultura (Guerra Junqueiro e Jaime Cortesão). Em janeiro de 1912, quando a *Renascença Portuguesa* inicia a sua longa jornada ao lado da República, Teixeira de Pascoas apela à organização, ao trabalho e à união dos portugueses para se ultrapassar as dificuldades que país vivia.

Nota: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

FONTES IMPRESSAS

JÚNIOR, António Salgado (1930) – *Historia das Conferências do Casino*. Lisboa.
 PORTUGAL, Boaventura (1915) – *Inquérito literário*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

A Águia, 1910-1932.
A Vida Portuguesa, 1912-1915.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Luís Crespo de (1999) – O Substantivo «Intelectuais». «Cadernos de Cultura – Dreyfus e a Responsabilidade intelectual». Lisboa: FCSH-UNL, vol. 2, p. 23-41.
 BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (1997) – *História do Século XIX*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
 BOBBIO, Noberto (1996) – *Os Intelectuais e o Poder*. São Paulo: Editora UNESP.
 BOURDIEU, Pierre (2002) – *Campo de Poder, campo Intelectual. Itinerário de un concepto*. [S. l.]: Editorial Montessor.
 CHARLE, Christophe (2001) – *Les intellectuels en Europe au XIXe siècle. Essai d'Histoire Comparée*. Paris: Éditions du Seuil.
 DEBRAY, Régis (1979) – *Le Pouvoir Intellectuel en France*. [Paris]: Ramsay.

- JÚDICE, Nuno (1990) – *As Vanguardas Literárias*. In REIS, António – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. III, p. 253-262.
- MACHADO, Adelaide Viera (1999) – *O caso Zola-Dreyfus e os intelectuais europeus na viragem do século*. «Cadernos de Cultura – Dreyfus e a Responsabilidade Intelectual». Lisboa: FCSH-UNL, vol. 2, p. 13-22.
- MINC, Alain (2010) – *Une Histoire Politique des Intellectuels*. Paris: Grasset & Fasquelle.
- MORIN, Edgar (1981) – *Pour sortir du XXe Siècle*. Paris: Éditions Fernand Nathan.
- PINHARANDA, Gomes (2011) – *A Filosofia n' A Águia e na Renascença Portuguesa*. In PINHO, Arnaldo; NATÁRIO, Celeste, coord. – *A Águia e a Renascença Portuguesa no Contexto da República*. Porto: Universidade do Porto/Universidade Católica, p. 27-32.
- PEREIRA, J. C. Seabra (1995) – *Águia (A)*. «Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas da Língua Portuguesa». Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, vol. 1, p. 87.
- RAMOS, Rui (1992) – *A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)*. «Análise Social», vol. XXVII (116-117). Lisboa: ICS, p. 483-528.
- REMOND, René (1959) – *Les intellectuels et la Politique*. «Revue française de science politique», 9e année, n. 4, p. 860-880. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp_00352950_1959_num_9_4_403029>. [Consulta realizada em 07/12/2012].
- ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda (2010) – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.
- SAMUEL, Paulo (1990) – *A Renascença Portuguesa: um perfil documental*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida.
- SEABRA, José Augusto (2003) – *Revistas e Movimentos Culturais no Primeiro Quarto do Século*. In CASTRO, Zília Osório de, coord. – *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Contemporâneo*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 19-41.
- SIRINELLI, Jean-François Sirinelli (1998) – *Les Quatre Saisons de Clercs*. «Vingtième Siècle. Revue d'Histoire», n.º 60, 43-57. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp_00352950_1959_num_9_4_403029>. [Consulta realizada em 13/12/2012].
- TORGAL, Luís Reis (1998) – *Sob o signo da «reconstrução nacional»*. In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando, coord. – *História da História em Portugal (sécs. XIX-XX)*. [S. l.]: Temas e Debates, vol. I, p. 249-253.
- (2010) – *A República como “Ética” e como “regime”. O caso de António José de Almeida*. In TORGAL, Luís Reis et al. – *Onde a Monarquia acaba e a República começa*. Ericeira: Mar de Letras Editora, 1910, p. 11-44.
- WINOCK, Michel (1996) – *Dreyfus (affaire)*. In JULLIARD, Jacques; WINOCK, Michel, coord. – *Dictionnaire des intellectuels français*. Paris: Éditions du Seuil, p. 371-374.
- WOOLF, Virgínia (1985) – *O Sr. Bennett e a Sra. Brown*. In FLORA, Luísa M. Rodrigues, org. e trad. – *Momento Total*. Lisboa: Ulmeiro.

INSTITUIÇÕES E CAMINHOS-DE-FERRO:

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, PARLAMENTO E ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS CIVIS PORTUGUESES (1852-1899)

HUGO SILVEIRA PEREIRA*

Resumo: Na segunda metade do século XIX, Portugal apostou numa política de investimento em obras públicas, sobretudo caminhos-de-ferro.

Para gerir essa política foi criado o ministério das Obras Públicas, onde se esperava centrar toda a gestão dos negócios ferroviários. Dentro do ministério instituiu-se um corpo consultivo, o qual deveria ser ouvido no que respeitasse a obras públicas. A sua opinião era especialmente importante nos casos de concessões férreas por decreto. Nos casos em que o parlamento era ouvido, as comissões de Obras Públicas assumiam uma grande importância, pois cabia-lhes elaborar o texto que era posto à discussão.

A partir de 1870, surge a Associação de Engenheiros Cívicos Portugueses, uma organização que se formou em resposta aos cortes orçamentais do reformismo e que pretendia ser um veículo de discussão e divulgação de questões relativas à engenharia.

O objectivo deste artigo é identificar os relacionamentos entre estas três instituições entre si e com o governo e demonstrar qual a relevância destes corpos para a política ferroviária nacional. Para tal, recorrer-se-á aos diários parlamentares, aos copiadores dos corpos consultivos do ministério, à Revista de Obras Públicas e Minas e às compilações de legislação que indicam o que realmente foi feito. Através da análise de conteúdo, espera-se enquadrar estas fontes no seu contexto histórico.

Palavras-chave: Caminhos-de-ferro; Engenharia; Obras públicas; Instituições.

Abstract: In the second half of the nineteenth century, Portugal opted for a policy of investment in public works, especially the railway.

The Ministry of Public Works was created to manage this policy, being the sole administrator of the rail business. An advisory body was instituted in the ministry, having to be heard in respect to all public works. Its opinion was especially important in railway concessions by decree.

Whenever parliament was heard, the Public Works commissions had great importance because they were required to prepare the text that would be discussed.

The Portuguese Association of Civil Engineers was founded in 1870 in response to budget cuts and it was intended as a channel for the discussion and dissemination of issues related to engineering.

The purpose of this article is to identify the relationships between these three institutions and the government and show the relevance of these bodies in the national railway policy. In order to do so, we will examine the Parliament's daily records, the copy books of the ministry's advisory bodies, the Revista de Obras Públicas e Minas (the Journal of Public Works and Mines) and the compilations of laws that indicate what was actually done. Through content analysis, we intend to frame these sources in their historical context.

Keywords: Railways; Engineering; Public Works; Institutions.

INTRODUÇÃO

As primeiras três décadas do liberalismo nacional foram marcadas por uma enorme instabilidade política. Se «as principais reformas institucionais foram implementadas em meados da década de 1830, as obras públicas tiveram de esperar quase uma década pelas primeiras realizações práticas»¹. Costa Cabral consegue a estabilidade necessária para lan-

* Investigador no Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

¹ MATA & VALÉRIO, 1993: 142.

çar o país na senda dos melhoramentos materiais, através da adjudicação de um pacote de projectos (entre os quais um caminho-de-ferro) à Companhia das Obras Públicas de Portugal. Malgrado o fracasso desta empresa, é com Cabral que se percebe que «não basta que o espírito da mais sévera economia presida aos actos do Governo (...). Não é menos essencialmente preciso que estes recursos procedam do mais pleno desenvolvimento das faculdades productivas»².

O golpe de 1.5.1851 perfilhou os desejos desenvolvimentistas do conde de Tomar. Por decreto de 30.8.1852, a *Regeneração* criava o ministério das obras públicas, comércio e indústria (MOPCI), órgão por onde passaria grande parte do processo de construção da rede ferroviária nacional. Até final do século – e tomando partido do espírito conciliador inaugurado pela maioria das facções partidárias de então³ – Portugal investiu em projectos de obras públicas, nomeadamente infra-estruturas de transportes, com as quais esperava aproximar-se do nível de desenvolvimento dos países do norte da Europa e da América. Em 1900, a malha férrea nacional chegava à extensão de cerca de 2300 km⁴.



Mapa1 – Rede férrea nacional no final do século XIX ⁵.

² SANTOS, 1884, n.º 174: 1. Ver MATA, 1999.

³ BONIFÁCIO, 1992: 96-98.

⁴ VALÉRIO, 2001: 373.

⁵ ALEGRIA, 1990 (adaptado).

Ao longo destas décadas, várias instituições foram importantes actores deste enredo. Desde logo o governo, detentor do poder executivo; no parlamento, as comissões das câmaras dos pares e deputados preparavam os textos postos à discussão; estes projectos poderiam também ser previamente apreciados pelos corpos consultivos do MOPCI: o conselho geral de obras públicas e minas (CGOPM), o conselho geral de obras públicas (CGOP), a junta consultiva de obras públicas e minas (JCOPM) e o conselho superior de obras públicas e minas (CSOPM). A partir de 1870, em resposta à dissolução do corpo de engenharia civil e aos cortes orçamentais do reformismo, surge a associação dos engenheiros civis portugueses (AACP), cuja autoridade técnica poderia ser relevante para o desenvolvimento da política ferroviária nacional.

Neste artigo procuraremos indicar as atribuições de cada uma daquelas instituições, saber de que modo se relacionavam entre si e em que medida mereciam a confiança do governo, que era quem proferia a decisão final. No final, compararemos o que foi feito com o que foi sugerido, procurando determinar a relevância daqueles organismos na delimitação da política ferroviária nacional. Para tal recorreremos aos projectos de lei exarados pelas comissões parlamentares e publicados nos diários das câmaras; aos pareceres das instituições consultivas do MOPCI, impressos ou conservados no seu arquivo histórico (AHMOP); à opinião da engenharia nacional reunida na AACP e divulgada na sua Revista de Obras Públicas e Minas (ROPM); e finalmente às decisões finais publicadas em diário oficial e reunidas em compilações de legislação.

PRIMEIRAS PROPOSTAS E A CRIAÇÃO DO CGOPM

A necessidade de um corpo técnico especializado fez-se sentir logo em 1851 quando Hardy Hislop propôs ao governo a construção de uma linha de Lisboa à fronteira. Na ausência de um ministério próprio, o governo incumbiria Almeida Garrett, Joaquim Larcher, Pereira da Silva, Lobo de Ávila e o barão da Luz da apreciação da proposta⁶. Era um grupo bastante heterogéneo em termos de formação académica, só se notando a presença de dois elementos com conhecimentos de engenharia (o barão da Luz e Lobo de Ávila). A este duo juntavam-se dois advogados (Larcher e Garrett) e um alto funcionário público (Pereira da Silva)⁷.

Em todo o caso, esta comissão faria uma excelente apreciação de toda a questão ferroviária em Portugal, não se limitando ao projecto Hislop, que seria aliás reprovado. Várias soluções para a ligação internacional seriam analisadas e apresentadas ao governo. No curto prazo, porém, a comissão sugeria a abertura de concurso para a adjudicação da secção férrea entre Lisboa e Santarém, primeiro troço do caminho-de-ferro até Espanha. Considerando que ainda estava por determinar tanto a melhor directriz em território nacional como o ponto fronteiriço de ligação com Espanha, esta foi a decisão mais racional. O governo acataria o conselho e abriria concurso, que, acabaria por ser ganho pelo mesmo Hislop⁸.

⁶ FINO, 1883-1903, vol. 1: 5.

⁷ MÓNICA, 2005-2006. PINHEIRO, 2008: 183-184.

⁸ SANTOS, 1884, [Parecer da comissão encarregada de apreciar o contrato Hislop]. ALEGRIA, 1990.

Tempos depois, era criado o MOPCI que contaria no seu seio com o CGOPM, uma instituição de carácter consultivo, que, a pedido do governo, emitia pareceres sobre tudo o que se relacionasse com obras públicas e minas, incluindo questões técnicas e administrativas. Era presidida pelo ministro titular, mas o seu verdadeiro líder era o vice-presidente, que, simultaneamente, era o director-geral de obras públicas. Completavam o CGOPM quatro vogais com capacidade científica nomeados pelo governo e os engenheiros directores das obras públicas que na altura das reuniões se encontrassem em Lisboa. Em 1859, as apreciações sobre minas seriam concentradas num órgão próprio, surgindo assim o CGOP⁹.

AS COMISSÕES PARLAMENTARES

Qualquer proposta para a construção de caminhos-de-ferro teria de passar pelo parlamento se implicasse um aumento da despesa ou a contracção de empréstimos por parte do erário público (art.º 15.º da Carta de 1826)¹⁰. Nas câmaras, o regulamento impunha que as propostas de lei aceites para discussão pela maioria deveriam ser enviadas às comissões competentes, que as apreciavam e redigiam um parecer, que era depois posto a debate. Se o diploma merecesse a aprovação da câmara dos deputados, seguia para a dos pares, onde seria submetido a processo semelhante. Se fosse aprovado pelos pares, era enviado ao rei que o validava ou vetava. Em caso de validação, o diploma tornava-se lei assim que fosse publicado em diário oficial¹¹. Importa, porém, tomar em linha de conta que nem todas as propostas foram enviadas às comissões (ficando-se pela publicação nos diários das sessões), nem todos os seus pareceres foram postos em discussão.

Eram pois as comissões quem marcava os ritmos de produção legislativa, pois os trabalhos parlamentares dependiam em grande medida dos seus pareceres, não se notando usualmente grande diferença entre o seu texto e aquilo que se aprovava. Tendo em conta a autoridade e legitimidade fornecida pela formação técnica dos seus membros, constituíam «um crivo essencial para orientar fundamentalmente o esclarecimento individual do deputado menos preparado e apetrechado tecnicamente»¹².

No que respeita à discussão sobre caminhos-de-ferro, as comissões consultadas eram normalmente a de obras públicas (estudava os aspectos técnicos dos projectos) e a de fazenda (analisava a sua vertente financeira). Em algumas – poucas – situações, o projecto foi enviado a outras comissões, como a de guerra, que chegou a ser ouvida acerca do impacto dos caminhos-de-ferro sobre a defesa nacional.

Os vogais que compunham cada uma das comissões eram eleitos pelos membros de ambas as câmaras. Na câmara baixa, reflectiam a maioria que o governo dispunha no hemiciclo.

⁹ Boletim do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria (BMOP), 1853, n.º 7: 3-19. Collecção Official de Legislação Portuguesa (COLP), 1859: 647-662. PORTUGAL, 1952. PORTUGAL, 1977.

¹⁰ MIRANDA, 1992.

¹¹ SANTOS, 1986.

¹² MAIA, 2002: 145.

Em termos de formação académica, as comissões de obras públicas da câmara dos deputados sempre estiveram mais vocacionadas para a apreciação técnica das propostas (predominavam os vogais com formação técnico-científica), enquanto que as comissões dos pares estavam mais preparadas para a sua apreciação jurídica (sobressaíam homens formados em direito)¹³.

Tabela1: Composição das comissões de obras públicas da câmara dos deputados

LEGISLATURA/ ANO	COMFORMAÇÃO TÉCNICA	TOTAL DEVOGAIS	%	LEGISLATURA/ ANO	COMFORMAÇÃO TÉCNICA	TOTAL DEVOGAIS	%
1853	3	8	37,5	1874	5	7	71,4
1854	4	7	57,1	1875	7	9	77,8
1855	5	9	55,6	1876	10	11	90,9
1856	6	10	60,0	1877	8	12	66,7
1857	9	11	81,8	1878	8	11	72,7
1857-1858	5	5	100,0	1879	8	10	80,0
1858	6	7	85,7	1880	8	11	72,7
1858-1859	8	9	88,9	1881	8	11	72,7
1859	5	7	71,4	1882	8	11	72,7
1860	4	10	40,0	1883	11	13	84,6
1860-1861	6	7	85,7	1884	11	13	84,6
1861	5	7	71,4	1885	12	18	66,7
1861-1862	5	7	71,4	1886	11	15	73,3
1862-1863	4	7	57,1	1887	5	11	45,5
1864	4	8	50,0	1888	5	11	45,5
1865	5	9	55,6	1889	8	11	72,7
1865-1866	6	9	66,7	1890	7	11	63,6
1867	7	9	77,8	1891	7	11	63,6
1868-1869	7	8	87,5	1892	7	11	63,6
1869	7	9	77,8	1893	5	9	55,6
1870 (I)	5	8	62,5	1894	13	17	76,5
1870 (II)	7	9	77,8	1895			
1870 (III)	7	9	77,8	1896	6	11	54,5
1871 (I)	4	6	66,7	1897	5	9	55,6
1871 (II)	5	8	62,5	1898	8	14	57,1
1872	5	7	71,4	1899	8	14	57,1
1873	5	7	71,4				

¹³ PEREIRA, 2012: anexos 5 e 7.

Tabela2: Composição das comissões de obras públicas da câmara dos Pares

LEGISLATURA/ ANO	COMFORMAÇÃO TÉCNICA	TOTAL DEVOGAIS	%	LEGISLATURA/ ANO	COMFORMAÇÃO TÉCNICA	TOTAL DEVOGAIS	%
1853	0	10	0	1874	1	6	16,7
1854	1	6	16,7	1875	4	10	40,0
1855	1	6	16,7	1876	2	5	40,0
1856	1	10	10,0	1877	2	5	40,0
1857	2	5	40,0	1878	3	9	33,3
1857-1858	2	5	40,0	1879	5	11	45,5
1858	2	5	40,0	1880	1	10	10,0
1858-1859				1881	1	10	10,0
1859	1	4	25,0	1882	4	9	44,4
1860	2	4	50,0	1883	4	9	44,4
1860-1861	2	4	50,0	1884	4	9	44,4
1861	3	7	42,9	1885	5	12	41,7
1861-1862	2	8	25,0	1886	8	16	50,0
1862-1863	1	6	16,7	1887	6	13	46,2
1864	1	7	14,3	1888	6	13	46,2
1865	1	7	14,3	1889	6	13	46,2
1865-1866	1	7	14,3	1890	6	15	40,0
1867	0	5	0,0	1891	1	4	25,0
1868-1869	1	7	14,3	1892	6	19	31,6
1869	2	9	22,2	1893	6	19	31,6
1870 (I)	2	9	22,2	1894			
1870 (II)	3	7	42,9	1895			
1870 (III)	4	7	57,1	1896	1	9	11,1
1871 (I)	4	7	57,1	1897	2	12	16,7
1871 (II)	1	8	12,5	1898	2	12	16,7
1872	1	7	14,3	1899	2	12	16,7
1873	1	6	16,7				

REFORMA DO MINISTÉRIO E O SURGIMENTO DA AECPC

Em 1868, os reformistas impõem vários cortes orçamentais, inclusive ao MOPCI. Decreto de 30.12.1868 extingue o CGOP e cria a JCOMPM. O ministro mantinha-se como presidente e o director-geral das obras públicas como vice-presidente, mas o número de vogais subia para cinco aos quais se juntavam os directores de obras públicas quando a junta carecesse das suas informações. Os cinco vogais eram nomeados entre os oficiais militares que receberiam apenas os soldos das suas patentes, aqui residindo a *economia* do

governo¹⁴. O novel órgão mantinha as mesmas atribuições do CGOP, ficando também com a alçadas das minas.

Também o corpo de engenharia civil (organizado quatro anos antes¹⁵) seria suprimido, não se criando nenhum substituto. A classe dos engenheiros decidiria então continuar de forma autónoma a pressão em favor dos melhoramentos materiais e em defesa dos seus interesses corporativos, criando em 1870 a AECP. A nova instituição institui-se como parceiro qualificado do poder central; viveria «na estreita dependência do Estado e toda a actividade que desenvolve (...) se subordina à temática das actividades de construção e obras públicas». No seu seio iniciava-se a publicação mensal da ROPM, que pretendia ser a continuação do BMOP, também extinto; noticiar, numa toada mais prática do que científica, as obras feitas em Portugal; e promover a publicação de memórias e artigos sobre engenharia, «com o objectivo de constituir um repositório da memória das realizações e dos avanços científicos e tecnológicos do país»¹⁶.

A AECP era mais um passo para a consubstanciação dos interesses dos engenheiros nacionais, que de resto eram, em grande medida, comuns aos objectivos do fontismo. Caminhos-de-ferro significavam progresso e emprego e os engenheiros significavam caminhos-de-ferro¹⁷. Apesar de muitos deles não perfilharem os conceitos ideológicos dos homens que governariam o país durante grande parte da segunda metade do século XIX, deixaram-se seduzir pela política de melhoramentos materiais que pretendiam encetar. Tendo cursado engenharia nas escolas de Paris e de Gand, incorporavam «uma dimensão simbólica: não se trata já apenas de um problema de comunicações; é a própria questão da industrialização e da modernização económica que é discutida; é o conceito de progresso que se funde com o objecto e as estruturas tecnológicas»¹⁸.

RELAÇÕES ENTRE INSTITUIÇÕES

Quando surgia um novo projecto para construir caminhos-de-ferro, os corpos técnicos do MOPCI eram normalmente os primeiros a ser consultados. O parecer podia ser solicitado assim que a proposta do empreendedor chegasse ao governo ou então após a assinatura do contrato provisório ou a publicação do decreto de concessão (no caso de adjudicações directas sem audição do poder legislativo, possíveis à luz de algumas condições impostas pelo decreto de 31.12.1864¹⁹). De qualquer modo, os direitos do estado ficavam salvaguardados, pois, no primeiro caso, a concessão provisória só se tornava definitiva depois de ratificada pelo parlamento; e no segundo caso, a aprovação pelo governo (ouvidos os técnicos) dos projectos de construção apresentados era condição essencial para a validade do decreto.

¹⁴ COLP, 1868: 372. MENEZES, 1869.

¹⁵ COLP, 1864: 773-786.

¹⁶ RODRIGUES, 1999: 76-77 e 81-82. Ver também ROPM, t. 1 (1870), n.º 1: 1-2. BRITO *et al.*, 2003: 81-97. DIOGO, 1994.

¹⁷ MATOS & DIOGO, 2007.

¹⁸ DIOGO, 2003: 14. Ver BRITO *et al.*: 25-30. MATOS & DIOGO, 2006: 5. PINHEIRO, 2008: 161-184.

No documento exarado da JCOPM ou do CGOP(M), os engenheiros tanto podiam aconselhar o governo a recusar a proposta ou a acolhê-la. Contudo, o seu conselho não era vinculativo, subordinando-se à frase «Vossa Magestade, porém, fará como entender» com que normalmente se fechavam as consultas. A força desta opinião residia na sua autoridade. Ao contrário das comissões parlamentares, onde homens com conhecimentos técnicos mas comprometidos politicamente tinham de conviver com outros profissionais, no ministério só se reuniam engenheiros. Em termos políticos, a recusa por parte do governo de uma opinião destes homens nunca seria bem vista, muito embora aquela viesse desprovida dos detalhes com que um jurista, por exemplo, poderia contribuir. Também em termos económicos, os engenheiros poderiam ter algo a dizer. No entanto, os técnicos do ministério normalmente abstinham-se de enveredar por considerações deste jaez, pois tal não lhes era solicitado. De qualquer modo, sem uma estatística fiável era impossível «determinar cousa alguma em relação ao rendimento dos caminhos de ferro»²⁰.

Tendo em conta que a política de melhoramentos materiais era perfilhada por ambas as classes (política e técnica), seria de esperar que a relação entre uma e outra fosse simbiótica e que não houvesse disputas na aprovação de propostas para a construção ferroviária. No entanto, não foi isso que aconteceu. Por várias vezes o governo tomou decisões que não contavam com o apoio dos corpos técnicos, casos havendo em que iam mesmo manifestamente contra o seu juízo.

Tão cedo como 1851 se notou uma discrepância entre os alvites dos engenheiros (Albino de Figueiredo) e as decisões do governo, quanto à directriz das linhas-férrreas prioritárias e ao seu financiamento²¹. Em 1853, outro desacordo, a propósito dos estatutos da Companhia Central Peninsular, a quem Hislop havia trespassado a sua concessão. O CGOPM e o procurador-geral da coroa fizeram alguns reparos à proposta apresentada pela empresa, que de nada valeram, pois o governo aprovaria os estatutos em Maio²². Um ano depois, nova discórdia se registaria a propósito da linha do sul (entre o Montijo – depois Barreiro – e Vendas Novas). O CGOPM volta a apontar algumas falhas ao projecto²³, mas Fontes ignora-as e assina um contrato provisório com os proponentes Eugénio de Almeida e marquês de Ficalho, pares do reino e ricos proprietários da região. No caderno de condições, e contra a opinião do CGOPM, o governo oferecia as madeiras do estado e reconhecia aos concessionários o direito de recusar os toros entregues e serem indemnizados por qualquer dano causado por esta falta²⁴.

Mudado o governo, em 1856, as contradições mantiveram-se. A proposta de Morton Peto para a construção da linha do norte nem seria levada aos engenheiros do ministério. Pior, previa que qualquer disputa em questões técnicas fosse resolvida pela associação dos engenheiros civis ingleses, o que não só constituía um atestado de incompetên-

¹⁹ BMOP, 1865, n.º 2: 164-172.

²⁰ Sousa Brandão. Diário de Lisboa (DL), sessão da câmara dos deputados de 12.12.1865: 2854. Ver SOUSA, 1995.

²¹ ALMEIDA, 1851. PINHEIRO, 2008.

²² AHMOP. Conselho de Obras Públicas e Minas. Liv. 3 (1853): 82-85. BMOP, 1853, n.º 3: 94-101. FINO 1883: 26. SANTOS, 1884, Relatório da comissão de inquerito da camara dos pares.

²³ BMOP, 1854, n.º 8: 53-57.

²⁴ MÓNICA, 2005-2006. SANTOS, 1995: 107.

cia à engenharia nacional, como poderia levar a decisões baseadas na nacionalidade e não nas regras da arte. Pior ainda, Peto não conseguiria cumprir a sua parte do acordo e solicitaria ao governo uma modificação do contrato. Esta é levada ao CGOPM que a arrasa, o que não impede o governo de a tentar fazer aprovar no parlamento. No entanto, nem as *suas* comissões parlamentares a sancionam. A alteração contratual acabaria por cair, arrastando consigo o executivo²⁵.

Ao longo dos anos, estas faltas de sintonia repetir-se-iam. Na década de 1860, a linha do norte seria assente passando por Aveiro (contra a opinião de Watier, o engenheiro francês que a estudara), «que, como porto de mar, podia muito bem prescindir de caminho de ferro»²⁶. Em 1873, o barão de Kessler e Temple Ellicot solicitavam autorização para construir uma via-férrea em bitola (distância entre faces internas dos carris) reduzida de 90 cm do Porto à Póvoa com possibilidade de prolongamento até à linha do Minho (entre o Porto e Valença), construída pelo estado. Um ano antes, já uma outra ferrovia havia sido concedida a Simão Gattai para ligar Guimarães à linha do estado, mas em bitola de 1 m²⁷. A JCOPM louva a proposta, mas sugeria que esta se adaptasse em termos de bitola e de entroncamento na linha do Porto a Valença à concedida a Gattai de modo a constituir um todo uniforme. Por muito acertado que fosse este parecer, de nada valeu, pois o governo concederia àqueles empresários a linha tal como a haviam pedido²⁸.

Um ano depois, é concedido ao deputado regenerador Filipe Carvalho um caminho-de-ferro de 1 m de bitola entre Cacilhas e Sesimbra. Não antevendo o que viria a acontecer, a JCOPM aprova sem reparos²⁹. Mais tarde, Filipe de Carvalho pede para alargar a bitola da via, admitindo que a pretendia ligar à linha do sul (que já tinha sido resgatada pelo estado). Tecnicamente, a JCOPM não obstava ao requerimento, mas estranhava o alargamento da bitola, desnecessário para a via em questão, e sobretudo alertava o governo para o perigo de o concessionário desviar tráfego da linha do sul para um porto de melhor qualidade e mais próximo de Lisboa. Em todo o caso o requerimento só se limitava a um detalhe técnico (a bitola) e o governo acede ao pedido do seu correligionário³⁰. Em 1875 a polémica rebenta quando se permite a Carvalho ligar a sua linha ao caminho-de-ferro do sul no Pinhal Novo depois de a JCOPM considerar tal decisão «altamente lesiva aos interesses do Estado»³¹. Refira-se ainda que esta concessão (bem como as das linhas da Póvoa e de Guimarães) era ilegal, pois fora feita por decreto quando o diploma de 31.12.1864 obrigava a que ferrovias deste tipo fossem levadas ao parlamento. Em todo o caso, o projecto de Carvalho nunca se realizaria.

O ramal de Cáceres, concedido, sem custo para o estado, em 1877 à Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses (CRCFP), foi outro exemplo. Consultada, a JCOPM não se opunha à concessão, mas insinuava a sua rejeição. Para ser aprovada a linha teria

²⁵ BMOP, 1864, n.º 1: 89-92. PEREIRA, 2012: 95-96.

²⁶ PEZERAT, 1867: 11. Ver também WATIER, 1860.

²⁷ ALEGRIA, 1990.

²⁸ AHMOP. JCOPM. Liv. 34 (1873): 97v-100v. COLP, 1873: 184-185.

²⁹ AHMOP. JCOPM. Liv. 35 (1874): 223-224. COLP, 1874: 70-71.

³⁰ AHMOP. JCOPM. Liv. 36 (1874): 193-203. COLP, 1874: 254.

³¹ AHMOP. JCOPM. Cx. 18 (1875), consulta 6438 (14.1.1875): 1v. COLP, 1875, 169.

de obedecer a todos os requisitos militares e não prejudicar a feitura do caminho-de-ferro da Beira Baixa até Madrid, não podendo ser considerada como mais que uma via de interesse local, algo que a própria JCOPM achava improvável, dada a proximidade com que passava da via-férrea que em Espanha seguia até Madrid³². O governo avilista, desejoso de continuar a construção ferroviária sem onerar os cofres públicos, acabaria por não dar ouvidos à JCOPM nem aos preceitos marciais e concederia à CRCFP uma ferrovia com más condições de tracção (de modo a baixar os custos de construção e não poder concorrer com a desejada linha internacional da Beira Baixa) e que do ponto de vista militar era um desastre por, entre outras, não estar protegida por nenhuma praça de guerra e dar aos espanhóis um vector de invasão que evitava Elvas (ponto terminal da linha de leste). Mais uma vez à sombra da concessão por decreto (desta feita por se considerar a via em questão, de forma abusiva, um ramal da linha de leste), o negócio contornou a discussão parlamentar³³.

A infame Salamancada não podia deixar de figurar neste rol. Fazer da linha do Douro uma via internacional tornara-se uma questão premente para o Porto desde a adjudicação da linha da Beira Alta entre a fronteira e a Figueira da Foz. A JCOPM opinava em favor do entroncamento da linha do Douro na da Beira Alta em território nacional, embora reputasse tal empreendimento difícil devido aos obstáculos do terreno³⁴. O engenheiro Almeida de Eça, que analisou a questão, achava esta solução não só exequível, mas também preferível à opção de levar o caminho-de-ferro do Douro até Barca de Alva e entroncá-lo na linha da Beira Alta em Boadilla³⁵. Apesar disto, o governo progressista aprovaria por lei a ligação por Barca de Alva³⁶. Dois anos após, o executivo regenerador comprometeu-se ainda a atribuir uma garantia de juro a um sindicato bancário que se propunha a construir em Espanha a ligação desta e da linha da Beira Alta à rede espanhola. A JCOPM seria consultada... depois da lei aprovada. Argumentou-se que a discussão era eminentemente financeira e não técnica, daí não ser necessário consultar a JCOPM, muito embora a comissão de obras públicas tenha também dado o seu aval no parlamento³⁷.

Por fim, uma referência às linhas transfronteiriças da Beira. Os primeiros estudos debruçaram-se sobre uma via cruzando a parte norte da província, mas à medida que um caminho-de-ferro pela Beira Baixa ia sendo estudado, ia-se percebendo que em termos de condições de tracção este ligaria de forma mais rápida Lisboa à fronteira entre Espanha e França. A JCOPM reconhecia isso e, no parlamento, Lourenço de Carvalho, futuro ministro das obras públicas, também. No parlamento, o governo munia-se de uma autorização para construir ambas as ferrovias, procurando agradar a todos os beirões. Apesar disto, o executivo só abriria concurso para a linha da Beira Alta e só à terceira tentativa a adjudicaria, o que se ficou a dever aos obstáculos levantados por Espanha à ligação pelo vale do Tejo; ao

32 AHMOP. JCOPM. Liv. 38 (1877), consulta de 15.3.1875. COLP, 1877: 108-110.

33 PEREIRA, 2012: 454.

34 AHMOP. JCOPM. Liv. 37 (1876), consulta de 4.3.1876.

35 Arquivo Histórico Diplomático. Entroncamento da linha ferrea do Douro. Cx. 1036, mc. 5, ofs. de 8.12.1878 e 20.12.1878.

36 FINO, 1883-1903, vol. 1: 409-411.

37 AHMOP. JCOPM. Cx. 24 (1882), consulta 10050 (17.8.1882). COLP, 1882: 246-247. Associação Comercial do Porto, 1883. Sindicato Portuense, 1882.

facto de a linha da Beira Alta ter uma maior extensão e assim servir mais povoados e círculos eleitorais (sobretudo os dominados pelos reformistas em Viseu) em Portugal; e à situação da CRCFP, que, em recuperação da crise por que passara na segunda metade da década de 1860, esforçava-se por terminar a ponte Maria Pia e não tinha capacidade financeira para construir uma linha como a da Beira Baixa ou debater-se com uma concorrente ao caminho-de-ferro de leste. Quanto à via internacional da Beira Baixa, nunca seria construída³⁸.

Na gestão da construção propriamente dita, os desrespeitos pela opinião dos corpos técnicos eram ainda mais numerosos. Se os engenheiros do MOPCI procuravam defender os direitos do estado, as companhias tentavam salvaguardar os seus interesses, poupando nos custos de construção. Já o governo oscilava entre os dois: se por um lado tinha de zelar pelo bem-estar público, por outro não podia ser de tal modo draconiano que dificultasse a construção. A JCOPM ou o CGOP(M) chamavam a atenção para estas falhas, mas os governos em várias ocasiões relevavam esses avisos, invocando a alta utilidade pública dos caminhos-de-ferro. Nas linhas construídas directamente pelo Estado, isto não foi tão visível, salvo alguns diferendos com os empreiteiros em quem se confiava uma determinada obra (que aliás tinham mais razões de queixa do governo do que o inverso). Isto não deve surpreender: a construção fora confiada a engenheiros do ministério que eram avaliados por engenheiros do próprio ministério³⁹.

Com isto não se pretende dizer que o governo desconsiderava totalmente a opinião dos seus engenheiros. Em muitas ocasiões, o executivo acatou os seus conselhos. Nas diversas propostas que surgiram nos anos 1850 e 1860 para a construção de uma linha no Minho, o governo aceitou o conselho do CGOP(M) que recomendava que tal obra fosse auxiliada com uma garantia de juro e não com uma subvenção quilométrica, não concedendo este subsídio a nenhum dos proponentes. Em 1862, o governo segue novamente o alvitre do CGOP rejeitando cinco propostas que entretanto haviam surgido para a construção do caminho-de-ferro de Sintra, apenas assinando um acordo com um desses empresários depois de este modificar a sua oferta⁴⁰.

Para algumas vias-férreas de via reduzida, a concessão só foi outorgada depois de parecer positivo da JCOPM. Foi o caso da linha do vale do Lima, adjudicada mas nunca construída⁴¹. Noutras, a adjudicação não se fez, porque era inexequível em termos financeiros. Em 1877 a companhia do caminho-de-ferro da Póvoa solicitou ao governo autorização para prolongar a sua linha até Chaves e Régua. A JCOPM aprovava os aspectos técnicos da proposta, mas alertava para o facto de o seu rendimento nunca atingir altos valores. Uma vez que a companhia solicitava garantia de juro, o governo nunca patrocinou a medida no parlamento, pois na altura haviam outras prioridades⁴². Na década de 1880, o governo acompanharia a recusa da JCOPM aos projectos ferroviários de Hastings (linha pelo vale do Vouga) e de Morton Johnson (rede férrea entre a Beira Interior e o

³⁸ PEREIRA, 2011.

³⁹ PEREIRA, 2012: 370-387. PINHEIRO, 2008: 161-180.

⁴⁰ BMOP, 1866, n.º 11: 365-370. DL, sessão da câmara dos deputados de 2.6.1863: 1737. PEREIRA, 2012: 222-223.

⁴¹ AHMOP. JCOPM. Liv. 34-A (1873): 89v-90v. COLP, 1874: 101-102.

⁴² AHMOP. JCOPM. Cx. 20 (1876-1877), consulta 7635 (24.12.1877); cx. 22 (1879), consulta 8156 (24.3.1879).

litoral) por serem completamente irrealistas⁴³. Também a linha de Cascais foi concedida com o apoio dos engenheiros civis, se bem que contra a vontade dos militares⁴⁴.

Mesmo em linhas de maior importância, quer pela sua extensão, quer pelo facto de servirem zonas desprovidas de comunicações, o governo contou com o beneplácito dos seus órgãos consultivos antes de avançar para a concessão definitiva. As linhas do norte e leste (1859-1860), oeste (1880-1882), Tua e Beira Baixa (ambas 1883-1884) inserem-se neste conjunto⁴⁵.

O CASO DO PLANO GERAL DE REDE

O exemplo mais paradigmático da falta de consenso entre instituições, derivada da divergência de objectivos, foi a questão do plano geral de rede. Quando Portugal encetou a sua aventura ferroviária, não tinha dados estatísticos nem cartográficos para definir um mapa geral da malha ferroviária a construir. Aliás, os caminhos-de-ferro contribuíram mais para o conhecimento cartográfico do que o inverso⁴⁶. Com o passar dos anos e à medida que a construção e o conhecimento do terreno se desenvolviam começaram a surgir, dentro e fora do parlamento, os primeiros alvites para uma rede geral.

No início da década de 1870, na sequência da apresentação de várias propostas para a construção de caminhos-de-ferro americanos (sobre o leito das estradas) ou de via reduzida, a JCOPM e a AECOP alertam para o perigo de se concederem estas linhas sem regra e sem obedecer a um plano geral, onde se deveriam determinar quais as linhas principais, seus afluentes (de via reduzida) e subafluentes (os americanos) e assim se evitar «fazer concessões que depois contrariem o melhor systema da viação acelerada»⁴⁷. Aparentemente, o governo aceitou o alvite dos técnicos, tendo ordenado à JCOPM em 1874 a elaboração de um plano geral de rede de via larga e de via reduzida, onde constasse o caderno de obrigações a que os interessados se teriam de submeter⁴⁸. No entanto, a verdade é que tal tarefa era desproporcionada aos recursos e tempo da JCOPM, que apenas pôde entregar uma pequena reflexão sobre este assunto, integrada numa consulta sobre as linhas da Beira⁴⁹. A ordem governamental foi um presente envenenado, que permitiu ao governo ganhar tempo. Se em teoria partilhava as preocupações dos engenheiros, satisfazendo-os, na prática não resultava em nada.

Entretanto, à medida que a construção ia avançando, a definição de um plano de rede cada vez se tornava menos flexível e mais manietada. Quando em 1876 se inicia na AECOP uma discussão sobre esta questão, já o país contava com 933 km de vias-férreas

⁴³ AHMOP. JCOPM. Cx. 24 (1882), consulta 9725 (26.1.1882). Cx. 28 (1885), consulta 12219 (30.4.1885).

⁴⁴ Arquivo Histórico Militar. Comissão de Defesa de Lisboa e seu Porto. Consulta acerca do projecto da linha ferrea entre a Torre de Belem e Cascaes, 23 de Julho de 1887, div. 3/20/27/11. AHMOP. JCOPM. Cx. 33 (1887), consultas 14659 (28.7.1887) e 14546 (18.8.1887). Cx. 34 (1888), consulta 15392 (2.4.1888).

⁴⁵ PEREIRA, 2012.

⁴⁶ BRANCO, 2003: 110-116.

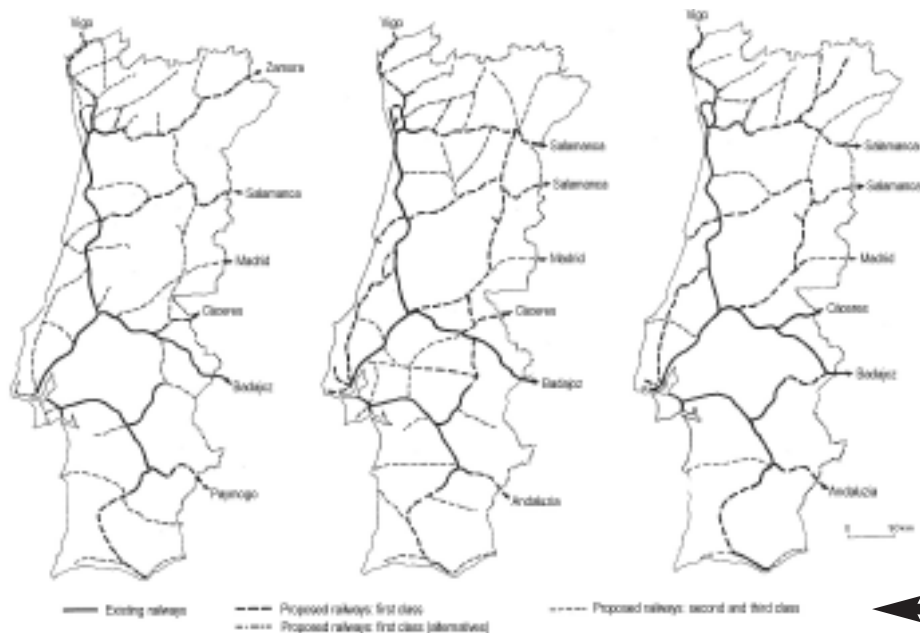
⁴⁷ AHMOP. JCOPM. Liv. 35 (1874): 149. Ver também AHMOP. JCOPM. Livs. 32 (1871): 280-299, 32-A (1871): 1-8v, 34 (1873): 97v-100v. AECOP, 1871-1872.

⁴⁸ DINIS, 1915-1919, vol. 5: 336.

⁴⁹ AHMOP. JCOPM. Caixa 18 (1875), consulta 6418 (7.1.1875).

espalhadas um pouco por todo o país⁵⁰. Em Fevereiro, a AECP nomeia uma comissão (Lecocq, Espregueira, Xavier Cohen, Inácio Lopes e Frederico Pimentel) para formular as bases gerais da malha de caminhos-de-ferro nacional⁵¹. Era facto consumado e aceite que a rede existente estava eivada de erros em termos de directriz das linhas e de condições de tracção e fora construída «para calar as inumeras exigencias com simulacros de satisfação, para conciliar os interesses politicos com as forças do tesouro»⁴². Nos meses seguintes, várias propostas são apresentadas, estimulando o debate. Em Agosto de 1877, a AECP conclui a sua proposta final, que provavelmente apresentou ao governo avilista, porém, nada se definiu legalmente⁵³.

O executivo seguinte, regenerador, com Lourenço de Carvalho nas obras públicas, propõe-se resolver a questão. O ministro ordena a João Crisóstomo a definição de mais um plano⁵⁴ e, na posse de mais um parecer, apresenta finalmente às cortes uma proposta de lei para fixar com força legal a rede dos caminhos-de-ferro⁵⁵. Todavia, pertinente ou não, a proposta seria esquecida. O governo cairia antes de as comissões parlamentares emitirem sobre ela o seu parecer e a questão nunca mais seria ressuscitada, apesar de contar com o apoio de toda a engenharia nacional reunida na AECP e na JCOPM.



Mapa2 – Os planos de rede da AECP, de João Crisóstomo e de Lourenço de Carvalho⁵⁶.

Enviar por favor legenda traduzida

⁵⁰ VALÉRIO, 2001: 372.

⁵¹ PIMENTEL, 1892.

⁵² LARCHER, 1878: 269.

⁵³ AECP, 1878. Para as propostas ver ALEGRIA, 1990. PEREIRA, 2012, mapas 30-30.

⁵⁴ Diário do Governo, 1878, n.º 210: 2260-2266.

⁵⁵ Diário da Camara dos Deputados (DCD), 7.2.1879: 345-353.

⁵⁶ ALEGRIA, 1990: 287 (adaptado).

A ausência de um plano de rede com força de lei explica-se por vários motivos. Em primeiro lugar, a deficiente informação cartográfica e estatística impedia a elaboração de um programa com bases científicas. O ideal seria encetar um esforço de reconhecimento do país, mas isso era impossível numa época em que «esperar um anno é esperar um quarto de seculo»⁵⁷. Por outro lado, prevaleceu tendencialmente a ideia de que um caminho-de-ferro, que não significasse um ónus financeiro para o estado, era benéfico para o reino, independentemente do seu traçado. Além disto, sem um plano de rede, a acção dos governos ficava muito mais liberta e imune a censuras: não havendo lei, não havia desrespeitos, nem havia contestação parlamentar. Por seu lado, o governo poderia também adaptar-se muito melhor à conjuntura e decidir em conformidade em prol do bem geral, mas também do bem particular. A este propósito, o químico do partido constituinte Augusto de Aguiar argumentava que sem plano de rede aprovado pelo parlamento, «quando apparece[sse] alguma exigencia menos justificada [o governo podia] satisfaze-la, [pois] caminho de ferro, que não dê ao governo muitas influencias, não é para este ministerio nem internacional nem de primeira ordem. Não se faz»⁵⁸. Aguiar exagerava. É certo que sem lei que fixasse as linhas a assentar, os governos podiam favorecer os seus interesses e os dos seus parceiros. Contudo, e mais importante, sem tal limitação os executivos podiam adaptar-se melhor às circunstâncias do mercado. Portugal não era uma economia muito atractiva ao investimento ferroviário, mas era um país que ansiava por caminhos-de-ferro⁵⁹. Nestas condições, nenhum governo poderia ser demasiado exigente em relação às propostas que fossem apresentadas. Uma lei fixando uma hipotética rede seria assim um empecilho. Se porventura surgisse um projecto que não constasse dessa malha, seria necessário perder tempo a alterar a lei, antes de se discutir o projecto propriamente dito. O executivo sujeitar-se-ia a críticas no hemiciclo e também a perder o negócio. Esta atitude era transversal ao panorama *partidário* português. É certo que os regeneradores governaram mais tempo, mas progressistas, avilistas, reformistas e constituintes formaram ou fizeram também parte de equipas ministeriais. E se na oposição, todos clamavam pelo malfadado plano de rede, uma vez no poder a questão era esquecida.

A questão do plano de rede só seria resolvida em finais do século XIX e inícios do século XX. Em 14.7.1898, o parlamento aprovava a proposta de lei do então ministro das obras públicas, Elvino de Brito, para construir as linhas que faltavam ao país no âmbito de um mapa geral aprovado por lei. No entanto, por esta altura, Portugal contava já com 2300 km de vias-férreas assentes. A base do sistema nacional ferroviário estava construída e qualquer nova introdução serviria apenas o fito de o complementar. Neste processo (que decorreu entre a feitura da lei em 1898 e a aprovação por decreto das redes a norte do Mondego, sul do Tejo e entre aqueles dois rios até 1905), a AECP exerceu uma acção muito mais influente que anteriormente. Segundo a lei de 14.7.1898, as comissões então nomeadas para definirem a rede geral deveria ouvir previamente os municípios e associações interessadas no assunto. Naturalmente, o parecer da AECP não poderia ser esque-

⁵⁷ Fontes. DCD, 2.8.1854: 40.

⁵⁸ Diário da Camara dos Dignos Pares do Reino, 8.7.1882: 1122-1123.

cido e, pelo contrário, foi tido em alta conta na definição das linhas a incluir no mapa global. Porém, como já foi dito, por esta altura as principais vias-férreas estavam feitas e esta medida apenas teria um efeito secundário na gestão questão ferroviária em Portugal⁶⁰.



Mapa3 – A rede complementar⁶¹

CONCLUSÃO

A decisão de construir um caminho-de-ferro podia passar por vários órgãos antes de ser efectivamente tomada pelos governos, quer fora, quer dentro do parlamento (onde amiúde contavam com confortáveis maiorias). Mesmo assim, a consulta aos corpos técnicos era sempre aconselhável, muito embora para algumas ferrovias a concessão já estivesse apalavrada ainda antes de os ouvir – para projectos que resultavam de ajustes directos (mascarados ou não de concurso) entre o ministério e certos empreendedores (a

⁵⁹ PINHEIRO, 2008: 162. VIEIRA, 1983.

⁶⁰ PORTUGAL, 1898. PORTUGAL, 1899a. PORTUGAL, 1899b. PORTUGAL, 1905. PEREIRA, 2012. PINHEIRO *et al.*, 2011.

⁶¹ PORTUGAL, 1899B. PORTUGAL, 1901. PORTUGAL, 1905. ALEGRIA 1990: 299 (ADAPTADO).

maioria das linhas realmente construídas), a deliberação final era independente da consulta ao CGOP(M) ou à JCOMPM. Para as propostas que não se transformavam em contratos provisórios, a opinião daqueles órgãos tinha um peso maior na tomada de decisão. A posição da AECOP neste relacionamento era ainda mais frágil em termos institucionais, pois era um órgão de carácter privado que nenhuma relação estrutural oficial tinha com o ministério, apesar de ser, do ponto de vista da autoridade, um dos mais prestigiados em Portugal e onde se reuniam todos os homens técnicos do reino.

Embora entre a engenharia nacional e o fontismo existissem muitos pontos em comum (a ferrovia significava emprego e valorização socioprofissional, quer na construção, quer na fiscalização, quer na exploração privada ou pública), isto nunca foi suficiente para gerar um tal consenso que redundasse numa aprovação total das decisões dos governos. Por um lado, mesmo nos debates técnicos não havia unanimidade: nos pareceres exarados dos corpos consultivos do ministério não raras vezes se verificavam opiniões divergentes, devidamente registadas em pareceres em separado; na discussão na AECOP sobre o plano de rede, estas divergências eram ainda mais visíveis e decorrentes de diferentes formas de encarar a função do caminho-de-ferro (instrumento para facilitar o transporte independentemente da velocidade ou ferramenta para acelerar as trocas entre regiões). Por outro lado, os engenheiros pertenciam a diversos quadrantes políticos, trabalhavam para certas companhias e tinham as suas próprias afinidades regionais, o que podia ser motivo para minar ou louvar um projecto do governo. Pensar que estes técnicos eram incapazes de qualquer desvio ao interesse geral é não só um erro como falso. Inversamente, temos de contar com o brio profissional da classe que a impedia de sancionar projectos que não obedecessem aos preceitos da arte e que aliás era o que distinguia os engenheiros dos demais.

Seja como for, consenso era algo que não existia e ao ministro era sempre possível encontrar uma opinião favorável às suas ideias, fosse porque o engenheiro era mesmo dessa opinião, fosse por pertencer ao partido, fosse por esse juízo beneficiar a companhia para a qual trabalhava ou a região de onde era oriundo. Isto não significa que as decisões fossem tomadas unicamente com base em critérios menos judiciosos, pois era sempre perfeitamente possível conciliar interesses particulares com interesses gerais, sobretudo num país e numa época em que o caminho-de-ferro era visto como um bem em si. Também não se pode inferir que os engenheiros tenham tido um papel diminuto no desenvolvimento ferroviário em Portugal, bem pelo contrário: sem engenheiros não havia estudos de terrenos, preparação de concursos, redacção de contratos, fiscalização, nem caminhos-de-ferro⁶².

Contudo, é inegável que a influência do engenheiro na configuração final da rede era tanto maior quanto mais a sua opinião coincidissem com a vontade prévia do governo (que podia ou não ser condicionada por factores externos como os interesses das companhias, a agenda de Espanha ou o benefício de uma determinada região): os pareceres redigidos nos órgãos consultivos ou publicados pela AECOP (instituições que gozavam de uma

⁶² PINHEIRO, 2008: 166-179.

maior independência em relação ao executivo) não eram vinculativos; mais importantes eram os relatórios das comissões parlamentares (sobretudo a da câmara dos deputados, já que nos pares o peso da classe técnica era mais reduzido), compostas por homens cuja carreira política dependia da vontade do líder governamental/partidário. Nestas condições, se os engenheiros reunidos no ministério ou na AECP ostentavam o peso da autoridade, os técnicos presentes no parlamento sucumbiam ao peso do poder que o governo enquanto tal possuía, tendo a política ferroviária nacional sido liderada sobretudo pela vontade política e não tanto pelo *know-how* técnico.

FONTES MANUSCRITAS

PORTUGAL. Arquivo Histórico-Diplomático.

PORTUGAL. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. Conselho de Obras Públicas e Minas. Vários livros (1853-1868).

— Junta Consultiva de Obras Públicas e Minas. Vários livros e caixas (1869-1892).

PORTUGAL. Arquivo Histórico Militar.

COMPILAÇÕES

COLLECÇÃO *Official de Legislação Portuguesa (1845-1892)*. Lisboa: IN.

DINIS, Pedro Guilherme dos Santos (1915-1919) – *Compilação de diversos documentos relativos à Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes*. Lisboa: IN. 6 vols.

FINO, Gaspar Cândido da Graça Correia, compil. (1883-1903) – *Legislação e disposições regulamentares sobre caminhos de ferro*. Lisboa: IN. 3 vols.

SANTOS, Clemente José dos, compil. (1884) – *Caminhos de ferro. Pareceres parlamentares de 1845 a 1884*.

PERIÓDICOS

BOLETIM do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria (1853-1868). Portugal. Ministério das Obras Públicas, ed. Lisboa: IN.

DIARIO da Camara dos Deputados (1852-1899). Portugal. Câmara dos deputados, ed. Lisboa: IN.

DIARIO da Camara dos Dignos Pares do Reino (1869-1899). Portugal. Câmara dos pares, ed. Lisboa: IN.

DIARIO de Lisboa (1860-1868). Portugal. Governo, ed. Lisboa: IN.

DIARIO do Governo (1878). Portugal. Governo, ed. Lisboa: IN.

REVISTA de Obras Publicas e Minas (1870-1900 e 1906). Associação dos Engenheiros Cívis Portuguezes, ed. Lisboa: IN.

MONOGRAFIAS

ALMEIDA, Albino Francisco de Figueiredo e (1851) – *Vias de comunicação*. Lisboa: Tipografia da Revista Popular.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO (1883) – *Relatorio dos actos da direcção da Associação Comercial do Porto no anno de 1882*. Porto: Imprensa Comercial.

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS CÍVIS PORTUGUESES (1871-1872) – *Caminhos de ferro economicos*. «ROPM», t. 2-3, n.ºs 21-25. Lisboa: IN, p. 315-447 e 1-22.

— Comissão encarregada de estudar a rede dos caminhos de ferro em Portugal (1878) – *Relatorio ácerca do plano da rede geral dos caminhos de ferro em Portugal*. «ROPM», t. 9, n.ºs 102-103. Lisboa: IN, p. 289-304.

- LARCHER, Jaime (1878) – *Caminhos de ferro em Portugal*. «ROPM», t. 9, n.º 102-103. Lisboa: IN, p. 256-279.
- MENEZES, Sebastião Lopes de Calheiros e (1869) – *Relatório apresentado às cortes em 28 de Junho de 1869*. Lisboa: IN.
- PEZERAT, Pedro José (1867) – *Memoria sobre dokas commerciaes, bairros maritimos, porto militar sobre a margem direita do Tejo, e caminho de ferro commercial, estrategico e testa dos caminhos de ferro europeus*. Lisboa: Tipografia Franco-Portuguesa.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1898) – *Actas da comissão encarregada de propor um plano de reorganização dos caminhos de ferro do Estado pelo decreto de 6 de Outubro de 1898*. Lisboa: IN.
- (1899a) – *Plano da rede ferro-viaria ao norte do Mondego proposto pela comissão encarregada do estudo d’este plano por decreto de 6 de Outubro de 1898*. Lisboa: IN.
- (1899b) – *Relatório da comissão encarregada de estudar o plano da rede ferro-viaria ao sul do Tejo pelo decreto de 6 de Outubro de 1898*. Lisboa: IN.
- (1905) – *Relatorio da comissão encarregada de estudar o plano da rede ferro-viaria entre o Mondego e o Tejo pelo decreto de 27 de Setembro de 1899*. Lisboa: IN.
- SINDICATO PORTUENSE (1882) – *Ao Paiz. Relatorio do Syndicato Portuense*. Porto: Imprensa Comercial, 1882.
- WATIER, F. (1860) – *Relatorio do engenheiro francez monsieur Watier sobre a construcção dos caminhos de ferro em Portugal (tradução)*. «BMOP», n.º 1. Lisboa: IN, p. 76-131.

BIBLIOGRAFIA

- ALEGRIA, Maria Fernanda (1990) – *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910): as vias e o tráfego*. Lisboa: CEG. Tese de doutoramento.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1992) – *A guerra de todos contra todos (ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração)*. «Análise Social», vol. 27, n.º 115. Lisboa: GIS, p. 91-134.
- BRANCO, Rui Miguel C. (2003) – *O Mapa de Portugal. Estado, Território e Poder no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Horizonte. Tese de mestrado.
- BRITO, José Maria Brandão de; HEITOR, Manuel; ROLLO, Maria Fernanda, coord. (2003) – *Engenho e Obra. Uma abordagem à história da Engenharia em Portugal no século XX*. Lisboa: Dom Quixote.
- DIOGO, Maria Paula (1994) – *A construção de uma identidade profissional. A Associação dos Engenheiros Cívicos Portuguezes (1869-1937)*. Lisboa: FCTUNL. Tese de doutoramento.
- (2003) – *Engenharia e Modernidade. Os Engenheiros Portugueses entre as Obras Publicas e a Indústria*. «Boletim da Sociedade Portuguesa de Química», n.º 88. Lisboa: SPQ, p. 13-17.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa (2002) – *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil: a Câmara dos Deputados (1826-1852)*. Lisboa: Fundação Gulbenkian. Tese de doutoramento.
- MATA, Maria Eugénia; VALÉRIO, Nuno (1993) – *História económica de Portugal. Uma perspectiva global*. Lisboa: Presença.
- MATA, Maria Eugénia (1999) – *A Companhia das Obras Públicas de Portugal*. «Estudos de Economia», v. 19, n.º 1. Lisboa: ISEG, p. 43-66.
- MATOS, Ana Cardoso de; DIOGO, Maria Paula (2006) – *From the École de Ponts et Chaussées to Portuguese railways: the transfer of thecnological knowledge and practices*. «Second International Conference of the AHICF. Railway modernization: an historical perspective». Disponível em <www.docutren.com/archivos/lisboa/pdf/22.pdf>. [Consulta em 2.1.2013].
- (2007) – *Bringing it all back home: Portuguese engineers and their travels of learning (1850-1900)*. «Journal of History of Science and Technology», vol. 1. Disponível em <http://www.johost.eu/vol1_summer_2007/vol1_am.htm>. [Consulta em 2.1.2013].
- MIRANDA, Jorge, introd. (1992) – *As Constituições Portuguesas. De 1822 ao texto actual da Constituição*. 3.ª ed. Lisboa: Petrony.

- MÓNICA, Maria Filomena, *dir.* (2005-2006) – *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*. Lisboa: ICS.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2011) – *Caminhos-de-ferro da Beira (1845-1893)*. «Revista de História da Sociedade e da Cultura», n.º 11. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 273-297.
- (2012) – *A política ferroviária nacional (1845-1899)*. Porto: FLUP. Tese de doutoramento.
- PIMENTEL, Frederico Augusto (1892) – *Apontamentos para a historia dos caminhos de ferro portuguezes*. Lisboa: Tipografia Universal.
- PINHEIRO, Magda (2008) – *Cidade e caminhos de ferro*. Lisboa: CEHCP.
- PINHEIRO, Magda; LIMA, Nuno Miguel; PAULINO, Joana (2011) – *Espaço, tempo e preço dos transportes: a utilização da rede ferroviária em finais do século XIX*. «Ler História», n.º 61. Lisboa: CEHC, p. 39-64.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas (1952) – *Primeiro centenário do Ministério das Obras Públicas (1852-1892)*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- (1977) – *Ministério das Obras Públicas 1852/1977*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (1999) – *Os Engenheiros em Portugal*. Oeiras: Celta.
- SANTOS, Luís Filipe Rosa (1995) – *Os acessos a Faro e aos concelhos limítrofes na segunda metade do séc. XIX*. Faro: edição de autor.
- SANTOS, Manuel Pinto dos (1986) – *Monarquia Constitucional. Organização e Relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados (1834-1910)*. Lisboa: Assembleia da República.
- SOUSA, Fernando de (1995) – *História da estatística em Portugal*. Lisboa: INE.
- VALÉRIO, Nuno, *coord.* (2001) – *Estatísticas Históricas Portuguesas*. Lisboa: INE.
- VIEIRA, António Lopes (1983) – *The role of Britain and France in the finance of portuguese railways 1850-1890*. Leicester: Leicester University. Tese de doutoramento.

LIVRES COMO LIVROS

ISABEL PEREIRA LEITE*

Resumo: *Do nascimento das palavras, e logo do afã da comunicação, aos incomensuráveis livros – e englobemos aqui toda a produção escrita, independentemente do seu suporte – o homem tem vindo a percorrer um caminho único. Se o registo de tal aventura não tivesse sido feito, por muito que se tivesse evoluído, a necessidade de recuar no tempo seria incontornável. Porque haveria que voltar a perceber, de novo, cada manhã do mundo. Porém, e porque a palavra se tornou letra, e a letra vida, atravessámos já milénios, lado a lado com os livros, que se foram tornando baluartes de algo que configura o nosso desejo maior: a Liberdade.*

Palavras-chave: Livro; Liberdade; Leitura; Escrita.

Abstract: *From the first words ever pronounced to countless books – and here we include all written production, regardless its support – man has followed a unique path. If this adventure had not been recorded, we would constantly have to go back in time, because we would feel the need to understand each new morning. But words have become a written heritage, carrying life along the way. Life in books. In fact, books are mirrors of Freedom. Freedom, our ultimate aspiration.*

Keywords: Book; Freedom; Reading; Writing.

*Dizem os bons a uma voz,
Os bons, estes, não aqueles,
Que os bons como Nós, somos Nós
E todos os mais são Eles:
Porém se atravessares o mar
Em vez de seres um embaraço
Poderás (pensa!) vir a confirmar
Que o Nós é só d'Eles um pedaço.*

Rudyard Kipling, 1919

*The love of liberty is the love of others;
The love of power is the love of ourselves.*

William Hazlitt, 1819

No capítulo 11 do *Livro do Génesis* é dito que aqueles que sobreviveram ao dilúvio falavam todos a mesma língua, tendo construído, na cidade que então fundaram, uma grande Torre. Porém, o ambicioso Nimrod, neto de Noé, querendo invadir o Reino de Deus, preparou, com os seus, o ataque. Para os castigar a todos, Deus enviou dois anjos, que encarregou de confundir a linguagem que falavam, para que deixassem de poder entender-se uns aos outros, iniciando-se, assim, uma luta sem fim.

Incontáveis formas de discurso tornaram a própria linguagem a razão para as terríveis divisões que continuam a grassar entre os homens, para as discriminações, para a segregação.

Mas será, questiona Manguel, em *The City of Words*, que inverter o curso da maldição de Babel é impossível? Não será esse mesmo o papel dos livros? Será que, como tijo-

* Universidade do Porto. Faculdade de Letras/CITCEM. Email: carpe.diem.ipl@gmail.com.

los, tijolos que traduzem as experiências em palavras novas, palavras sempre renovadas, os livros não poderão servir para edificar uma outra Torre onde, um dia, possamos viver em entendimento, fazendo-nos compreender uns aos outros, numa nova arte que presuponha um novo código que nos mantenha unidos através do tempo e do espaço?

Pessoalmente, consideramos aliciante esta perspectiva, apesar de, na senda socrática, cada vez mais pensarmos que realmente nada sabemos.

«Ler amadurece o espírito, conversar adestra-o, escrever torna-o exacto; portanto, se o homem escreve pouco, necessita de grande memória; se conversa pouco, de vivacidade intelectual; se lê pouco, de muita astúcia, para simular que conhece o que não conhece»¹. É Francis Bacon quem, nos seus *Ensaio*s, o diz, em 1625.

Não conseguimos citar com precisão Henry David Thoreau que, por meados do século XIX, afirmava que os castelos que construímos no ar estão lá muito bem – o que é preciso é tratar-lhes dos alicerces. Por nós, esses alicerces serão os incomensuráveis livros que esculpíram o tempo, ora à maneira de Borges, ora desdobrando-se como Pessoa. Que raízes e fundações profundas têm esses alicerces e como somos privilegiados por herdarmos esses sonhos e podermos continuar a vivê-los!

Ler bem é ler com Alma. Ora, a nossa Alma viu-se a braços com um problema de grandeza relativa, devemos confessar: na impossibilidade de nos vermos nas desaparecidas Casas de Vida no Egipto (numa brevíssima explicação, digamos apenas que na Biblioteca do Templo, a Casa de Vida, se protegiam, copiavam e interpretavam textos divinos, a fim de se conhecer a vontade dos deuses), nessa impossibilidade, então, acabámos por nos remeter à ideia de um projecto a que, nessa perspectiva – a da luta contra as forças do esquecimento – chamámos «Livres Como Livros». O que fazer, então, para impedir que as garras do esquecimento se apoderem desses infundáveis livros que são, em boa verdade, a memória do mundo?

Se bem nos lembramos, no Antigo Egipto, o nome que a cada um era atribuído ao nascer era indispensável para que fosse reconhecido e recordado. Um dos piores castigos que se podiam infligir a um egípcio era atentar contra o seu nome, destruindo o suporte no qual estava escrito, já que cairia no esquecimento, sendo o esquecimento a própria morte.

Mas, pensando bem, quem é que deu o primeiro passo? Os avanços da literacia, do tempo das tabuinhas da Suméria até aos mais rebuscados recursos electrónicos de hoje, fazem-se devagar e em ritmos absolutamente desfasados. E daí? Acumular conhecimento não é conhecimento (os antigos bibliotecários de Alexandria perceberam isso muito bem) – o conhecimento é, sobretudo, reflexão profunda. Há, por isso mesmo, grandes escritores que só publicam a obra depois de anos e anos de aturado amadurecimento intelectual. As bibliotecas pessoais, diz-se, são o retrato de quem as possui e as foi construindo ao longo do tempo. Em certa medida, são como um grupo de amigos com os quais podemos estar sempre que quisermos.

Calímaco precisou de ordenar a grande Biblioteca de Alexandria; dividiu-a, aliás, em 8 «tabelas» que deveriam abranger todo o conhecimento contido nos rolos. Incontáveis

¹ BACON, 1992: 15-16.

gerações de bibliotecários foram-se encarregando, depois, de multiplicar este número até ao infinito (infinito não será, mas partamos desse princípio...), o que fez as delícias de Borges. Um parêntesis que, para nós, faz todo o sentido: Borges, num dos seus tantos textos, recorda que na CDU (Classificação Decimal Universal), hoje comumente utilizada nas Bibliotecas do mundo inteiro, a notação 231 corresponde a Deus – Deus está, assim, em todo o lado!

Thomas Jefferson criou uma classificação que aplicou à arrumação dos livros da sua preciosa biblioteca. «*I cannot live without books*», dizia ele. Aquela que é hoje a monumental Biblioteca do Congresso começou, precisamente, assim: porque a alguém era impossível viver sem livros. E porque, a cada passo, precisava deles, esse alguém engendrou um processo de nunca lhes perder o rasto, ordenando-os nas estantes que se tornaram a sua casa. Uma casa com uma apaixonante história...

As histórias são a nossa memória. As Bibliotecas são as suas guardiãs, e a leitura o processo que permite recriar essa memória, citando-a, repetindo-a, traduzindo-a, ligando-a à nossa própria experiência para que possamos construir hoje, a partir do que gerações e gerações anteriores entenderam preservar.

Embora já não sejamos capazes de nos lembrar (a memória tem coisas destas...), lemos, algures, que o Paraíso, depois da Queda, foi espalhado em incomensuráveis fragmentos pela Terra. É por isso que hoje a felicidade está nas pequenas coisas; sobretudo nas pequenas/grandes coisas, como o prazer de ler um bom livro. Na pujança do ser e no auge da aflição, como, de resto, na contradição, podemos escolher palavras que registamos, como Fernando Pessoa, no interessantíssimo poema ao qual, em 1937, chamou *Liberdade*:

*Ai que prazer
 Não cumprir um dever.
 Ter um livro para ler
 E não o fazer!
 Ler é maçada,
 Estudar é nada.
 O sol doira sem literatura.
 O rio corre bem ou mal,
 Sem edição original
 [...]
 Livros são papéis pintados com tinta.
 Estudar é uma coisa em que está indistinta
 A distinção entre nada e coisa nenhuma.
 [...]
 E mais do que isto
 É Jesus Cristo,
 Que não sabia nada de finanças
 Nem consta que tivesse biblioteca...²*

² PESSOA, 1972: 188-189.

Face a isto, não será lícito colocar certas interrogações? O que responderia o poeta, se inquirido sobre a importância da folha de papel e da caneta? E do livro que revelou ao mundo esta anacrónica simbiose? O facto é que chegou até nós. E perdurará. Os livros; sempre os livros!

Conta-se que, há muito tempo, foi perguntado a um idoso chinês de celebrada sabedoria que desejo formularia, caso estivesse garantida a sua satisfação. A resposta foi imediata. Ele disse apenas que restituiria às palavras o seu significado próprio. Portanto, já há muito andava alterado o significado genuíno das palavras. Também hoje, sobretudo hoje, isso acontece.

O que hoje não conseguimos definir são os laços que, pessoalmente, nos ligam aos livros. O que sabemos, sem dúvida, é que não conseguimos viver longe deles. Se nos perguntarem por que é que amamos os livros, responderemos, num elevado registo de presunção, como Montaigne, que sentimos uma enorme dificuldade em dizê-lo, mas afirmando que é porque eles são o que são e nós somos o que somos. Acreditamos em Séneca: «*Otium sine litteris mors est*» (Ócio sem leitura é morte).

Agostinho da Silva dizia «Quer pareça justo quer injusto o que se ler, houve benefício em ler; metal, do autor e do leitor, se passou em água régia, e se viu ouro ou cobre, ambos necessários e úteis, desde que se saiba o que são e para que servem, e até se mantenha bem clara a noção de que ouro, para que se empregue, exige cobre. Pular por cima é melhor para concurso hípico do que para vida de gente; a nós nos convém ir medindo o terreno com nossos pés, quer haja a macieza das areias das praias quer a aspereza dos calhaus de monte; talvez encontreis nesta página mais destes últimos do que dos finos grãos lavados de onda; em qualquer caso, é melhor ler; e talvez o pedregulho ajude mais nossas moelas a tirar de tudo quanto existe, triturando-o, um saco nutridor; não, certamente, o da Verdade absoluta; mas, quem sabe, o das verdades provisórias que degraus lhe são»³.

Essa magia, essa atracção, esse amor pelos livros terão explicação? Devemos confessar que, no nosso sentir, permanecem um mistério. E isto faz-nos recuar uns anos e relembrar o que um Miguel Esteves Cardoso, inspirado, escreveu no *Expresso*: «O amor não se percebe. Não é para perceber. O amor é um estado de quem se sente. O amor é a nossa alma. É a nossa alma a desatar. A desatar a correr atrás do que não sabe, não apanha, não larga, não compreende»⁴. Também é assim, o amor pelos livros que vão povoando o percurso humano, de milénio em milénio.

O autor e o leitor juntos tornam possível qualquer irrealidade. Manuel Gusmão e Duarte Belo, cúmplices nas inquietações, juntos nas interrogações, apresentaram, em 2001, *De Alguma Maneira o Leitor Escreve Para que Seja Possível*, editado a partir de um belíssimo texto do primeiro, *As Posições do Leitor*, publicado em 1971. Numa simbiose rara, fotografia e escrita como que brotam da mesma fonte. José Luís Peixoto, numa entrevista, em 2003, dizia que «através da leitura temos oportunidade de estar na pele de

³ SILVA, 1999: 218.

⁴ CARDOSO, 2005: 17.

outras pessoas e de sentir coisas que não fazem parte da nossa vida, mas que, no momento em que lemos, conseguimos perceber como são. E isso faz-nos ser mais humanos. Na leitura e na escrita encontramos-nos todos naquilo que temos de mais humano»⁵.

Lyn Yutang, filósofo chinês do século XX, escreveu o seguinte: «O sábio lê livros, mas lê também a vida. O universo é um grande livro e a vida é uma grande escola. Quanto mais leio, mais ignorante fico. A escolha com que hoje se depara qualquer homem situa-se entre a inocência que não lê e a ignorância que lê muito»⁶.

Cruz Malpique, conhecida figura do meio intelectual do Porto no século passado, escreveu na sua *Introdução Sentimental às Bibliotecas* (que comprámos, há 30 anos, na Feira do Livro de Lisboa, por 25 tostões) que «Uma Biblioteca devia ser sempre a acrópole, como quem diz a cidade alta, ou a cidadela do Espírito, e nunca a necrópole, a cidade morta desse mesmo Espírito»⁷. Sempre lhe demos razão. O coração da Biblioteca pulsa ao ritmo das conversas que o falar em silêncio deixa adivinhar, porque os livros assumem, de forma solidária, os seus lugares, lado a lado, nas prateleiras a perder de vista, como o saber infinito que contêm. Ainda na mesma obra, Cruz Malpique, dissertando sobre as aptidões que o bibliotecário deve possuir, vai dizendo: «Juizinho, juizinho pois, Senhor Bibliotecário! Não arme em presumido; estude, estude sempre que, no fim e ao cabo, ainda terá que reconhecer, melancolicamente, que pouco sabe para o integral desempenho das suas funções públicas – as de servir a cultura com muita ciência e outra tanta consciência, e ainda com muito amor (não se envergonhe dessa palavra!)»⁸.

Tão sagaz conselho não deve, contudo, dirigir-se apenas aos bibliotecários, mas a todos: o amor às bibliotecas, como a maioria dos amores, deve ser aprendido. Se, no que a isto respeita, não temos qualquer dúvida, é porque não nos esquecemos do testemunho de Manguel: «Tenho a sensação de que, sem ter consciência disso, tiro notas enquanto leio, em função daquilo que virei a experimentar, ou daquilo que experimentei, mas sem compreender»⁹.

Veloz e imparável é a imaginação criadora: Pierre François Desfontaines, em 1730, num romance ao qual chama *Le Nouveau Gulliver*, inventa a Ilha dos Poetas, cujos habitantes descendem de Herosom, antigo poeta filho do Sol e da Lua. No que nos diz respeito, preferimos imaginar que o Paraíso é o lugar onde finalmente teremos tempo para ler todos os livros que não pudemos ler, inclusivamente aqueles de cuja existência nem sequer suspeitávamos. Parece-nos uma ideia muito interessante, mas diametralmente oposta a esse trágico memoricídio que, uma vez iniciado, não parece que vá ter fim. Falamos dos tantos e tantos livros destruídos.

Confúcio (551-479 a.C.) interrogava-se: «O que faz o homem com li, se lhe falta zen?», significando li «cerimónia correcta» e zen o equivalente a «amar os outros». Li, zen e música, sendo esta o complemento ideal, formariam a perfeição. Em que consistiria essa

⁵ PEIXOTO, 2003: 12.

⁶ YUTANG, 1994: 166 (nossa trad.).

⁷ MALPIQUE, 1962: 23.

⁸ *Ibidem*, 39.

⁹ MANGUEL, 2007: 248.

perfeição nunca o viremos a saber, porque *O Livro da Música* se perdeu. Aliás, nenhum dos livros de Confúcio sobreviveu. Durante a Grande Queima dos Livros, em 220 a.C., levada a cabo por Li Ssu, Chanceler do Imperador, intolerante para com os homens de letras que não se modelavam pelo presente, mas estudavam o passado com o objectivo de criticar o presente, o que de melhor havia pereceu, embora saibamos que foram dadas instruções para que um exemplar de cada obra fosse conservado na biblioteca pessoal do Imperador.

A Inquisição, sobre a qual, naturalmente, não nos alongaremos aqui, foi uma das instituições judiciais de natureza religiosa e política mais severas que o homem jamais criou para combater a dissidência e o pensamento heterodoxo. Nos países onde actuou, a censura, a tortura, a destruição de homens e de livros sob o signo do dogmatismo estendeu-se ao longo dos séculos XV, XVI, XVII e até XVIII, em certos casos. O temível *Index Librorum Prohibitorum* fez crepitar nas fogueiras considerável parte do pensamento humano impresso.

Em 1755, no dia 1.º de Novembro, Lisboa viu-se surpreendida por um terramoto dos mais horrendos de que há memória. Entre a terra que continuamente tremia, as águas que avançavam e os incêndios que grassavam, viu-se a cidade destruída. A corte d' El-Rei D. José foi, porém, poupada, «por feliz desgraça», como alguém deixou registado. Já o mesmo não aconteceu com a Real Biblioteca do Paço da Ribeira, por exemplo. Com 70000 volumes, incluindo obras raríssimas, documentos criteriosamente seleccionados, códices, incunábulo, gravuras, partituras e mapas, a Livraria Régia expressava o secular interesse dos nossos monarcas pelos livros ou, num dizer coevo menos simpático, pelas vantagens políticas e simbólicas que um tal acervo trazia. D. João V costumava dizer, segundo Diogo Barbosa Machado, que a sua Livraria tinha para ele a mesma importância que o ouro enviado do Brasil, muito tendo despendido, ou melhor, investido nela.

Voltaremos, mais adiante, às vicissitudes da Biblioteca da Coroa portuguesa ao tempo de D. João VI. Avancemos, por agora, e situemo-nos, séculos mais tarde, na Alemanha nazi, nesses anos de autêntica bestialidade, de verdadeiro bibliocausto. Hitler, Chanceler em 1933, iniciou, como é sabido, uma acérrima e impiedosa perseguição à cultura, embora fosse, ele próprio, um leitor voraz. O mundo não voltou a ser o mesmo, mas o homem resistiu a mais esse crudelíssimo golpe.

Já no século XXI, durante a guerra no Iraque, iniciada com a invasão que todos conhecemos, 1 milhão de livros, 10 milhões de documentos e 14 mil artefactos arqueológicos foram perdidos. Há quem diga que este está a ser, porque a destruição pelo fogo e pela rapina vai continuando, o maior desastre cultural desde que Bagdad foi destruída pelos mongóis, em 1258.

Se, porém, falamos de desastres culturais, vale a pena referir dois vultos franceses que, vítimas do destino, se viram privados das suas bibliotecas. O erudito Abade Gonjet, por volta de 1760, morre de dor por ter sido obrigado a vender a biblioteca que possuía, enquanto M. de Valincourt, pouco tempo antes, em Paris, apenas diz «*Je n'aurais guère profité de mes livres, si je n'avais appris d'eux à m'en passer*», depois de ver a sua enormíssima biblioteca inteiramente consumida pelo fogo. Convenhamos que não deixam de ser

dois testemunhos deveras curiosos! Como curiosa é a atitude de Senhor Grapina, financeiro português do século XVIII que, sendo possuidor de uma magnífica Biblioteca, se afirma tão delicado e exigente que nunca lê os seus livros, porque, se lhes tocasse, correria o risco de os estragar e isso, justamente, era o que não queria. Enfim, bizarrias!

E não estamos a falar de génios, sobre os quais dizia Diderot «*Les génies lisent peu, pratiquent beaucoup et se font d'eux-mêmes*»!!! De facto, Lamartine só começou a ler por volta dos 50 anos; Maupassant não prezava grandemente a leitura, porque preferia a realidade em primeira mão; Zola antes queria gastar o tempo que tinha a escrever; Pierre Loti, ao ser recebido no seio da Academia Francesa revelou, alto e bom som «*Je ne lis pas!*». Hobbes nem mesmo tinha biblioteca e Melanchton possuía apenas uma estante onde só tinha aqueles a quem chamava os quatro Ps: Platão, Plínio, Plutarco e Ptolomeu.

Pois é! Quantas leituras resgatadas; quantas leituras perdidas nestes curtíssimos relatos... Vale, por certo, a generosidade e a sensatez de alguns, como o 2.º Visconde de Balsemão, que, no início do século XIX, abre as portas da fantástica Biblioteca do palacete onde vivia, no Porto, a todos aqueles que pretendessem consultar o que lá existia – foi a primeira vez que tal gesto se verificou, pelo que aqui fica registado.

Detenhamo-nos, agora, no Portugal do século XVIII. A preocupação com o futuro das bibliotecas particulares e dos negócios ligados aos livros vai-se fazendo sentir. Ao apreciarmos alguns dos muitos registos notariais existentes no AN/TT e transcritos na obra *As Gentes do Livro: Lisboa, séc. XVIII*, damo-nos conta de que os livros são considerados património valioso, por vezes embaraçoso, por quem os possui. O cuidado pormenorizado com que o tabelião regista vontades e querereres dos Borel, dos Aillaud, dos Bertrand (e não é por acaso que mencionamos nomes franceses), em meados de Setecentos, ou o ajuste de venda de 4740 volumes de novelas que, em 17 de Março de 1800, é feito a António Manuel Policarpo da Silva, o d'A *Gazeta*, que também escreveu a deliciosa obra *O Piolho Viajante*, por 770 mil réis, são bons exemplos do interesse pelos livros.

Em 2 de Outubro de 1811 ficamos a saber que o Intendente Geral da Polícia em Lisboa, dando cumprimento a uma ordem do Conde de Linhares, vinda do Rio de Janeiro em nome de Sua Alteza Real, manda prender os famigerados livreiros Borel e apreender todos os seus papéis, seguramente depois destruídos. Sensivelmente onze anos antes, em 5 de Setembro de 1800, João Henriques, homem cego, contratador de livros em Lisboa, faz testamento de tudo o que possui. Como é óbvio, sendo livros em grande parte, pretende acautelar-lhes o futuro, por não ter filhos.

Em 1986, Jorge Luís Borges, expoente máximo da literatura do seu século, morre em Genève. A sua herança pertence ao mundo inteiro. Em 1975, vinte anos depois de ter sido nomeado para dirigir a Biblioteca Nacional de Buenos Aires, Borges compôs este belíssimo poema:

Os Meus Livros

*Os meus livros (que não sabem que existo)
São uma parte de mim, como este rosto
De ténporas e olhos já cinzentos*

*Que em vão vou procurando nos espelhos
E que percorro com a minha mão côncava.
Não sem alguma lógica amargura
Entendo que as palavras essenciais,
As que me exprimem, estarão nessas folhas
Que não sabem quem sou, não nas que escrevo.
Mais vale assim. As vozes desses mortos
Dirme-ão para sempre¹⁰.*

Ontem, como hoje, os livros! A exclamação é nossa. Lamentável é, por exemplo, que Camilo, no 3.º quartel do século XIX, numa carta a Martins Sarmiento, lhe revele que está a inventariar 4000 volumes por entender que seus filhos, ignorantíssimos, mal ele feche os olhos, os venderão às mercearias.

Satisfeita, é certo e seguro, ficou, ao invés, a corte no Brasil, quando viu chegar a Real Biblioteca que, no enalço da Rainha e do seu séquito, seguiu para o Rio de Janeiro, na precipitação (ou talvez não...) da fuga aos franceses, em 1807. Não sendo já o que havia sido nos tempos áureos do Magnânimo Rei, devastada pelo terramoto de má memória, era, porém, um acervo notável, instalado no Palácio da Ajuda, a partir da compra de colecções privadas, da incorporação de bibliotecas monacais e de generosas doações, como a de Diogo Barbosa Machado. Seguiu, pois, a livraria em caixotes, bem recomendada, mas não muito bem tratada. Nas pressas do embarque, muitos desses caixotes foram ficando, segundo alguns relatos, a apodrecer, entre peripécias no mínimo dignas de uma crónica. O que é certo é que pelo meio dos atropelos de uns e da parcimónia de outros, o Conde da Barca tratou foi de despachar a sua mui importante e amada Biblioteca, aproveitando o ensejo. Regressa, em 1821, D. João VI, deixando o filho e a Biblioteca no Brasil, não sem enorme contestação do reino, que a exige de volta. Mas voltar é que não volta, até porque, entretanto, crescera. Acaba esta saga, no meio de avaliações, contas, alguma diplomacia, e não sem a intercessão de valores bem elevados que Portugal cobra ao Brasil, por, em parte, ter a sabedoria atravessado o oceano.

Falando em sagas, reportemo-nos àquela que, condensada num livro, abarca passado, presente e futuro como um só – a *Bíblia* – e, para chegarmos, de novo, aos livros, citemos o *Eclesiastes*:

*Todas as coisas têm o seu tempo e tudo o que existe debaixo dos céus tem a sua hora.
Há tempo para nascer e tempo para morrer;
Tempo para plantar e tempo para arrancar o que se plantou;
Tempo para matar e tempo para dar vida;
Tempo para destruir e tempo para edificar;
Tempo para chorar e tempo para rir;
Tempo para a inquietação e tempo para dançar;
Tempo para lançar pedras e tempo para as apanhar do chão;*

¹⁰ BORGES, 1998: 113.

*Tempo para abraçar e tempo para rejeitar;
 Tempo para ganhar e tempo para perder;
 Tempo para guardar e tempo para atirar fora;
 Tempo para rasgar e tempo para coser;
 Tempo para calar e tempo para falar;
 Tempo para amar e tempo para odiar;
 Tempo para a guerra e tempo para a paz.
 Que proveito tira o homem do seu trabalho?
 [...]*

Reconheci que nada havia de melhor para o homem do que alegrar-se com o fruto dos seus trabalhos. Esta é a parte que lhe toca. Porque quem lhe dará a conhecer o que acontecerá depois dele?¹¹

De facto, não nos é dado conhecer, comuns mortais que somos, o que acontecerá depois de nós, mas podemos saber o que aconteceu antes de nós. Porque está tudo nos livros. Sem livros, o mundo não era nada!

Através dos incomensuráveis livros, que traduzem a experiência humana em palavras, novas palavras sempre renovadas que nos mantêm unidos, sulcando o tempo e o espaço, se trocam conversas sem fim, como diria Plínio, o Jovem.

Não temos a menor dúvida de que os leitores criam escritores que, por sua vez, criam novos leitores. Das mãos dos autores e dos leitores, das mãos que naturalmente se afeiçoam, nasce um tecido resistente, composto de palavras eternas.

Os livros oferecem-nos a vida. Eles próprios são vida!

Por acreditarmos nisso, por acreditarmos que é possível encontrar, numa página de um livro, a resposta perfeita, quase sempre uma resposta intemporal, estamos hoje aqui, entrados já na segunda década do século XXI. É que as incontáveis vigílias humanas vão resgatando esse prodigioso património da humanidade que é a palavra.

Nada, jamais, será capaz de cortar a raiz ao pensamento, porque ele é livre, é da pólis, da cidade, não se perde na sua essência – sempre haverá como o transmitir. Oscar Wilde afirmava, aliás, que as suas únicas discussões eram com as palavras, nunca com as acções. O poder das palavras é o poder da liberdade, coisa de que o bom leitor, ou ouvinte, se apercebe.

Sempre vivemos em dicotomia: a razão contra a força; a batalha entre os homens de letras e os homens de armas; o jogo dos afectos e dos des afectos. D. Quixote, sábio como poucos, reduz isto a duas palavras – o «meu» e o «teu».

Ora, as palavras têm de ser de todos. Não há o «meu», nem há o «teu»; apenas uma nova ordem, a ordem dos livros e dos leitores, tão do gosto de Roger Chartier, uma ordem ora sublime, ora aterradora, mas sempre veloz como a liberdade, essa herança-construção que pertence ao mundo inteiro e que continuamente se renova. Camões bem o sabia.

Continuemos, agora com Lygia Bojunga, a escritora de literatura infanto-juvenil em língua portuguesa mais premiada até hoje, que pega no «meu» e no «teu», que, afinal, são «nossos», e os traduz magistralmente em palavras:

Eu tive seis casos.

¹¹ Ec.3, 1-9; 22.

Casos de amor, eu quero dizer.

*E, para mim, um caso de amor é coisa de envolvimento muito intenso. Eu namorei bastante; flertei à beça; experimentei casamento; mas casos foram seis. (E o bom é que eu não estou livre de outro...)*¹²

Por exemplo, o caso de amor amadurecido com Pessoa, que soube esperar... (dizemos nós).

*E esse é ainda um outro aspecto maravilhoso do livro: ele guarda, ele segura o que a gente é quando transa com ele; e então, passados os anos, a gente pode visitar, reavaliar, reviver a vida da gente, voltando aos livros, com os quais a gente teve um caso de amor. Está tudo ali, retido, seguro, todas as nossas sensações daquele tempo. E não importa que a gente diga, ué, como é que fui me apaixonar por ele? Puxa, se fosse hoje eu não me apaixonaria mais. Não importa. Ele continua a ser o depositário de toda aquela emoção do passado*¹³.

*O luxo de corrigir e reescrever, somado à sensação da liberdade me rondando, me roçando, me envolvendo, fez uma impressão tão forte dentro de mim, que eu saí desse primeiro encontro pressentindo que fazer literatura ia ser para mim uma imensa aventura interior. Não me enganei. E desde esse dia, eu confundo as palavras livro e livre: me acontece muito querer dizer uma e sair a outra*¹⁴.

Estes três pequenos excertos de *Livro: um encontro com Lygia Bojunga*, de 1988, primeira obra da trilogia sobre o livro, elevam-nos a esse patamar onírico, ao lugar dos sonhos que, depois, se traduzem em emoções, sentimentos e realidades...

Interessantíssima, e mais do que apropriada aos dias de hoje, é a opinião de Brecht sobre o que deve ser um bom escritor. Citamo-lo, num texto escrito em Paris, no exílio, em 1934:

*Hoje, o escritor que deseja combater a mentira e a ignorância tem de lutar, pelo menos, com cinco dificuldades: é-lhe necessária a coragem de dizer a verdade, numa altura em que por toda a parte se empenham em sufocá-la; a inteligência de a reconhecer, quando por toda a parte a ocultam; a arte de a tornar manejável como uma arma; o discernimento suficiente para escolher aqueles em cujas mãos ela se torna eficaz; finalmente, precisa de ter habilidade para a difundir entre eles*¹⁵.

Parece-nos, atrevemo-nos a afirmar, uma tarefa difícil, mas não uma missão impossível! Na verdade, não acreditamos em Hermes Trismegistus que dizia «*Maximum miraculum homo sapiens*», afirmação que numa tradução livre significará que um homem sensato é o maior de todos os milagres...

A prova, uma das inúmeras provas, é que continuamos vivos, unidos ou desavindos mesmo por causa dos livros; mas vivos, porque, sensatamente, percebemos que não há

¹² NUNES, 1995: 28.

¹³ *Ibidem*, 29.

¹⁴ *Ibidem*, 55.

¹⁵ BRECHT, <http://www.resistir.info/brecht/brecht_a_verdade.html>.

alternativa a vivermos juntos, em conjunto, já que o percurso iniciado há milénios continua e continuará.

Homens e livros; livros e homens sempre serão lutadores; sempre serão resistentes! É como se as famosas palavras pronunciadas durante a Batalha de Inglaterra por Sir Winston Churchill, corporizassem a vontade de qualquer lutador, de qualquer resistente, seja quando for e onde quer que se encontre: «*Whatever the cost may be, we shall never surrender!*» Se estivermos atentos, poderemos sempre ouvir palavras semelhantes ao transpormos as portas de qualquer Biblioteca. Logo nos chegará à lembrança o que Publius Syrus deixou escrito: «*Bonum quod est supprimitur, numquam exstinguitur*». (O que é bom pode ser suprimido, mas nunca extinto.)

Aliás, por muito que se prenuncie o desaparecimento do livro impresso, o certo é que no jornal *Público*, no dia 30/10/2012, se dá conta da criação de uma nova empresa – Penguin Random House – que integra todos os interesses dos dois grupos no que diz respeito às línguas inglesa, espanhola e portuguesa¹⁶. Com sede em Nova York, esta será a maior editora de livros de grande consumo do mundo, que desta forma responde aos desafios da era digital.

Regressando à ideia que nos levou a desenvolver este texto, entendemos ser de referir o dia 24 de Outubro de 2012, data em que o Presidente da Câmara Municipal do Porto e o Reitor da Universidade do Porto julgaram por bem assinar um protocolo de cooperação que, pela primeira vez, e de forma inédita, uniu as duas instituições em torno da escrita, do livro e da leitura, sob o alto patrocínio da Secretaria de Estado da Cultura.

Voltamos a falar do programa, e já não do projecto, «Livres Como Livros». Incluindo dois subprogramas – «Livros da Minha Vida» e «A Arte de Sermos Livros» – pretendemos galvanizar a pólis e levá-la a recordar memórias que dela fazem parte. Se é certo, porém, que as quisemos recuperar, não foi menos determinante a vontade de, com elas ou através delas, nos pretendermos situar num campo de partilha e de debate de ideias, num tempo em que julgamos vital dar largas ao pensamento e à palavra.

Que tempo é este em que, apesar das muitas palavras ditas e registadas, tão pouco conseguimos saboreá-las? Que tempo é este em que, apesar de quase tudo termos ao nosso alcance, tão pouco parece termos aprendido? É, pensamos, o tempo ideal para autores, leitores e gentes ligadas às profissões do livro, em simbiose, partilharem um espaço; de resto, um espaço da cidade, integrado numa Biblioteca: a Biblioteca Municipal Almeida Garrett.

Foi com esta intenção que, literalmente, fomos fazendo caminho («*caminante, no hay camino; se hace el camino al andar*» – António Machado), porque um programa com a duração de 15 meses, envolvendo cerca de 80 convidados foi seguindo rumo, tomando corpo e juntando fazedores de palavras, contadores de histórias, ouvintes atentos e mentes abertas. A sua Comissão Organizadora (Maria Luísa Malato, Isabel Morujão e Isabel Pereira Leite), empenhada na prossecução de tal programa, tem vindo, lado a lado com a escrita, os livros e os leitores, a definir o seu percurso.

¹⁶ COUTINHO, 2012: 24.

A Alma habita o corpo. De um outro modo, também o faz a mente. É vital que as alimentemos a ambas. Cada livro, porque é um pedaço do ser que o criou, tem Alma, vive, é inteiro por si. É único, como aquele que lhe deu origem. E é Livre!

Assim, e por nos parecer apropriado, terminamos com um poema nosso, que recu-
pera o título deste texto:

Livres como livros

Livre é a palavra.

Livre é a mão que a escreve.

Livre é o olhar que sobre ela poisa.

Livre é o pensamento. O que a origina e o que dela nasce.

Livre é aquele que escolhe o momento em que os torna seus.

Livre é o que crê porque lê, e o que lê porque crê.

Livre é o que vê para além do que lê.

Livre é o que sente porque quer sentir.

Livre é o que chora e ri porque atravessou as palavras que tornou suas.

Livre é o que as oferece a quem as sonhou sem saber.

Livre é a folha em branco que aguarda a primeira palavra.

Livre é o que hesita em confiar-lha até, por fim, se decidir.

Livre é o que hesita em procurá-la até, por fim, a encontrar.

*Infinitamente livres somos, como infinitamente livres são os livros. Por sermos unos. Indi-
visíveis.*

*Livres somos, porque assim nos fizemos nas palavras que sempre imaginámos e sempre dis-
semos.*

Livres são os livros, porque assim se fizeram nas palavras que sempre acolheram.

*No tempo que esculpe as palavras que todos os contadores de histórias lhe entregaram, se
enredam homens e livros.*

A ponto de, a cada acordar, se confundirem, por respirarem a mesma liberdade.

Sim. Somos livres como livros.

BIBLIOGRAFIA

BACON, Francis (1992) – *Ensaaios*. 3.ª ed. Lisboa: Guimarães Editores.

BÍBLIA. A.T. (1982) – Lisboa: Verbo.

BORGES, Jorge Luís (1998) – *Obras Completas: III, 1975-1985*. 1.ª ed. Lisboa: Editorial Teorema.

BRECHT, Bertolt – *As Cinco Dificuldades Para Escrever a Verdade*. Disponível em <http://www.resistir.info/brecht/brecht_a_verdade.html>. [Consultado em 30 de Março de 2013].

CARDOSO, Miguel Esteves (2005) – *Elogio ao Amor*. «Expresso», 18 de Junho.

COUTINHO, Isabel (2012) – *Penguin + Random House = o maior grupo editorial do mundo*. «Público», 30 de Outubro.

CURTO, Diogo Ramada *et al.* (2007) – *As Gentes do Livro: Lisboa, séc. XVIII*. 1.ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional.

ECO, Umberto (2012) – *Confissões de um Jovem Escritor*. 1.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.

EMPEREUR, Jean-Yves (2002) – *Alexandria: past, present and future*. 1.ª ed. London: Thames & Hudson.

MALATO, Maria Luísa (2010) – *A Livraria dos Viscondes de Balsemão: leitura de um espólio*. In *Crítica Textual e Crítica Genética em Diálogo*. 1.ª ed. München: Martin Meidenbauer, v. 2, p. 473-492.

- MALPIQUE, Cruz (1962) – *Introdução Sentimental às Bibliotecas*. 1.^a ed. Porto: Livraria Ofir.
- MANGUEL, Alberto (2008) – *The City of Words*. 1.^a ed. London: Continuum.
- (2007) – *Um Diário de Leituras*. 1.^a ed. Porto: Asa.
- NUNES, Lygia Bojunga (1995) – *Um Encontro com Lygia Bojunga*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Agir.
- PESSOA, Fernando (1972) – *Obra Poética*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: C.^a José Aguilar Editora.
- PEIXOTO, José Luís (2003) – *Entrevista*. «Notícias Magazine», 28 de Setembro.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (2007) – *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. 1.^a ed. Lisboa: Assírio e Alvim.
- SILVA, Agostinho da (1999) – *Textos e Ensaios Filosóficos II*. 1.^a ed. Lisboa: Âncora Editora.
- SOUSA, Rogério (2012) – *Em Busca da Imortalidade no Antigo Egipto: viagem às origens da civilização*. 1.^a ed. Lisboa: Êsquilo.
- YUTANG, Lyn (1994) – *La Importancia de Vivir*. 1.^a ed. Barcelona: Apóstrofe.

ENTREVISTA

MARIA MANUELA AGUIAR: DEPOIS DE UMA VIDA DEDICADA À EMIGRAÇÃO... AS DIFERENÇAS ENTRE O FENÓMENO ATUAL E O DE OUTRORA

MARIA INÊS COSTA PEDROSO*

Maria Manuela Aguiar é licenciada em Direito. Os primeiros anos da vida profissional foram dedicados ao Direito do Trabalho, uma área que sempre lhe interessou bastante. Foi Secretária de Estado do Trabalho no governo de Mota Pinto. A docência na faculdade foi também uma experiência, quer em Direito da Universidade Católica de Lisboa, quer na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. O ano de 1980 marcou a passagem da área do Trabalho para a Emigração, área na qual jamais havia imaginado trabalhar. Foi Francisco Sá Carneiro que a chamou e não estava à espera do convite. No entanto, a experiência como Secretária de Estado da Emigração revelou-se «interessante». O objetivo enquanto Secretária de Estado da Emigração era cumprir o programa do governo para a área e traçar a estratégia para a emigração num ponto de vista duplo: um mais burocrático e outro mais cultural, mais relacionado com as comunidades portuguesas. Para além dessa função, Maria Manuela Aguiar também esteve ligada à emigração no ciclo da Europa, em 1985. Compara a emigração ao feminismo, na medida em que são dois grupos algo marginalizados da sociedade, que implicam luta pela igualdade de direitos e que precisam de quem tenha garra para os defender. Para quem se assume como feminista por natureza e depois de tantos anos a lutar pelos direitos das mulheres, «a luta pela emigração não foi nada de estranho». A comparação entre a emigração de outrora e a atual, pela visão de uma mulher para quem a emigração de «estranho»... passou a algo que se «entranhou».

Inês Pedroso – Já li muitas descrições do termo emigração, mas gostava de saber o que quer dizer este termo para alguém que lidou uma vida inteira com ele?

Maria Manuela Aguiar – Podemos definir a emigração como um trânsito, uma passagem de um país para outro. Emigração é o deixar um espaço e o ter a capacidade de integração num outro. A emigração significa também imigração: a pessoa é simultaneamente emigrante e imigrante, faz a ponte entre duas sociedades, é das duas ao mesmo tempo. Percebe-lhes de formas muito variadas, dependendo do seu modo individual de criar laços novos, de manter os originários. O emigrante é alguém que está em contacto com vários mundos, no plural. Associa a emigração à imagem das duas margens de um rio. É a vida repartida pelas duas. E esta dupla ligação é muito importante para os próprios países, porque os aproxima. E para os cidadãos também, tendo em conta que eles se sentem, como disse, uma verdadeira ponte de ligação afetiva. Eu sou uma grande defensora da dupla-

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Email: mariainescostapedroso@gmail.com

-nacionalidade, porque acho que ela corresponde à natureza humana, tal como determina a realidade da emigração. Quero com isto dizer que, em regra, as pessoas não se desenraízam da sua cultura de origem e conseguem enraizar-se na da nova sociedade. A matriz de uma emigração bem sucedida é, assim, a dupla-pertença. Há dois mundos que se encontram e se conjugam através dos migrantes. Os portugueses dão um belo exemplo, uma vez que são muito adaptáveis. Somos um povo muito aberto, muito curioso, que talvez até já tenha no seu código genético essa capacidade, que se revela nos que partem, mas não necessariamente do mesmo modo nos que ficam. Os portugueses que nunca emigraram são iguais a outros europeus que compreendem mal a realidade da emigração. Os que se vão abrem-se, com facilidade, aos novos costumes. Lembram-me sempre aquele ditado: «Em Roma, sê Romano». Seguem muito bem esse lema de vida. Lá fora, fazem o que fazem os outros e não quer dizer que, com isso, se desnacionalizam. Vivem em duas culturas, que sabem misturar habilmente. Para mim a essência da emigração está nesta arte, muito bem conseguida pelos nossos compatriotas. Em regra, acompanham o que se passa em Portugal e valorizam-no mais do que quem está dentro do país, o que é natural. Para nós, Portugal é como ar que se respira, mas para eles converte-se naquela terra dos seus sonhos, onde querem estar mas não podem. Mas, por outro lado, se a vida corre bem, as pessoas sentem-se também do outro país, que aprendem a amar. Dou o exemplo da Argentina, de que se fala pouco, porque é longe e é um destino antigo. A Argentina é um ótimo destino porque os argentinos prezam muito a herança europeia e gostam dos europeus todos por igual. O que os faz um Povo muito cosmopolita e, por isso, os Portugueses têm aí mais facilidade de se afirmarem como portugueses, de assumirem com orgulho a sua qualidade de emigrantes... de emigrantes felizes.

IP – Houve picos emigratórios, como o de 60/70 ou o de agora. Mas sempre tivemos emigrantes, não concorda?

MMA – Sim, inteiramente. E é exato que entre estas duas vagas houve um período em que a emigração decresceu muito, mas mesmo quando supúnhamos que era um capítulo encerrado, nunca o foi. Sempre achei que a movimentação de portugueses continuava de uma forma discreta, ao abrigo da livre circulação, na Europa. Havia e haverá emigração enquanto forem substanciais os desníveis nos salários oferecidos lá fora. Muitos dos que saíram nos anos 80, por períodos relativamente curtos, não saíram por estarem desempregados. Iam para ganhar mais dinheiro. Evidentemente que, nunca podemos dizer que «era assim para toda a gente». Mas era, com certeza, assim para a maioria dos que procuravam o Médio Oriente, o Iraque, Israel, novos destinos dos quais se falou muito. Foram países que proporcionaram uma emigração temporária, de altos salários. Agora, há realmente um recrudescimento das partidas, estamos num novo tempo de autêntico êxodo, embora os governos o tenham tentado negar, numa fase inicial. Continuavam o discurso oficial ufanista e pretensioso, que foi o de Portugal, no começo da década de 90 – o Portugal da CEE, que rapidamente deixara de ser um país de emigração para ser um país de imigração... E, em simultâneo, criava-se a imagem dos Portugueses expatriados, como «empresários de sucesso» (o que uns eram e outros não). Como supostamente já não havia emi-

gração, as políticas de apoio aos emigrantes também podiam acabar, já não eram precisas – coisa imprudente, «tola», porque um país que tem 1/3 da sua população no estrangeiro, é um país de emigração, mesmo sem novas saídas em massa.

Agora há um autêntico êxodo e que não é negado pelo atual Secretário de Estado (felizmente). Ele próprio fala em cerca de 100 a 120 mil saídas por ano – números que, somados os anos a que já duram, excedem os dos grandes picos de emigração que tivemos ao longo de uma história de séculos.

IP – Mas quem são estes emigrantes de agora?

MMA – Relativamente ao movimento tradicional, há os que são muito mais qualificados – e é sobretudo a imagem deles que se projeta nos media – mas também há os que são mais iguais aos do passado, um passado que está de volta... Estes, os do «salto» dos anos 60, foram, a meu ver, na sua maioria, contra as expectativas, «emigrantes de sucesso», mesmo os que eram operários, empregados no sector dos serviços, pequenos empreendedores. Eduardo Lourenço escreveu, em 1984, um artigo a falar de «uma geração de triunfadores» – a geração do «salto», vinte anos depois. Eduardo Lourenço é um grande pensador e é, ele próprio, um emigrante que tem a visão realista de quem vive ao lado deles. Nesse artigo, que cito de memória, ele concluía que se há coisa que os portugueses não suportam é justamente o sucesso dos emigrantes. Só aceitam bem que a «Aventura» tenha corrido mal, porque isso corresponde ao que esperavam. Mas constatar os êxitos dos emigrantes é uma coisa que lhes custa bastante...

Na verdade, aquela gente tão sofrida, conseguiu, numa proporção enorme, aquilo que buscava, fugindo da pobreza. Pode não ser o que o país queria que eles quisessem, mas foi o que eles procuraram – dar educação aos filhos, ter uma vida confortável, fazer a sua casa. Para esses homens e mulheres, pouco qualificados, alguns quase analfabetos, a emigração foi um caminho de ascensão. Foi uma ascensão à medida das suas possibilidades, em muitos casos absolutamente fantástica. Por essa altura eu já pensava assim e procurava combater estereótipos que não lhes faziam justiça. Tanto que um dos dirigentes do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas (o IAACP) e eu, dissemos que aquela era uma «geração de vencedores». Na altura fomos criticadíssimos por isso, mas passados dois ou três meses, saiu na imprensa nacional o tal artigo do Eduardo Lourenço a dizer fundamentalmente o mesmo. A partir daí, passamos a cita-lo e deixamos de ser alvo de controvérsia. O mesmo aconteceu em 1983, com a questão, então muito quente, do retorno, quando na Conferência de Ministros do Conselho da Europa, afirmei que já havia regressos em massa, o que soava a demagogia, mas, no ano seguinte, a Prof.^a Manuela Silva publicou um notável trabalho de investigação com números baseados no último censo que me vieram dar razão – ela mostrava que meio milhão já tinha regressado à terra, sem a opinião pública se aperceber. Estavam a chegar cerca de 30000 ao ano, e partiam apenas cerca de 7/8 mil. Compreendo que se duvide da palavra ou da sensibilidade dos políticos e que se acredite nas conclusões dos cientistas. Eu também acredito e sou uma defensora do apoio sistemático a estudos rigorosos em que se possa, com mais segurança, fundar as medidas políticas.

Passando a olhar a emigração de hoje, direi que é, sobretudo, a necessidade, a crise, o desemprego que estão a arrastar os portugueses para o estrangeiro, quer os mais quer os menos qualificados. Todos! A grande sensação é o êxodo dos mais qualificados, até porque é o que mais dá nas vistas. Nos anos 60, aconteceu o mesmo com a emigração para a Europa: era um facto novo! E deixou de se falar da emigração transoceânica, que prosseguia, até para destinos inéditos, como a Venezuela e o Canadá, mas também para os EUA, para a África do Sul, para a Austrália... Foram 800 mil, ou mais, para França, dezenas de milhares para a Alemanha, Luxemburgo, Reino Unido e outros países do nosso continente – no conjunto, cerca de um milhão e meio de pessoas, mas para fora da Europa, exatamente na mesma altura os números de partidas não muito inferiores....

Agora é a mesma coisa. Salienta-se só a emigração qualificada e esquece-se a outra. De facto, partem todos os que podem partir. Há, apenas, uma componente de emigração nova, dentro da nova emigração....

IP – E os motivos são os mesmos, atualmente?

MMA – O motivo principal é, sem dúvida, o mesmo de sempre, a procura de trabalho, com uma remuneração mais justa. Haverá alguns que partem pelo gosto da aventura, de conhecer novas terras. Há os bolseiros que poderão regressar ou não. Haverá hoje uma maior diversidade de situações. Mas com o desemprego jovem que temos, o desemprego de profissionais qualificados, acho que não podemos deixar de concluir que a maioria das pessoas vai porque efetivamente desesperou de encontrar o lugar na sua terra...

Quando olho os jovens licenciados tenho a tentação de comparar a sua situação com a minha, como bolseira da Fundação Gulbenkian, em França. Tinha vinte e tal anos, preparava uma pós-graduação em Paris. Vivi na Cidade Universitária, em Paris, primeiro na Casa de Portugal, depois na da Argentina, entre 1968 e 1970. Fiz muitos amigos das mais variadas nacionalidades, particularmente argentinos. Foi com imensa pena que tive de regressar... Penso que o mesmo pode acontecer com os jovens desta nova vaga. Talvez tendam a conviver mais com colegas estrangeiros do que com portugueses... Isso tem pouco a ver com o passado, possivelmente em prejuízo do movimento associativo português. As associações portuguesas formam um espaço extraterritorial nosso, espantoso e comovente... mas não sei se conseguirão atrair esta nova vaga de jovens, que fala várias línguas, que sabe ao que vai e que se integra rapidamente nos meios de estudo ou de trabalho. E a nova emigração que se assemelha mais à antiga tenderá a procurar essas redes associativas? Estarão elas dispostas a ajudá-los, como sempre foi sua vocação? A ver vamos...

Outra mudança importante é a do papel das mulheres neste processo – o que tem que ver com a prévia mudança da situação da mulher na nossa sociedade, que lhes dá mais liberdade, mais formação académica e profissional e autonomia para tomar decisões – neste caso, a decisão de emigrar sozinha, independentemente da família. Julgo que isso se verificará sobretudo ao nível das mulheres mais qualificadas. Eu digo «julgo» porque enquanto não houver estudos concretos, esta é apenas uma opinião.

As mulheres há muito tempo que são quase metade das nossas comunidades do

estrangeiro, mas partiam com os maridos ou esperavam a sua chamada. Numa Europa de livre circulação, isso tornou-se mais fácil. As famílias reunificaram-se na emigração.

Uma problemática que gostaria de abordar é a de mulheres e homens que o desemprego obriga a sair para desempenharem tarefas que não aceitariam na sua terra... Conheço mulheres com cursos universitários a lavar escadas ou a cozinhar em pequenos restaurantes. Não há nada de mal nisso, mas como reagirão se a situação se prolongar indefinidamente? Se não vierem a encontrar forma de exercer a profissão para que se prepararam? Também estas situações se podem considerar novas e, talvez, no pior sentido...

IP – Essa é aliás, uma questão curiosa. Há muita gente que em Portugal se recusa a fazer determinados trabalhos mas depois de emigrar faz esses mesmos trabalhos lá fora. Porquê?

MMA – É uma coisa perfeitamente natural. Aqui as pessoas conhecem-se e há sempre um certo retraimento. Lá fora, ninguém sabe quem são, é mais fácil fazerem qualquer tipo de trabalho. E não deve haver preconceito a esse respeito. Todo o tipo de trabalho que é honesto é um bom trabalho. Mas não se tira um curso para nunca mais o poder exercer. Permanecer por muito tempo sem acesso à valorização profissional só pode causar frustração... Não é o mesmo que uma fase passageira, que se encara como uma experiência e que até pode ser interessante. Uma das coisas que eu gostava de ter feito na vida, embora nunca tenha tido a oportunidade, era ser empregada de um pequeno café. Acho que deve ser uma coisa muito divertida – sempre em movimento, a servir bebidas e comidas. Uma das minhas amigas dos tempos de Paris dizia que eu deveria ser «maluca» e não sabia do que falava porque para ela era uma ocupação penosa e cansativa... Mas mais tarde, uma outra amiga, que foi assessora de um dos meus gabinetes, contou-me que gostou imenso de ser empregada de um café em Londres, durante uns meses de férias. São experiências...

IP – Relativamente ao termo «emigração», acredita que há uma alteração do termo?

MMA – Esta é uma discussão de terminologia que vem de longe e continua atual. Até na designação da Secretaria de Estado isso se refletiu. Vejamos, foi Secretaria de Estado da Emigração até 1980. Em 1980, com o Dr. Francisco Sá Carneiro (no primeiro governo ao qual pertenci nesta pasta), passou a ser a Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas. Fazia sentido para um governo que distinguia políticas de emigração (mais centradas nas questões sociais e laborais) e políticas para as comunidades portuguesas, ou para a Diáspora, com o objetivo principal de manter os laços culturais e afetivos – e era aliás neste capítulo que estava prevista a criação do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), com órgão representativo do movimento associativo de todo o mundo. Mas a ideia de criar um movimento mundial dos portugueses é anterior e deve-se ao professor Adriano Moreira, um dos políticos portugueses que mais admiro. Ele era Presidente da Sociedade de Geografia e foi nessa qualidade que organizou dois grandes congressos mundiais, na década de 60. Desses congressos nasceu a União das Comunidades Portuguesas e a Academia Internacional da Língua Portuguesa. Infeliz-

mente, por razões de política interna, com a chegada de Marcello Caetano ao poder, o movimento perdeu-se e não foi retomado, porque o CCP, apesar de ser uma importante instituição, com representantes de todos os continentes, não é a mesma coisa – é um órgão consultivo do Governo.

Bem, deixe-me regressar ao que me perguntou concretamente, à palavra «emigração»: o termo técnico é mesmo emigração. Eu sei que há quem lhe dê uma conotação negativa e muitos emigrantes preferem a expressão «portugueses residentes no estrangeiro». Compreendo-os se com isso chamam a atenção para a questão da igualdade com os demais cidadãos. Mas acho que ser emigrante nunca é negativo, pelo contrário. E não deve ser conotado com o estatuto social ou profissional, com a boa ou má fortuna. Há de tudo na emigração!

O meu Avô materno foi emigrante no Brasil. E a minha Mãe, como o Avô era um «empresário de sucesso», diz sempre que ele não era emigrante. Eu acho que sim. Era rico, era culto, era feliz, mas era emigrante e portanto eu chamo-lhe sempre, com orgulho, o meu «Avô Emigrante».

Deve, sim, retirar-se a carga negativa do termo, porque ser emigrante é sinónimo de coragem de inconformismo, tudo coisas boas... Mesmo quando não corre pelo melhor torna as pessoas diferentes, dá-lhes mundo. Mas a verdade é que o termo «emigrante» parece significar rutura e distância. O próprio Dr. Francisco Sá Carneiro falava sempre de portugueses do estrangeiro, no sentido afetivo e no sentido jurídico: portugueses com os mesmos direitos, onde quer que vivam.

IP – Relativamente ao regresso a Portugal, qual é que acha que é o pensamento da maioria dos emigrantes que partem, atualmente?

MMA – Pura futurologia... Nós não sabemos como esta emigração vai acabar. Vejamos, os emigrantes, na interminável história que conhecemos, sempre quiseram voltar, só que o projeto emigratório atravessa muitas fases, é uma dinâmica, uma adaptação a circunstâncias, muda, reconverte-se... Há os filhos, os filhos já nascem cidadãos do outro país, gostam de Portugal, mas apenas para passar as férias e não para viver. Também as mulheres ganham estatutos no estrangeiro que receiam perder regressando a Portugal. Um estatuto económico, conseguido pelo trabalho remunerado, um estatuto de igualdade social conseguido em sociedades mais igualitárias e até no que ao círculo familiar diz respeito. Numa família mais moderna, no que respeita a relacionamento de marido e mulher, de pais e filhos. Não é mera constatação minha. Está estudado, provado e comprovado. É mais fácil ir da aldeia para a grande cidade do que regressar da cidade à aldeia... Regressar a Portugal pode significar, por isso mesmo, um retrocesso, uma ameaça a direitos conquistados, uma vez que as mentalidades cá são diferentes... As mulheres habituam-se a andar à vontade e aqui, numa aldeia, toda a gente olha para a maneira como se vestem ou como se comportam... Para além disso estranham e criticam.

É imprevisível tudo aquilo que vai acontecer, sobretudo com os mais jovens. Podemos imaginar que tendo melhores qualificações conseguem um melhor emprego, uma melhor carreira, sobretudo no domínio científico, em determinados nichos ou sectores

de vanguarda. Podem não ter lugar equivalente entre nós, ou, simplesmente, sentirem-se felizes e realizados lá fora... Serão também condicionados pela situação interna, em Portugal, bem como pelo facto de se agravar ou atenuar a crise que parece não ter fim...

Atualmente, as pessoas já não pensam apenas em construir a casa ou em comprar terras, como acontecia na vaga emigratória anterior. Haverá alguns, mas agora os projetos são mais individualizados, multifacetados. Há jovens engenheiros, professores universitários, médicos, a quem oferecem altas remunerações, em África, no Médio Oriente, no Brasil... Vão sentir-se em casa em qualquer parte do mundo. Mas, sei lá, talvez a saudade ou a família os traga de volta. No ciclo anterior, dominado pela imagem da Europa próxima esperava-se um regresso certo e rápido. Mas o que aconteceu foi o alongamento das estadias, o que tornou as comunidades europeias mais semelhantes às transoceânicas. E, quando ultrapassavam os 15 ou 30 anos lá fora, o regresso estava comprometido... Para muitos reformados, era o Sistema Nacional de Saúde, que funcionava como dissuasor. O quadro nacional que nós temos diante dos olhos é muito mau, para muitos anos, ao que parece. Será isso mais um forte fator de dissuasão?

Claro que há destinos aparentemente mais temporários do que outros – o caso de Angola, dos que ali têm contratos de colaboração para a execução de uma determinada obra, levada a cabo por uma empresa portuguesa, por exemplo. Angola é um país do qual vem grande volume de remessas, precisamente porque não é ainda uma emigração de fixação. Mas pode vir a ser, se lhes forem abertas oportunidades ou se casarem e se estabelecerem por lá, por exemplo.

IP – Quanto a vantagens e a desvantagens, para Portugal, qual é o seu ponto de vista relativamente à emigração?

MMA – Para Portugal a primeira vantagem é denunciada pelo próprio discurso do governo que ao mandar emigrar (discurso praticamente inédito entre nós...) é certamente porque quer resolver, no imediato, o problema do desemprego. A primeira vantagem é essa – aliviar a pressão social e económica do desemprego galopante. Depois, há a vantagem do envio de remessas, porque de alguns países elas vêm abundantemente... Acho que o primeiro país ainda continua a ser a França. As remessas dependem, mais do que da confiança no futuro do País, da composição da emigração. Se falamos de pessoas que têm a família carente em Portugal, provavelmente vão enviar-lhe ajuda... Se falamos de jovens que só precisam de ganhar a sua vida, que não precisam de ajudar os pais ou outros familiares, em princípio farão o contrário... Até porque caso acabem por se fixar no país de destino, é natural que invistam nesse mesmo país.

A emigração foi sempre olhada, sobretudo de um ponto de vista económico/ material, como uma útil e fácil fonte de receitas. Apesar do recente aumento de remessas esse movimento pode diminuir, mesmo que não diminua a emigração. Depende, como disse, das suas motivações e perspetivas económicas, da maior ou menor integração e, também, da capacidade do país para atrair os seus investimentos ou poupanças. Portugal já teve políticas eficazes de captação de poupanças de emigrantes, apoios variados, taxas de juros bonificadas, etc. No entanto, tem descurado este aspeto, uma vez que os incentivos hoje são menores...

Mas há outras vantagens que não se traduzem diretamente em números ou cifrões. Por exemplo, as qualificações obtidas pelos portugueses, a imagem que eles dão do seu País – em domínios como o empresarial, cultural, académico, o desporto e até noutros mais inesperados, como o político. Podemos ter em conta o caso da França em que tantos autarcas afirmam a sua origem portuguesa, sem problema. É extraordinário o facto desses portugueses, ou descendentes de portugueses, não se terem deixado assimilar em países europeus, onde a tendência à assimilação é muito maior do que nos países novos das Américas. Há vinte anos eu não estava nada otimista a este respeito! Foi uma excelente surpresa. Esperemos outras...

Quanto a desvantagens para Portugal, são muito óbvias – qualificar pessoas para deixar que outros as aproveitem... perder «cérebros» de uma forma assustadora... A questão demográfica, a pirâmide etária, cada vez mais envelhecida... Já somos dos países com menor taxa de natalidade, neste momento. Por isso, do ponto de vista demográfico, o recomeço da emigração e o decréscimo da imigração constituem uma tragédia...

IP – Para quem parte, quais são as vantagens e as desvantagens?

MMA – A grande desvantagem é a separação, a perda da vivência da família, dos amigos, das coisas boas do País... Claro que, agora, já há skype, Internet, aviões *low-cost* e muitas outras alternativas. A separação tem um significado bem diverso do de antigamente. Encurtaram-se as distâncias, o mundo tornou-se mais pequeno, com as ligações mais fáceis, com a informação omnipresente... Mas, mesmo assim, a ausência pesa...

Claro que o processo migratório pode correr mal – discriminação, inadaptação, entre outros problemas... Mas, tem sido mais frequente correr bem ou muito bem, pelo menos num longo prazo e isso tem muitas vantagens.

Na hora do balanço de um dos processos mais dramáticos da nossa história, como foi o do «salto», Eduardo Lourenço falou dos emigrantes dessa época como «triunfadores». Talvez isso seja mais difícil para os emigrantes de hoje, por levarem outras expectativas, por terem mais exigências, ainda que as condições da saída não sejam tão dramáticas...

IP – Lembro-me de tudo o que as pessoas passavam para emigrar, da forma como o faziam, tal qual contam os livros e a história que estudámos. As pessoas emigravam «a salto» e muitas morriam pelo caminho. Muita coisa mudou desde então...

MMA – Sim, quando estive na Secretaria de Estado da Emigração já vivíamos em democracia, com as fronteiras abertas – pelo menos as nossas. Essa emigração histórica já há muito deixara os «bidonvilles». Muitos já estavam de volta, a preparar o regresso ou bem integrados lá fora. O que mais me preocupava era a falta de conhecimento dos casos em que isso não acontecia, a dificuldade de passar a informação... Procurei incentivar a investigação, a recolha de dados, a publicação de teses sobre emigração. Criámos um Centro de Estudos, um Fundo Documental e Iconográfico das Comunidades mas isso não teve depois continuação, com é de regra em Portugal. De governo em governo muito se perde, se rompe, se recomeça, em todos os domínios, não só neste.

A ideia dessas publicações era basear as nossas políticas de emigração em conhecimentos científicos. Era fazer com que a administração pública não saiba sempre menos que os jornalistas – que têm sabido, bem melhor, detetar casos de injustiça e exploração, novas formas de escravatura. Exceções à regra, mas nem por isso menos chocantes!

Felizmente, o atual Secretário de Estado está a promover de novo a investigação sobretudo através de protocolos com universidade de norte a sul do País. Tudo isto é muito importante, para prevenir situações dramáticas, para dar orientações e para rentabilizar os meios de apoio que são escassos.

IP – Seria possível, a seu ver, alguma vez, Portugal viver sem emigração?

MMA – Portugal foi sempre um país de emigração. Desde a era de expansão, colonização de territórios da Coroa às do fenómeno puramente emigratório, vivido num encadeamento de ciclos intermináveis. A uma das coletâneas que publiquei sobre intervenções neste campo, dei o título «Portugal – o país das migrações sem fim». Em 1999 era um título provocatório, porque estava no auge o discurso do fim das migrações portuguesas, que já referi. Acho que o título permanece atual. A vida portuguesa ainda é indissociável do fenómeno emigratório e em parte, fruto da história. Se Portugal não se tivesse expandido pelo mundo, com a sua gente, éramos uma pequena província na Península ou, um insignificante país da Europa, com uma língua falada apenas por dez milhões. Éramos um país sem mundo, sem interesse, sem história...

Tudo o que nos deu projeção foi a emigração, nomeadamente a emigração para os países lusófonos... A eles se deve a língua falada, hoje, por mais de 200 milhões de pessoas. Uma língua em expansão... O Português é, aliás, uma língua em grande expansão. Os portugueses é que estão na sua origem, não o Estado Português. Eles saíram sempre em número superior ao que o Estado considerava útil e adequado e com isso alimentaram a lusofonia. Somos um país com muito mais mar do que terra, com mais gente do que a que vive dentro de fronteiras. Assim, saibamos explorar esse mar e aproveitar a força das pessoas, do movimento associativo, da diáspora...

Sá Carneiro, que era um político fascinante, dizia isto mais ou menos que eu estou a repetir: «Se Portugal fosse apenas o seu território europeu era um país sem interesse para a Europa ou para o Mundo». Dizia também, nesta mesma linha, que «Portugal é muito mais uma cultura do que uma organização rígida». Cultura que se expande nas comunidades da emigração... Quero acreditar que os jovens de hoje vão continuar esta realidade nacional tão antiga. E que o interesse em Portugal seja despertado entre os descendentes dos emigrantes, com políticas inteligentes... Há que saber recuperá-los para o mundo da lusofonia ou da lusofilia – a redescoberta de Portugal é uma coisa que pode acontecer a qualquer momento em relação a poucos ou muitos. Portugal não tem tido políticas culturais, ativas, «agressivas», como a Espanha e outros países europeus. Podemos mesmo ganhar para o nosso espaço cultural pessoas que não são portuguesas mas que têm uma ligação afetiva a Portugal (Por exemplo: quando fui ao Japão ver o jogo em que o FCP se sagrou campeão mundial de futebol em 2004, havia inúmeros japoneses vestidos de azul e branco. Porque os portugueses fazem parte da história do Japão, intro-

duziram as arma de fogo no Japão sem nunca terem apontado uma arma a um Japonês. Lá ainda não nos esqueceram...

IP – Qual é a sua opinião sobre a Imigração, em Portugal?

MMA – Aquilo que penso dos portugueses, ou melhor, aquilo que eu quero para os portugueses no estrangeiro quero também para os estrangeiros em Portugal. Sei que as pessoas olham para mim como uma pessoa estranha mas... [pausa] Sabe, uma vez estava nos arredores de Paris, justamente no meio dos portugueses e franceses, a fazer um apelo à participação política nas autárquicas, uma organização da Federação de Associações Portuguesas, e uma francesa quando me estava a ouvir, disse-me: «Ah, mas é estranho porque o seu partido – o PSD – é um partido de centro direita (apesar de eu não ser de centro direita) e o seu discurso está a parecer-me de esquerda!» E realmente o meu discurso de emigração tem mais de esquerda do que de direita europeia...

Os últimos projetos que eu apresentei na Assembleia da República foram votados pelo Bloco de Esquerda, por exemplo. Só estou a falar de políticas de emigração, note-se! Não de política geral, caso contrário, mudava de partido... Até porque é sempre muito mais agradável pertencer a um partido que não está no poder. Quanto à Imigração/Emigração e quanto aos direitos das mulheres, sim, realmente estou à esquerda... Pelo voto dos imigrantes, pela sua plena cidadania... Posso dizer que a grande causa da minha vida foi aprofundar o Tratado de Igualdade de Direitos entre portugueses e brasileiros, a concessão de reciprocidade aos brasileiros dos direitos que a Constituição Brasileira, de 1988, concedeu aos portugueses. Foi muito difícil. É um tratado único, uma admirável invenção dos brasileiros, em reconhecimento da grande comunidade portuguesa que lá habita...

Os portugueses, mesmo sem aquisição de nacionalidade, ou seja, mantendo-se portugueses, adquirem todos os direitos dos brasileiros. Ou seja, podem ser deputados, ministros, juizes dos tribunais superiores, entre outras funções. No Brasil, este tratado aceitou-se e pratica-se «como quem bebe um copo de água», ou seja, com a máxima naturalidade. Foi votado por unanimidade, mas exigia a reciprocidade. Quanto a isso, Portugal demorou 13 anos a tomar essa decisão. Apresentei a emenda necessária em três processos de revisão constitucional sem conseguir os 2/3 requeridos. Finalmente, à 4ª vez, em 2001 a alteração constitucional passou, quase por unanimidade... Foi uma pena tanta demora porque o ideal teria sido consagrá-la no ano comemorativo de 2000 e eu bem tentei, com o apoio do Dr. Mário Soares. Na 1ª tentativa, PS e PSD estavam contra mas a partir da 2ª tentativa já só o PS votava contra. Acho que por influência do Dr. Almeida Santos. Já o Dr. Mário Soares, o Dr. Manuel Alegre e muitos outros dirigentes socialistas eram declaradamente a favor.

Foi um processo muito complicado e só Mário Soares conseguiu em 2001 «forçar» o PS a dar o seu acordo à reciprocidade. Decisivo foi, também neste processo, Durão Barroso que levou o PSD a incluir esta emenda numa revisão constitucional extraordinária e muito restrita nos temas que incluiu.

No nosso caso pode aplicar-se a todos os países lusófonos, sob condição de reciprocidade. É o que falta ainda em todos, excetuando, evidentemente, o Brasil! Já viu o que

era os portugueses serem considerados angolanos em Angola, moçambicanos em Moçambique, bem como em todos os outros países da CPLP (ao fim de um prazo mínimo de residência, prazo que no Brasil e em Portugal é de 3 anos)?

É um tratado fantástico e do qual se fala muito pouco. É verdadeiramente único no mundo atual! É um paradigma de fraternidade transnacional que vai muito além da chamada cidadania europeia, na UE É fazer dos emigrantes, nacionais, mas sem os desnacionalizar no Estado de origem.

São pontos como este, no âmbito da emigração, que devem continuar a ser estudados, trabalhados e explorados. São importantes para a compreensão deste fenómeno contínuo.

Espinho, 2012

Nota: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

